UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NATÁLIA BITTENCOURT OTTO

**Profissionais, rivais e sobreviventes: intersecções entre gênero e
violência nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais
violentos**

São Paulo,
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Profissionais, rivais e sobreviventes: intersecções entre gênero e violência
nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais violentos**

Natália Bittencourt Otto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Profa. Dra. Eva Alterman Blay

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Otto, Natália
089p Profissionais, rivais e sobreviventes:
intersecções entre gênero e violência nas narrativas
de meninas autoras de atos infracionais violentos /
Natália Otto ; orientadora Eva Blay. - São Paulo,
2017.
162 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Adolescentes em conflito com a lei. 2. Gênero.
3. Violência. 4. Narrativas. 5. Juventude. I. Blay,
Eva, orient. II. Título.

Nome: OTTO, Natália Bittencourt.

Título: Profissionais, rivais e sobreviventes: intersecções entre gênero e violência nas narrativas de meninas autoras de atos violentos

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Esta dissertação é dedicada às meninas que
me contaram suas histórias e às suas filhas.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa concedida por 24 meses, sem a qual esta pesquisa não poderia ter sido realizada.

À minha orientadora, Professora Eva Blay, pela orientação intelectual e pelo apoio contínuo a esta pesquisa e a meus projetos. Para além desta orientação, agradeço a ela por ser um exemplo profissional e pessoal para mim, como futura professora e presente feminista.

À Professora Márcia Lima, por quem me senti acolhida desde o início de minha trajetória no PPGS. Agradeço pelas muitas reflexões que ajudaram a formular este trabalho, da entrevista de seleção do Mestrado, passando pela banca de qualificação até os encontros do grupo de estudos Raça, Desigualdade e Política. Agradeço também à Professora Maria Helena Augusto, a quem tive a sorte de ter como professora na primeira disciplina do Mestrado, Análise de Projeto I, e que acompanhou esta pesquisa também pela banca de qualificação e em minha apresentação na ANPOCS. Sem essas duas professoras esta pesquisa não seria a mesma, e nem minha experiência na USP teria sido tão proveitosa e acolhedora.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo, servidores e terceirizados, cujo trabalho possibilita que os estudantes se dediquem à pesquisa. Agradeço especialmente ao secretário do nosso programa de pós-graduação, Gustavo Mascarenhas, sempre muito solícito e paciente diante das minhas ansiedades com a burocracia universitária. Aos colegas do grupo Raça, Desigualdade e Política, pela troca constante e pelos comentários sempre pertinentes que deram forma a esta pesquisa. Às colegas de orientação, Bia, Isa e Mari, pelo companheirismo. Aos colegas da Revista Plural e ao Professor Ricardo Mariano, pela experiência e aprendizado.

À Direção e aos funcionários do Instituto de Sociologia Jurídica de Oñati, agradeço pelo carinho com que me receberam. Esta pesquisa não seria a mesma sem o proveitoso período passado na biblioteca do Instituto. Agradeço aos amigos que fiz durante minha estada em Oñati, que me lembraram que são todos *compatriotas y contemporáneos los que tengan voluntad de belleza y voluntad de justicia, sin que importen ni un poquito las fronteras del mapa ni del tiempo*.

Aos funcionários da Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS, Leonel e Eliane, pela disposição em me ajudar a realizar esta pesquisa desde nosso primeiro contato. Agradeço também pelo convite para debater os resultados deste trabalho junto aos servidores da FASE.

À Direção e à equipe técnica do Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul, pelo empenho com que me auxiliaram a desenvolver essa pesquisa dentro

da instituição. Agradeço pela paciência, pela colaboração e pelo interesse que demonstraram pelo meu trabalho.

Às 22 meninas que me contaram suas histórias e me ensinaram mais do que o rigor científico permite que eu escreva nesta pesquisa. Agradeço pelo carinho e pela paciência com que me receberam em um momento tão difícil de suas vidas. A inteligência, a resiliência e a força demonstrada por elas me deu o que eu não sabia que encontraria neste trabalho de campo: esperança.

Agradeço a minha mãe e meu pai, Clarice e Emilio, por terem me dado o mais raro dos presentes, o maior de todos os privilégios: liberdade para ser exatamente aquilo que eu sou. Tudo o que eu sou e serei, eu devo a isso, e a eles.

Aos meus sogros, Glória e Percy, que me receberam tão bem em sua casa nos últimos estágios dessa pesquisa, possibilitando que esta dissertação fosse redigida em um ambiente muito afetuoso.

Agradeço à Bruna, primeira amiga paulista, pelo carinho durante esses quase três anos e pela revisão deste texto; à Karina, pelo companheirismo, correrias burocráticas e jantares vegetarianos; ao Thiago, pelo otimismo constante; ao Francesco, por ser o único que entende todas as minhas referências culturais. Agradeço aos demais colegas de Mestrado que me receberam tão bem, por todos os papos na salinha, os cafés e as pizzas na Europa. São Paulo ficará sempre marcada na minha memória como uma cidade acolhedora por causa de vocês.

Às minhas amigas da faculdade, que são minha identidade: Carolina, Débora, Gabrielle, Júlia e Rafaella, *somos arco e somos flecha, todas nós no mesmo barco, não há nada a temer*. À Roberta, Luiza, Betina, Sofia e Marcel, agradeço pelas eternas conversas sobre o futuro – cada vez mais pessimistas, é verdade, mas ao lado de você eu encaro o fim do mundo sorrindo. Agradeço aos amigos da faculdade de Direito (que eu ganhei por tabela, graças a Deus) pelo companheirismo nas dores e alegrias do início da vida adulta. Agradeço à Mariana, que me disse uma vez, com o carinho impaciente de sempre, *tu sabe que tu tem que fazer Ciências Sociais, né?* Eu fiz, inspirada por ela. Agradeço à Marina e à Lívia, porque ter crescido com elas e ver hoje as mulheres que elas se tornaram é o orgulho da minha vida.

Agradeço ao Eduardo, meu companheiro em todo e qualquer sentido da palavra. *Ninguém, nenhum homem e nenhuma mulher, é exatamente aquilo que acredita que é. É no amor que a gente descobre*. Tudo nos últimos oito anos, inclusive essa dissertação, é fruto dessa descoberta. Obrigada.

us women; merely second opinion but first appetite
are taught early how to restrain the wolves,
when the men converge, all gnawing teeth and salivating fangs
these insatiable men who snarl us out of our lineage
sabertooth non-believers who cannot consider how loud we can be
how brass and trombone this world has played us

I learned to be quiet when the anvils of a false prophet
mistook my 13 for playground
only the quiet survive

I saw my mother give her body to a man she didn't even know
didn't even love like that, my eyes swallowed the whole of him and her
and all that it meant to know who I came from shook loose her skin
the last time a lover begged for me beautiful
for origami hands, someone who could crease fold his skin
I told him I was the aftermath of paper
when it bows out of pretty, when the wind smacks it straight on its back

we've been smacked straight on our backs too often
for someone to assume us to be fragile daughters of Eve
simple creatures only of night, and the devil who plagues us

I learned to yell when I met the devil,
he would make cigarette burns on my mother and call it chimney
birthed me a riot, now I speak with intention
will not cower to the buildings of men who belittle me orphan
chastise all that I have to say,
it is always too much or nothing, all nag or too shy

when your voice is a shot gun: a warning to the careless
they will make sweetmeat out of you

go ahead
I have seen hell enough times to know its scorch
it has taught me to forge this voice into a sword
sharpened tongue that'll carve the bones back into your lost
your stone-jaw threat does not cause my peace to be still

this is our birthright
this is our inherit
we are women who capsize entire crowds
with the sayings of the wind
holy knuckles
full
of fight

khaleesi, Tonya Ingram e Venessa Marco

RESUMO

OTTO, N. B. **Profissionais, rivais e sobreviventes: intersecções entre gênero e violência nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais violentos**. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa tem como objeto narrativas biográficas de meninas autoras de violência física. Analiso 22 narrativas biográficas de adolescentes mulheres cumprindo medida socioeducativa pelo cometimento de atos de violência física (homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e sequestro) no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul (Casef-RS). Busco entender de que forma as experiências de violência (tanto sofridas quanto praticadas), as representações e as práticas de gênero figuram e se interseccionam nas narrativas biográficas das adolescentes entrevistadas. Analiso os tipos de relação que as adolescentes estabelecem entre violência física e sua posição como mulher nos espaços sociais por que transitam. Interessa-me entender como práticas e representações de gênero aparentemente contrárias à *feminilidade enfatizada* (como é o caso da violência física) são reguladas e significadas dentro de seus contextos específicos. Procuo apreender as condições em que o cometimento de violência é significado, pelas adolescentes, como coerente com sua posição como mulher, e em que condições isso não ocorre. Nesse sentido, esta pesquisa se insere nos debates sobre a prevalência da agência (a “resistência”) ou da estrutura social (a “vitimização”) nas práticas e representações de mulheres autoras de violência. Como referencial teórico-metodológico, utilizo a teoria das práticas de Pierre Bourdieu. Diante da importância da análise de narrativas de mulheres criminalizadas para apreender tanto as estruturas sociais quanto os sentidos subjetivos que elas atribuem à violência, utilizo o conceito de “*habitus* narrativo” desenvolvido por Fleetwood, a partir do qual procuro conciliar as proposições de Bourdieu com a análise narrativa. Neste trabalho, analiso em profundidade oito narrativas, divididas em quatro grupos. Para cada grupo, foram selecionados relatos que estabelecem relações específicas entre feminilidade e cometimento de violência. São esses grupos: (i) narrativas de meninas envolvidas diretamente com o tráfico de drogas; (ii) de meninas que cometeram atos violentos contra outras mulheres; (iii) de meninas que foram obrigadas a cometer os atos pelos quais cumprem medida socioeducativa; e (iv) de meninas que cometeram violência em defesa própria ou de outras pessoas. Concluo que o cometimento de violência por parte das meninas é compreendido por elas como coerente com a manutenção de sua feminilidade em determinados contextos. Assim, certas práticas violentas não fazem delas *menos mulheres*, tampouco são praticadas em resistência ou desacordo com suas percepções sobre o que cabe a uma menina fazer. As posições tomadas pelas meninas, em situações nas quais a violência é percebida como legítima e coerente com a feminilidade, são: (i) como “profissionais”, na tomada de responsabilidade em uma situação de trabalho no narcotráfico; (ii) como “rivais” ou esposas, agindo em prol da manutenção das relações monogâmicas heterossexuais e (iii) como “sobreviventes”, por necessidade imediata, autodefesa ou proteção de outros. Logo, argumento que não há por parte das meninas uma negação da *feminilidade enfatizada*. Proponho que o que ocorre é uma transformação e uma negociação das condições de reprodução desta feminilidade, em um processo que torna práticas violentas condizentes com a ordem de gênero de tais contextos.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Gênero. Violência. Narrativas. Juventude.

ABSTRACT

OTTO, N. B. **Professionals, rivals and survivors: intersections of gender and violence in the narratives of girls who committed violent offenses.** 162 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research analyses the biographical narratives of teenage girls who committed violent acts. I have collected 22 narratives of female juvenile offenders currently incarcerated due to violent offenses (homicide, attempted homicide, robbery murder, and kidnapping) at the Center for Social and Educational Services for Teenage Women, in Porto Alegre, Brazil. I aim at understanding how these girls' representations of gender and physical violence (both suffered and committed) intersect in their biographical narratives. Thus, I investigate the connections they establish between their violent practices and the positions they occupy as young women in their social space. I focus on how gender practices that seem contrary to *emphasized femininity* (such as the practice of violence) are regulated and negotiated in these girls' social context. I aim at understanding under which conditions the practice of physical violence is regarded as coherent with the girls' femininity, and under which conditions it is not. Thus, this research inserts itself in the ongoing debate about whether it is agency (in the form of a resistance to gender norms) or social structure (in the form of victimization) that prevails in violent women's practices and representations of gender. In order to escape this dichotomy, I analyse these narratives through the lens of Pierre Bourdieu's theory of practice. Aiming at apprehending both material conditions and subjective meanings attributed to femininity and violence, I use the concept of *narrative habitus*, as established by Fleetwood, to analyse these stories. In this dissertation, I analyse eight narratives in depth, dividing them in four groups. Each group is composed by narratives which comprise similar associations between femininity and violence. These groups are: (i) narratives of girls who are directly involved in the drug trade; (ii) narratives of girls who attacked other women; (iii) narratives of girls who were forced to commit violence and (iv) narratives of girls who committed violence to defend themselves or others. I have found that girls perceive their violent acts as coherent to their femininity in some contexts. Thus, some violent practices do not put them in conflict with their feminine identity and are not perceived as a form of resistance to gender expectations. In these girls' understanding, legitimate and intelligible reasons and positions to commit violence and maintain their status as women are: (i) as "professionals", when they are in charge of the drug trade; (ii) as "rivals" or spouses, when they commit violence against other girls who threat their heterosexual relationships; and (iii) as "survivors", when they feel they have no choice other than to commit violence, to protect themselves or others. I argue, then, that these girls do not deny *emphasized femininity*, but that the conditions under which this femininity is socially accepted and reproduced is transformed and negotiated in these girls' social context to accommodate practices like violence.

Key words: Juvenile offenders. Gender. Violence. Narrative analysis. Youth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. DUAS FACES DE UM OBJETO PARADOXAL	20
1.1. AS MULHERES SEM VIOLÊNCIA: GÊNERO E FEMINILIDADE ENFATIZADA	24
1.1.1. <i>Do que falamos quando falamos de feminilidade?</i>	26
1.2. A VIOLÊNCIA SEM AS MULHERES: “VIOLÊNCIA URBANA” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	30
1.2.1. <i>O acúmulo social da violência no Brasil</i>	32
1.2.2. <i>Crise na virada do século: o jovem brasileiro e o “mundo do crime”</i>	36
2. AS RAZÕES DO IMPROVÁVEL: OS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE FEMININA	41
2.1. MULHERES PERIGOSAS, MULHERES EM PERIGO: O NASCIMENTO DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA	41
2.2. RELAÇÕES PERIGOSAS: A IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS	45
2.3. AGÊNCIA VS. ESTRUTURA: O DILEMA DO CAMPO	49
2.4. INTERPRETAÇÕES BRASILEIRAS: MENOS VITIMIZAÇÃO, MAIS RESISTÊNCIA?	51
3. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: REALIDADE E RESISTÊNCIA EM PIERRE BOURDIEU E O <i>HABITUS</i> NARRATIVO	56
3.1. AGÊNCIA E ESTRUTURA NA TEORIA FEMINISTA	56
3.2. A TEORIA DAS PRÁTICAS DE PIERRE BOURDIEU	58
3.3. O LUGAR DE BOURDIEU NA TEORIA FEMINISTA.....	62
3.4. A SAÍDA PELA NARRATIVA: O <i>HABITUS</i> NARRATIVO.....	66
3.4.1. <i>O habitus narrativo</i>	68
3.4.2. <i>As narrativas no contexto institucional da justiça juvenil</i>	70
4. A COLETA DE DADOS.....	73
4.1. O CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO FEMININO DO RIO GRANDE DO SUL	74
4.1.1. <i>A população do Casef: atos infracionais, região de cometimento e cor das adolescentes</i>	78
4.2. A ENTRADA EM CAMPO E A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	80

4.3.	A DIVISÃO DAS NARRATIVAS EM QUATRO GRUPOS.....	83
5.	ANÁLISE DAS NARRATIVAS.....	85
5.1.	DENTRO E FORA DA VIDA: FEMINILIDADE E ESTRATÉGIA NO TRÁFICO DE DROGAS	86
5.1.1	<i>“Os guris amarelaram”</i> : Responsabilidade e autonomia na narrativa de Gabriela	86
5.1.2.	<i>“Eu tinha que ter poder”</i> : Matrimônio e suas estratégias no relato de Tamara	91
5.1.3.	Conclusões preliminares: Violência e feminilidade calculadas	95
5.2.	ENTRE ELAS: MENINAS DIANTE DO ESPELHO.....	97
5.2.1.	<i>Entre mães e inimigas: Maternidade e rivalidade na narrativa de Helena</i>	98
5.2.2.	<i>Princesas e bandidas: Separação entre pessoa e ato na narrativa de Juliana</i>	108
5.2.3.	Conclusões preliminares: Manutenção violenta dos contratos monogâmicos	119
5.3.	SEM SAÍDA, SEM ESCOLHA: MENINAS OBRIGADAS A COMETER VIOLÊNCIA	122
5.3.1.	<i>“Se a gente não fizesse, ele ia nos matar”</i> : Cuidado e trauma no relato de Fátima	123
5.3.2.	<i>“Eu aguentei até onde eu pude”</i> : Sobrevivência e violência sexual na narrativa de Olívia	128
5.4.	OS PERIGOS DA CASA: (AUTO)DEFESA NA ESFERA DOMÉSTICA....	131
5.4.1.	<i>“Um dia não deu mais”</i> : Cuidado e protagonismo na história de Ana	131
5.4.2.	<i>“É uma cicatriz que nunca vai curar”</i> : Autodefesa e culpa no relato de Luísa	135
5.4.3.	<i>Guria boa, guria má: Defesa e moralidade entre Ana e Luísa</i>	138
6.	CONCLUSÕES.....	140
6.1.	O SILÊNCIO DA CLASSE, O SOM DO AFETO	140
6.2.	DA CASA À RUA: O HABITUS NARRATIVO COMPARTILHADO PELAS ADOLESCENTES	143
6.3.	O MUNDO DAS MULHERES.....	148
6.4.	“TIRAI-ME O SEXO”? VIOLÊNCIA, RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO DA FEMINILIDADE	150
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

INTRODUÇÃO

Em 1938, a escritora inglesa Virginia Woolf publicou *Os Três Guinéus* (1978), um ensaio sobre as raízes da guerra e do fascismo. O livro foi uma resposta à pergunta de um amigo: "Como você acha que podemos prevenir a guerra?". A resposta de Woolf foi mais do que uma meditação sobre as origens da violência: foi uma reflexão sobre como homens e mulheres vivenciam e compreendem a violência de maneira diferente. Em seu ensaio, Woolf indaga: como poderia responder à pergunta de seu amigo, se a guerra é um hábito masculino, não feminino? Se raramente um ser humano foi morto pelo rifle de uma mulher? Se a maioria dos pássaros e bestas foram mortos por eles, não por elas? Para Woolf, a resposta a ser dada por ela à questão teria de ser baseada na experiência feminina. Seria para seu amigo, portanto, de pouco valor. "Obviamente existe para vocês alguma glória, alguma necessidade, alguma satisfação em lutar que nós nunca sentimos", ponderou a escritora.

De fato, são homens e meninos os responsáveis pela maioria dos atos de violência nas sociedades ocidentais¹. Para além das estatísticas, a relação entre gênero e violência aparece, no imaginário social, em termos muito específicos: a violência física é uma prática dos homens – e, se não é sempre cometida por um, é masculina e *masculinizadora* em sua essência. O pedido de Lady Macbeth, notória assassina da literatura inglesa, é claro: “Vinde, espíritos, que os pensamentos espreitais de morte, *tirai-me o sexo*, cheia me deixando, da cabeça aos pés, da mais terrível crueldade²”. Para violentar, uma mulher deve despir-se de seu sexo – ou pelo menos assim acreditamos.

Mais do que oceanos e séculos separam as meninas cujas narrativas compõe esse trabalho dessas mulheres britânicas, reais e imaginárias. Seja quando Helena³ bate com os punhos na mesa de uma delegacia, tentando convencer os policiais que *ela*, e não um homem, era responsável pelo assassinato de uma menina de 12 anos; ou quando Ana decide, com clareza e tranquilidade, que deveria matar seu pai para proteger a vida da mãe: esses são relatos que borram as fronteiras que separam a feminilidade da violência.

Este trabalho busca contribuir para o debate levantado por Woolf e outras depois delas: O que as mulheres podem saber e nos dizer sobre a violência? O que de específico em suas

¹ Cf. (MESSERSCHIMIDT, 1997; WELZER-LANG, 2001, 2004).

² Na tragédia shakespeariana, Lady Macbeth convence o marido, o nobre Macbeth, a assassinar o rei da Escócia para tomar-lhe o trono. No original: “Come, you spirits / That tend on mortal thoughts, unsex me here, / And fill me from the crown to the toe top-full / Of direst cruelty” (SHAKESPEARE, I. 5, p. 45 apud BRAUNMULLER, 1997).

³ Todos os nomes próprios apresentados neste trabalho são fictícios.

vivências pode elucidar o entendimento da violência como fenômeno social? Parto das questões colocadas pelas apresentadoras da Jornada *Lecture Critiques*, da École de Hautes Études en Science Sociales, em 1998: “Qual é a relação das mulheres com a violência? São somente suas vítimas? Existe uma violência especificamente feminina?” (HERITIER, 2007, p. 67). Não almejo, é claro, responder diretamente a essas perguntas, que requerem esforços teóricos e empíricos extensos e coletivos. Espero apenas que o recorte aqui proposto possa servir de contribuição a esse debate.

Para tanto, proponho uma articulação entre dois objetos dos estudos sociológicos: as relações de gênero e a violência. Enquanto ambos foram amplamente estudados no Brasil, o encontro entre esses dois objetos tem se dado, majoritariamente, de duas formas: primeiramente, a partir dos estudos da violência contra a mulher, principalmente a doméstica e a sexual (cf. BLAY, 2008, 2014; SAFFIOTI, 2005, 2009). Em um segundo momento, em uma dimensão menos abrangente, a partir dos estudos sobre a relação entre o cometimento de violência física e os ideais de masculinidade (cf. MACHADO, 2004; PIMENTA, 2014; ZALUAR, 2004, 2012).

Em diálogo com esses dois polos, este trabalho busca realizar a articulação menos comum entre ambos os estudos: a do gênero feminino com o cometimento de atos de violência física. Para tanto, analiso narrativas biográficas adolescentes mulheres cumprindo medida socioeducativa de internação pelo cometimento de atos infracionais violentos (homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e sequestro) no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul (Casef-RS). No Brasil, em 2014, havia 24.628 adolescentes cumprindo medida de restrição ou privação de liberdade no país. Desses, apenas 5%, 1.181, eram mulheres (SDH, 2017). Diante desse número diminuto, caberia a pergunta: por que, então, estudar meninas criminalizadas⁴?

Primeiramente, o estudo das narrativas dessas adolescentes nos fornece um conhecimento atualizado sobre as práticas de gênero contemporâneas e socialmente localizadas – no caso das entrevistadas, localizadas majoritariamente na periferia urbana. Os modos de vida da juventude brasileira têm se transformado e há, hoje, “uma confluência de processos de socialização na experiência juvenil, na qual nem a família nem a escola têm mais o monopólio”

⁴ Opto por utilizar a expressão “adolescentes selecionadas pelo sistema de justiça juvenil” ou “meninas criminalizadas” no lugar de “adolescentes em conflito com a lei”, termo usualmente utilizado por estudiosos da área, pois parto da premissa argumentada por Espinoza de que o sistema criminal “recruta sua clientela entre os mais miseráveis” (2004, p. 53). Assim, não é possível saber ou ter acesso ao número real de adolescentes que estão “em conflito com a lei”, ou seja, que cometem atos infracionais, pois muitas nunca serão processadas devido a diversas condições, entre elas a de classe. Desse modo, só é possível saber, com certeza, quem foi e quem não foi *selecionada* pelo sistema de justiça, ou seja, quem foi *criminalizada*.

(ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 17). É importante, então, considerar o caráter fluído das práticas de gênero, afinal, “se a condição de gênero tem base nas tradições históricas, seus valores e comportamentos são construídos, e portanto, podem ser modificados” (BLAY, 2014, p. 16). Desse modo, parece haver ainda um território pouco explorado no que diz respeito às práticas e representações de gênero das novas gerações, que vivenciam a adolescência na segunda década do século XXI.

Ademais, a temática dos adolescentes selecionados pelo sistema de justiça é de grande relevância no Brasil contemporâneo. O jovem brasileiro figura, tanto no imaginário nacional quanto nas estatísticas governamentais, como simultaneamente agente e vítima de violência. Essa tendência, que vem sendo verificada também internacionalmente, principalmente no continente americano (ZALUAR, 2004), tem tido destaque no debate público e político do país. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2015, por exemplo, 87% dos entrevistados se disseram a favor da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Entre 1993 e 2010, 37 propostas de redução da idade de imputabilidade penal já tramitaram no Congresso Nacional (CAPPI, 2013). Ainda, em 2015, o Senado Federal aprovou projeto de lei que aumenta o tempo limite de internação de adolescentes de 3 para 10 anos nos casos de atos equiparados a crimes hediondos ou de grave ameaça à pessoa.

Apesar de serem parcela pequena da população total de adolescentes criminalizados no Brasil, as adolescentes mulheres têm suas particularidades dentro do sistema de justiça juvenil. A população de meninas em privação ou restrição de liberdade no país cresceu 61% entre 2009 e 2014 – uma taxa consideravelmente mais alta do que o crescimento da população de meninos, de 45% (SDH, 2017). Ainda, enquanto os rapazes cumprem medida socioeducativa majoritariamente pelos atos de roubo e tráfico de drogas, o homicídio é o ato que prevalece entre as adolescentes criminalizadas (CNJ, 2016). Desse modo, destaca-se a importância de investigar as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no país e, principalmente, seu cometimento de atos de violência física.

No entanto, apesar da importância do tema, estudos dedicados à violência feminina são raros no Brasil (SANTOS, 2016). Para Assis e Constantino (2001), entre os motivos para essa ausência estão a pouca incidência estatística do fenômeno; o papel secundário da mulher na sociedade; o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor a essas manifestações e a falta de pressão da opinião pública, que não demonstra interesse no tema. Buscando trazer à luz esse aspecto pouco explorado da violência, esta pesquisa almeja realizar o que a teórica

estadunidense Meda Chesney-Lind (2013) chama de uma “criminologia⁵ crítica feminista e transformadora”, cujas características principais seriam: (i) a teorização explícita do gênero das agentes da violência, (ii) o comprometimento com a interseccionalidade e (iii) a compreensão da posição única e específica da mulher em campos dominados por homens.

Na tentativa de estabelecer uma “teoria feminista do desvio” (1989), Chesney-Lind argumenta que, para tanto, é preciso pensar para além do poder inegável dos papéis de gênero e das limitações que eles impõem às mulheres. É necessário, acima de tudo, compreender o sistema hierárquico no qual os gêneros masculino e feminino operam. Assim, uma abordagem feminista da violência tenta construir explicações para a violência feminina que sejam sensíveis a seus contextos patriarcais. Ademais, esforços para a construção de uma teoria feminista do desvio devem, acima de tudo, levar em conta a situação e a trajetória de vida das mulheres e meninas (CHESNEY-LIND, 1989).

Dentro de tal proposta, esta pesquisa busca estabelecer relações entre a vivência da violência física, cometida e sofrida, e as representações e práticas de gênero das adolescentes – sendo essas relações articuladas explicitamente ou não. Conforme Chesney-Lind, a criminologia feminista nascida em 1970 produziu, até os anos 90, estudos sobre a vitimização da mulher e, separadamente, estudos sobre o cometimento de violência pelas mulheres. Cabe a uma nova geração de pesquisadoras preencher as lacunas que separam essas duas esferas (BRITTON, 2000, p. 72).

Assim, nesta pesquisa, eu pergunto: *Como as experiências de violência física (tanto cometidas quanto praticadas), as representações e as práticas de gênero figuram e se interseccionam nas narrativas biográficas das adolescentes entrevistadas?* Busco analisar os tipos de relação que as adolescentes estabelecem entre violência física e sua posição como mulher nos espaços em que transitam – se essas são relações de antagonismo, empoderamento, inevitabilidade, resistência, sobrevivência, etc. Para tal, considero tanto as condições materiais da vida das adolescentes quanto as representações que essas constroem acerca da violência e da feminilidade. Desse modo, busco contribuir para a elucidação dos contextos em que as jovens mulheres brasileiras cometem violência física e para uma maior compreensão das condições materiais e simbólicas de possibilidade desses atos. Nesse sentido, busco entender em que

⁵ É importante ressaltar que, na América do Norte e na Europa, o termo “criminologia” se refere ao conjunto de estudos sobre os contextos e as condições nas quais indivíduos e grupos cometem crimes; sobre a reação estatal a esses crimes; e sobre indivíduos que trabalham no sistema de justiça e de punição. No Brasil, no entanto, a criminologia é uma área relacionada ao Direito que focaliza os estudos sobre a reação estatal ao crime.

condições o cometimento de violência é significado, pelas adolescentes, como *coerente* com sua posição como mulher, e em que condições isso não ocorre.

Para desenvolver essas questões, esta dissertação foi estruturada da seguinte maneira. O *Capítulo 1* apresenta os dois lados do objeto de estudo, as mulheres autoras de violência. Primeiramente, organizo as teorias acerca das relações de gênero que utilizarei nesta pesquisa e exponho o conceito de “feminilidade enfatizada” de Raewyn Connell (1987), cujo núcleo – a receptividade sexual e o trabalho reprodutivo das mulheres – tomo como o esqueleto normativo sobre o qual se ancoram as diferentes práticas e representações de feminilidade nas sociedades industriais capitalistas. A seguir, trato do outro lado da equação que concerne as mulheres violentas: a expansão da violência letal no Brasil, país que detém o maior número absoluto de homicídios no mundo (IPEA, 2016). Reconstruo os argumentos de Feltran (2008), Misse (1999) e Zaluar (2004, 2012) acerca da crescente individualização das formas de sociabilidade e dos projetos de vida dos jovens da periferia urbana brasileira, a fim de inserir as adolescentes entrevistadas nesse contexto de crescente “violência urbana” – violência essa frequentemente associada ao varejo do narcotráfico. Por fim, discuto os limites e as possibilidades de se pensar o cometimento de violência física por meninas dentro do quadro apontado pelos autores, cujas explicações para o fenômeno são centradas em práticas masculinas.

No *Capítulo 2*, trago uma revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento da criminologia feminista. Abordo desde sua gênese, em que se questionou a masculinização das investigações sobre crime e violência, até as tendências contemporâneas desses estudos, que têm se voltado para os contextos e as histórias de vida das mulheres criminalizadas. A seguir, apresento o principal dilema teórico do campo: as mulheres que cometem violência são vítimas da dominação masculina, ou resistentes às normas de gênero? Enquanto a literatura tradicional do Norte global tende para os debates acerca da vitimização, as poucas – porém crescentes – pesquisas brasileiras sobre o tema focalizam a agência e o caráter resistente da violência feminina.

O *Capítulo 3* parte da questão colocada pela revisão bibliográfica acerca da prevalência da agência (a “resistência”) ou da estrutura social (a “vitimização”) nas práticas e representações de mulheres autoras de violência. Assim, apresento o viés teórico-metodológico utilizado para tentar superar essa dicotomia: a teoria das práticas de Pierre Bourdieu, conforme desenvolvida principalmente em *Meditações Pascalianas* (2000) e interpretada por Adkins (2005a, 2005b) e McNay (1999a, 1999b, 2005). Ademais, apresento a importância do uso da análise de narrativas de mulheres criminalizadas para apreender tanto as estruturas sociais

quanto os sentidos subjetivos que elas atribuem à violência. Ainda neste capítulo, apresento o conceito de “*habitus* narrativo” desenvolvido por Fleetwood (2016), a partir do qual procuro conciliar as proposições de Bourdieu com a análise das narrativas coletadas.

O *Capítulo 4* detalha o processo de entrada em campo e apresenta o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul (Casef-RS), onde 22 entrevistas foram conduzidas⁶. Já o *Capítulo 5* traz a análise de oito narrativas, divididas em quatro grupos. Para cada grupo de análise, foram selecionados relatos que estabelecem relações específicas entre feminilidade e o cometimento de violência. São esses: (i) narrativas de meninas envolvidas diretamente com o tráfico de drogas, que equiparam feminilidade à autonomia e à responsabilidade; (ii) narrativas de meninas que cometeram atos violentos contra outras mulheres, na tentativa de manter estáveis suas relações heterossexuais; (iii) narrativas de meninas que foram obrigadas a cometer os atos pelos quais cumprem medida socioeducativa, significando o cometimento de violência como uma espécie de vitimização; e (iv) narrativas de meninas que cometeram violência em defesa de si ou de outras pessoas, em ações equacionadas ora ao cuidado pela família, ora à culpa por revidar uma violência intrafamiliar.

Por fim, nas *Conclusões*, apresento elementos do que chamei de “*habitus* narrativo compartilhado” das meninas entrevistadas, ou seja, uma fórmula narrativa geral presente, em maior ou menor medida, nos 22 relatos coletados. Trata-se de um percurso narrativo que se inicia no espaço da “casa”, a esfera doméstica familiar; e passa por uma crise que as leva para a “rua”, uma esfera de sociabilidade completamente distinta, onde o espaço do que é possível – e *necessário* – fazer enquanto menina se transforma. Nessa passagem, as condições de reprodução de uma coerência entre feminilidade e cometimento de violência se reconfiguram. Enquanto na esfera doméstica as justificações para a violência das meninas centram-se na prática do *cuidado*, na “rua” a violência pode ser legitimamente empregada em diversos contextos, por (i) necessidade de manter a estabilidade das relações heterossexuais monogâmicas, através da “punição” de meninas que violam essa estrutura; (ii) tomada de responsabilidade em ambientes *profissionais* do varejo do narcotráfico; ou (iii) sobrevivência diante de ameaças externas.

Nem vítimas passivas, nem agentes conscientes de uma *resistência* às normas de gênero, as meninas entrevistadas negociam as normas tradicionais de feminilidade em contextos

⁶ São estas: 15 narrativas de meninas autoras de violência física (cumprindo medida socioeducativa pelos atos infracionais de homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e sequestro) e 7 narrativas de meninas autoras de roubo. Esta análise centra-se nas 15 narrativas sobre o cometimento de violência. Os relatos das meninas internadas por roubo são considerados, em conjunto com os demais, nas conclusões deste trabalho.

distintos sem negar sua posição social como mulheres. Woolf estava certa, enfim, mas não pelos motivos que acreditava: a resposta das mulheres à questão da violência será sempre informada por suas experiências – mas essas não são, necessariamente, experiências de repúdio à violência.

1. DUAS FACES DE UM OBJETO PARADOXAL

A intersecção entre *gênero e violência* não é incomum nas ciências sociais. Fala-se, cada vez mais, da relação entre masculinidade e o cometimento de violência⁷: as guerras, os esportes violentos, as extorsões econômicas, os estupros, a criminalidade urbana e a violência doméstica são alguns dos fenômenos atribuídos e, em sua grande maioria, *cometidos* por homens (WELZER-LANG, 2004, p. 13). Em contrapartida, associamos a feminilidade à vitimização pela violência (cf. SAFFIOTI, 2005, 2009). Sabemos que os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres, e que esse sistema de dominação é mantido por violências múltiplas, da agressão doméstica ao estupro de guerra, passando pela violência econômica (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

Já a inversão dessa equação – a relação do gênero feminino e com o cometimento de violência física – é um fenômeno de difícil apreensão. Por um lado, porque “a violência é considerada antinômica com respeito à feminilidade” e, portanto, “o exercício da violência por parte das mulheres é visto como a última transgressão da fronteira entre os sexos” (HERITIER, 2007, p. 76). Nesse sentido, a violência feminina é uma prática quase que impensável. E por outro lado porque, como outros discursos normativos sobre gênero que acabam por informar práticas sociais, a atribuição de uma certa passividade física às mulheres encontra amparo nas estatísticas, especificamente no reduzido número de atos violentos praticados por elas que chegam ao sistema de justiça.

No Brasil, o encarceramento da população feminina adulta tem crescido em números alarmantes. Entre 2004 e 2014, o número de mulheres encarceradas cresceu 567%, enquanto a taxa de crescimento da população carcerária masculina foi de 220%. Em 2014, havia 37.380 mulheres adultas presas no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que os maiores responsáveis por esse encarceramento não são os atos de violência física. Nesse ano, apenas 9% da população carcerária feminina cumpria pena por atos que levaram à morte de alguém, o que totaliza 3.364 mulheres. Dentre os homens, esse número é de 97.632, o que corresponde a 18% da população carcerária masculina. O crime de tráfico de drogas é o que mais encarcera as mulheres brasileiras, sendo responsável por 68% das prisões (contra 26% na população masculina) (DEPEN, 2014).

⁷ Cf. BOURGOIS, 1995; BLAY, 2014; MACHADO, 2004; MESSERSCHIMIDT, 1997; PIMENTA, 2014; ZALUAR, 2004.

O mesmo não ocorre com a população de adolescentes mulheres cumprindo medida socioeducativa. Pesquisa em cinco estados brasileiros⁸ realizada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2015 revelou que o ato infracional de homicídio é responsável por grande parte das internações de meninas no país. No Pará, por exemplo, 60% das adolescentes cumpriam medida socioeducativa pelo ato. No Rio Grande do Sul, 50% das adolescentes cumpriam medida por atos que resultaram em morte (homicídio ou latrocínio). São Paulo é o único dos estados pesquisados em que o tráfico de drogas lidera as internações, sendo responsável por 43% delas (CNJ, 2015).

Nesse sentido, as meninas se distinguem em muito dos rapazes, já apenas 9% do total de jovens (homens e mulheres) encarcerados responde pelo ato infracional de homicídio. Isso não é dizer, é claro, que as elas cometem *mais* homicídios do que eles: em números absolutos, os rapazes ainda ultrapassam em muito o número de atos violentos cometidos pelas adolescentes. Mesmo porque o número de adolescentes mulheres em restrição e privação de liberdade no Brasil é pequeno: em 2014, havia 1.181 meninas encarceradas, e 23.447 meninos. Ainda assim, em números relativos, a importância dos atos violentos para o encarceramento das adolescentes brasileiras não pode ser desprezada. Ainda, é relevante ressaltar que, embora os meninos ultrapassem as meninas encarceradas em números absolutos (ver Gráfico 1), o número de meninas em privação ou restrição de liberdade desde 2009 cresceu proporcionalmente mais do que o número de rapazes, conforme Gráfico 2.

⁸ Não há dados referentes a todos os estados brasileiros, pois os levantamentos anuais do SINASE, ao contabilizarem os atos infracionais cometidos por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no país, não discriminam os dados por gênero.

Gráfico 1 - População de adolescentes em privação e restrição e liberdade por gênero. Fonte: SDH, 2017.

Gráfico 2 - Crescimento percentual da população de adolescentes em privação e restrição de liberdade por gênero. Fonte: SDH, 2017.

Ainda, é importante considerar, como nos alerta Santos (2016), que investigar o fenômeno da violência apenas a partir de um viés estatístico pode nos levar a uma “ilusão cientificista” (BERTAUX, 2014 apud SANTOS, 2016), já que muitas ações violentas não chegam a ser judicializadas. Uma das principais formas de violência que não chega a adentrar o sistema de justiça é a violência intrafamiliar contra crianças, da qual mulheres não são apenas

vítimas, mas também autoras. Em pesquisa em favelas do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, Santos observou que

a mãe aparece como a principal autora de violência física contra crianças em casa. Mais da metade (65%) das mães afirmam praticar violência física contra os filhos com alguma frequência (“raramente”, “às vezes”, “quase sempre” e “sempre”). Por outro lado, 48% das avós praticam violência física contra os netos sob sua responsabilidade, enquanto 39% dos pais admitem praticar violência contra crianças de 0 a 8 anos de idade (2016, p. 47).

Para Santos, a perspectiva “judicializada” adotada pela sociologia brasileira, cujo enfoque recai sobre práticas criminosas, e não especificamente “violentas”, explica “a pouca atenção dada à mulher como autora de violência” (2016, p. 44). Assim, diante (i) do aumento do encarceramento de meninas adolescentes no Brasil, (ii) da particular importância dos atos violentos para esse encarceramento e (iii) das poucas pesquisas brasileiras sobre o cometimento de violência física por mulheres e meninas, sejam essas ações judicializadas ou não, essa pesquisa tem como objeto as narrativas de adolescentes que relataram terem cometido atos de violência física. Esses são todos os atos em que foi utilizado “o emprego da força física [...] para impor a vontade [*da agente*] contra a vontade dos outros” (MISSE, 1999, p. 30), quer a própria agente tenha empregado a violência, quer ela tenha auxiliado outra pessoa a empregá-la (como no caso das “cúmplices”). Selecionei especificamente os atos que resultaram na (ou almejavam a) interrupção, temporária ou permanente, da existência corpórea plena de outro indivíduo. Assim, foram analisadas entrevistas de meninas que relataram o cometimento (ou a tentativa de) de assassinato e de sequestro.

Além do estudo das práticas violentas das adolescentes se justificar pelo fato de que esses atos dão conta de boa parte das internações de meninas no Brasil, investigações sobre a violência física cometida por mulheres, principalmente a violência extrema do assassinato, têm relevância teórica para os estudos de gênero. Afinal, o assassinato é o ato abominável por excelência. Ele produz o mais abjeto dos objetos: o cadáver (KRISTEVA, 1982 apud MORRISSEY, 2003). O cadáver é a “morte infectando a vida”: ele traumatiza porque é a lembrança da finitude da existência corpórea de todos os seres. Ao mesmo tempo, o assassinato é a “confirmação desconfortável da capacidade de cada indivíduo de forçar o Outro ao horror do não-ser, da capacidade que todos temos de transformar uma pessoa em um dejetos, em um cadáver” (MORRISSEY, 2003, p. 2).

Quando as mulheres cometem um assassinato, esse ato torna-se ainda mais abjeto. Isso é claro, por exemplo, no modo como a mídia veicula a violência cometida pelas mulheres⁹, ou na maneira como esta é representada nos discursos jurídicos¹⁰. Para Kristeva (apud MORRISSEY, 2003), a abjeção a qual as mulheres (violentas ou não) são constantemente associadas na cultura ocidental emana da “permeabilidade do corpo feminino”, ou seja, do fato de que, através do processo reprodutivo, a anatomia feminina transcende as fronteiras entre o indivíduo e outro. Assim, as mulheres que matam realizam a *antítese* da reprodução: dão a morte, e não a vida.

Para compreender o fenômeno da violência feminina, parto agora para duas discussões teóricas distintas. Há duas perguntas a serem respondidas, separadamente, antes que possamos pensar a articulação entre feminilidade e violência, no contexto específico das meninas entrevistadas. Primeiro: Podemos definir “feminilidade”? Na seção a seguir, apresento as teorias que norteiam o entendimento de “gênero” e “feminilidade” nessa pesquisa. A segunda questão trata de como pensar o cometimento de violência física no Brasil. Assim, exponho os debates teóricos acerca da “acumulação social da violência” (MISSE, 1999) no país, a fim de elucidar o contexto social no qual podemos localizar as adolescentes entrevistadas por essa pesquisa, bem como o esquema de sentido coletivo associado às práticas violentas.

1.1. AS MULHERES SEM VIOLÊNCIA: GÊNERO E FEMINILIDADE ENFATIZADA

Na introdução de *The Metaphysics of Gender*, Charlotte Witt (2011) faz ao leitor uma simples pergunta: você seria a mesma pessoa se pertencesse a um gênero diferente? A resposta recorrente é “não”. Witt argumenta que a experiência de gênero é essencial para os indivíduos sociais serem quem são. Assim, o gênero é a propriedade que constitui ontologicamente o ser social unificado, é o “megapapel social” desempenhado por todos os indivíduos. Nesse sentido, “as várias posições sociais ocupadas pelo indivíduo e seus diversos papéis sociais são unificados e determinados normativamente por meio do ‘megapapel social’” (KUHNEN, 2013, p. 410).

⁹ Cf. Morrissey (2003), sobre representação midiática de mulheres violentas no mundo anglófono; e Almeida (2001), no Brasil.

¹⁰ Para uma comparação entre os discursos de agentes do Direito sobre mulheres e homens autores de assassinato, conferir Fachinnetto (2012).

Isso é dizer que todas as práticas de um indivíduo são realizadas a partir de uma posição de gênero, como mulher ou como homem – o que não significa que isso lhes confira homogeneidade. Mas o que *é* gênero? Segundo Joan Scott (1995), o termo surgiu inicialmente entre teóricas estadunidenses que procuravam expor o caráter social das distinções percebidas entre homens e mulheres, em uma tentativa de rejeitar o determinismo biológico implícito na utilização do termo “sexo”. Utilizar “gênero” no lugar do “sexo” – ou de “homens e “mulheres” – sugere também a relevância analítica de pensar as diferenças entre homens e mulheres de forma relacional.

A partir dessas considerações, Scott expõe seu conceito de gênero, que parte de duas proposições: primeiro, a de que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos masculino e feminino em uma sociedade específica. Segundo, que ele é uma forma de significar relações de poder. Assim, o gênero é o conjunto de papéis, atribuições e subjetividades que são vinculadas a uma parcela da população que possui determinado sexo, masculino ou feminino, e a partir dessa vinculação ocorre uma distribuição desigual de poder entre os dois grupos formados – homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Tais atribuições são vinculadas e impostas aos dois gêneros através de diversos processos sociais, por meio de (i) símbolos culturais (que podem ser contraditórios, como a utilização simultânea das imagens de Maria e de Eva como símbolos da feminilidade no ocidente, com suas respectivas representações de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção); (ii) espaços políticos e institucionais, como o mercado de trabalho desigual, as instituições educacionais socialmente masculinas, o sistema político excludente; e (iii) o processo socializador através do qual o gênero informa a subjetividade dos indivíduos. Assim, o gênero de uma pessoa estabelece seu acesso a recursos materiais e simbólicos e, por isso, é essencial na concepção e na construção do poder objetivo na sociedade, bem como na concepção subjetiva do indivíduo.

Dois aspectos da teoria de Scott me interessam mais diretamente. Primeiro, a ideia de que o gênero é um sistema de divisão de poder. As mulheres, ao longo da história, têm sido vítimas de violência, e seus algozes são majoritariamente masculinos. A violência contra a mulher é, então, “a base para a manutenção do exercício do poder e se instrumentaliza através das relações de dominação e subordinação” (BLAY, 2014, p. 16). Tal violência não ocorre apenas no espaço doméstico, mas em todos os lugares em que a mulher exerce suas atividades cotidianas (BLAY, 2008). Assim, esse fenômeno está tão imbricado nos valores da sociedade brasileira (BLAY, 2014) que qualquer tentativa de compreender seu aparente oposto, a

violência feminina, deve ter a violência contra a mulher como um dos fundamentos materiais e estruturais da experiência feminina. Afinal, as mulheres, mesmo aquelas que não foram diretamente vítimas de violência masculina, não escapam de uma “cultura da violência” em que, “guiadas por padrões de educação baseados na agressão”, às vezes agredem filhos, companheiros e outras mulheres (BLAY, 2008, p. 216-217). Se, conforme Witt, o gênero feminino é um “mega papel social”, parte desse papel é temer, negociar e ocasionalmente sofrer violência masculina.

O outro aspecto importante trazido por Scott é a identidade subjetiva que o gênero produz nos indivíduos. As práticas e as representações de gênero são internalizadas por meio de processos de socialização. É relevante, para esta pesquisa, a ideia de que uma das principais marcas da socialização de gênero é a associação do feminino à passividade e do masculino à violência, o que coage os comportamentos, as normas institucionais e a opinião pública a se ajustarem o máximo possível a essas definições:

Desde os jogos até as reprimendas, desde os elogios (“que bela menina” versus “ele é uma força da natureza”) das obrigações e possibilidades (“seu irmão pode fazer isso porque é homem”) até os castigos, desde a reprovação até a recompensa, tudo é posto em prática, tudo conduz desde a primeira infância para que crianças [...] assumam essas características (HERITIER, 2007, p. 85).

Porém, enquanto há verdade na proposição de Heritier de que as mulheres são historicamente associadas – e portanto, em alguma medida, socializadas para – a docilidade, cabe complementar seu argumento com perspectivas teóricas que considerem como a socialização de gênero se relaciona com demais processos socializadores, como os de classe, de raça, de nacionalidade e de geração. Se, em alguma medida, as mulheres são socializadas para serem mais dóceis que os homens, elas não o são da mesma forma, nem na mesma intensidade. As práticas de gênero, afinal, não ocorrem em um vácuo: elas são influenciadas pelas estruturas sociais.

1.1.1. Do que falamos quando falamos de feminilidade?

Utilizo a perspectiva de Connell (1987) para dar conta de uma abordagem mais nuançada das práticas de gênero, em interação com as práticas de classe, de raça e de geração. Para a autora, as estruturas sociais, como as divisões de trabalho, de poder e de sexualidade, são reproduzidas por meio da ação social. Práticas específicas de gênero, classe e raça, por exemplo, são encorajadas e permitidas, ou desencorajadas e proibidas, dependendo da posição de cada agente na estrutura social. Assim, há diversas maneiras de construir e produzir a

masculinidade e a feminilidade distribuídas no espaço social. Essas práticas são entendidas como “ação estruturada”: o que as pessoas fazem, em contextos específicos, sob contenções estruturais (MESSERCHMIDT, 1997, p. 6).

Connell tem uma conceituação própria de gênero, construída no clássico *Gênero e Poder* (1987). Historicamente, os estudos de gênero têm conceituado as relações entre homens e mulheres a partir de duas estruturas: a divisão sexual do trabalho e a divisão social do poder. A primeira diz respeito à organização do trabalho doméstico e do cuidado das crianças, a divisão entre trabalho pago e não-pago e a segregação do mercado de trabalho. A segunda tem a ver com as divisões de autoridade no espaço público e privado, com a violência institucional e interpessoal contra as mulheres e com o controle da sexualidade (CONNELL, 1987, p. 96-97).

Para Connell, esses dois modelos não são suficientes para pensar as relações de gênero. Há uma terceira estrutura relacionada aos padrões de desejo, erotismo e afetividade – ou seja, “o modo como as pessoas criam relações emocionais entre si” (1987, p. 97) – que não deriva diretamente das relações de trabalho e poder. Connell chama esta estrutura de “catexia”, tomando emprestado o termo psicanalítico. Assim, para a autora, a *divisão sexual do trabalho*, a *estrutura de poder* e a *estrutura da catexia* são os três principais elementos de qualquer “ordem ou regime de gênero” (CONNELL, 1987).

Para Connell, o gênero é o conjunto das práticas relacionadas à divisão social que parte das funções reprodutivas masculinas e femininas. É, então, um conceito *relacional*. Ele trata da relação entre as práticas sociais e as práticas centradas na sexualidade e nas estruturas de parentesco (casamento e parentalidade). Para Connell, essa definição é aberta o suficiente para dar conta da flexibilidade dos *nós* entre as práticas sociais gerais e as práticas reprodutivas. Há lugares e momentos históricos em que essas relações são mais autoritárias, quando grande parte da vida social é coberta pelas relações de gênero, e lugares e momentos em que isso ocorre em menor intensidade (CONNELL, 1987, p. 140). Nesse sentido, o gênero é um *processo*, não algo objetivado. Ainda assim, o gênero é institucionalizado na medida em que uma rede de relações entre práticas sociais e práticas reprodutivas é formada e se torna cíclica. A ordem de gênero se estabelece de determinada forma quando grupos constituídos através dessas relações têm interesse em manter as condições para a reprodução cíclica dessas práticas (CONNELL, 1987, p. 141). Daí que, apesar de suas possibilidades abertas, Connell pode caracterizar de maneira geral a ordem de gênero das sociedades ocidentais capitalistas industriais.

Assim, elementos centrais da *divisão sexual do trabalho* são (i) a demarcação de tipos de trabalho “feminino” e “masculino”, (ii) a atribuição da categoria “trabalho feminino” a

posições que não conferem às mulheres a possibilidade de acumular riqueza e capital, (iii) atribuição do cuidado das crianças e do trabalho doméstico às mulheres e (iv) as práticas de solidariedade entre os homens, inclusive de classes sociais antagônicas, para a manutenção dessa estrutura (CONNELL, 1987, p. 104-105).

A *estrutura de poder*, que regula a distribuição de autoridade e a prática da violência, é visível em atos particulares. Connell exemplifica alguns desses processos: um pai proíbe a filha de casar; um grupo de parlamentares proíbe a prática da homossexualidade; um banco nega um empréstimo a uma mulher solteira; um grupo de rapazes estupra uma conhecida (1987, p. 107). Tais ações são mais do que apenas atos individuais – são processos sociais de grande escala e permanência histórica. O estupro, por exemplo, é difundido pela mídia como um ato criminoso individual, embora seja simultaneamente fruto e motor de um sistema ideológico de supremacia masculina.

Já a *estrutura da catexia* tem a diferença sexual como pressuposto para a formação do desejo sexual hegemônico – a heterossexualidade. A “solidariedade”, no sentido de codependência, do casal heterossexual baseia-se em uma – suposta – reciprocidade entre homens e mulheres, e não em uma experiência humana comum (CONNELL, 1987, p. 112). Os membros de um casal heterossexual não são apenas diferentes: são especificamente desiguais. Para Connell, a reciprocidade erótica na heterossexualidade hegemônica é baseada em uma troca desigual: a mulher heterossexual é sexualizada como um objeto, enquanto o homem heterossexual não (1987, p. 113).

Essas três estruturas se refletem em práticas sociais. No limite, nenhuma prática é individual: “a vida pessoal é um caminho através de um campo de práticas que seguem lógicas coletivas e respondem a condições estruturais, que se interseccionam e, com frequência, entram em contradição” (CONNELL, 1987, p. 222). Assim, há um “ordenamento” de práticas femininas e masculinas em uma escala social geral, e tal ordem é, em alguma medida, análoga às interações individuais. Obviamente, a complexidade das interações sociais garante a heterogeneidade das práticas, principalmente quando em interação com diferenças culturais, geracionais e de classe. Ainda assim, Connell argumenta que é possível conceituar os “elementos chave” do *esqueleto* da ordem de gênero, mesmo que de forma muito mais simplificada do que o modo como ele ocorre nas interações sociais reais. Tal tarefa é necessária, pois é impossível compreender as interações sem visualizar esse esqueleto.

Para Connell, o fato estrutural sobre o qual as relações de gênero se amparam é “o domínio global dos homens sobre as mulheres” (1987, p. 183). A partir desse domínio, é construída a “masculinidade hegemônica”, sempre reproduzida em relação antagônica às

masculinidades subordinadas (como a dos homens de sexualidades dissidentes) e às feminilidades. A partir dos elementos hegemônicos de cada estrutura da ordem de gênero (a divisão sexual do trabalho, a estrutura de poder e a estrutura da catexia), Connell argumenta que, nas sociedades ocidentais capitalistas industriais, a masculinidade hegemônica é caracterizada: (i) pelo trabalho pago no mercado de trabalho livre e pelos empregos profissionais administrativos (na divisão sexual do trabalho), (ii) pela subordinação das mulheres nos espaços públicos e privados (na estrutura de poder), e (iii) pela heteronormatividade, construída por meio da erotização da desigualdade (na estrutura de catexia).

Connell toma o termo “hegemonia” emprestado de Gramsci para tratar de uma ascensão social conquistada por meio de estratégias que vão além da força bruta. Nesse sentido, “a ascensão de um grupo de homens conquistada por armas ou por ameaças de desemprego não é hegemonia” (1987, p. 184), já a ascensão baseada em doutrinas e práticas religiosas, em conteúdo midiático, em uma estrutura salarial, em políticas tributárias, etc., é hegemônica. Ainda assim, a ascensão dessa forma específica de masculinidade não é incompatível com a violência. Na verdade, os dois – a masculinidade hegemônica e a violência – caminham juntos. Violências físicas e econômicas, como o espancamento de homossexuais e as leis de sucessão de propriedade, sustentam normas culturais dominantes. Assim, “a conexão entre a masculinidade hegemônica e a violência patriarcal é próxima, embora não seja simples” (CONNELL, 1987, p. 184).

Dada a complexidade das relações de gênero, a masculinidade hegemônica pode manter, de maneira consistente, “aberturas para a violência e aberturas para a domesticidade, para a misoginia e para a atração heterossexual” (1987, p. 186). Isso não significa, necessariamente, que um traço da masculinidade hegemônica seja praticar violência contra as mulheres. Segundo Connell, as mulheres podem inclusive se sentir menos oprimidas pela masculinidade hegemônica do que por outros tipos de masculinidade, por a acharem mais familiar e negociável: “a tendência é que haja um *encaixe* entre a masculinidade hegemônica e a feminilidade enfatizada” (CONNELL, 1987, p. 186).

Não há uma “feminilidade hegemônica” porque as mulheres, enquanto grupo social, não têm o poder de impor, umas sobre as outras, formas de dominação – embora o façam na escala individual, principalmente nas relações maternas (CONNELL, 1987, p. 187). “Poder, autoridade e agressão não são temas próprios da feminilidade, como são na masculinidade”,

afirma Connell (1987, p. 187). Não é coincidência, segundo ela, que os índices de violência entre as mulheres sejam tão mais baixos do que entre os homens.

Ainda assim, na escala das relações sociais, a feminilidade é definida o suficiente para que Connell possa falar na *feminilidade enfatizada*, o “par perfeito” da masculinidade hegemônica. Essa é definida por (i) passividade em interações centradas na sexualidade e cooperação com as necessidades masculinas de adulação de ego (na estrutura da catexia); (ii) demonstração de competência em esferas de sociabilidade e privadas, e não em esferas técnicas e públicas (na estrutura de poder) e (iii) aceitação do casamento, da maternidade e do trabalho doméstico (na divisão sexual do trabalho). Essas características são organizadas em termos gerais por meio da *receptividade sexual* nas mulheres mais jovens e da *aceitação da maternidade* nas mulheres mais velhas. Esta feminilidade, portanto, é organizada como uma “adaptação ao poder masculino”, e enfatiza o cuidado, a empatia e a conformidade como virtudes das mulheres (CONNELL, 1987, p. 187).

Assim, homens e mulheres expressam aspectos dominantes de seu gênero através da fala, da vestimenta, da aparência física, de suas atividades e de seus relacionamentos interpessoais. No entanto, esses signos de masculinidade e feminilidade são sempre autorregulados dentro de contextos específicos. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, podem precisar negociar sua feminilidade enfatizada em relação a suas posições no mercado de trabalho, pois precisam demonstrar competência técnica para adquirir empregos na indústria. Assim, as práticas masculinas e femininas se baseiam nos ideais culturais de gênero, mas não correspondem integralmente a suas características. Afinal, o que a maioria das pessoas *acredita* não é necessariamente o que elas *são*, seja por escolha ou por necessidade (CONNELL, 1987, p. 186).

As práticas e as representações de gênero, portanto, dependem de uma interação entre o contexto social de um indivíduo e um “esqueleto” mais ou menos fixos de práticas e representações normativas vinculadas a determinado gênero – no caso das mulheres, a feminilidade enfatizada. Assim, interessa-me entender como as práticas e representações de gênero se relacionam com diferentes posições de classe na estrutura social, e como práticas aparentemente não normativas – como o cometimento de violência física pelas mulheres – são reguladas e significadas dentro de seus contextos específicos. Para tanto, é necessário compreender o contexto social no qual as adolescentes entrevistadas estão inseridas.

1.2. A VIOLÊNCIA SEM AS MULHERES: “VIOLÊNCIA URBANA” NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Onde eu morava tem muita briga de tráfico, de picuinha por nada, se matam por nada... coisas sem motivo. Mais ainda agora que andam com arma, antes era mais com facão. Agora qualquer coisa é motivo pra dar tiro.

Trecho de entrevista de Carolina, 15 anos, internada por homicídio

Em 2014, o Brasil foi o país com o maior número absoluto de homicídios do mundo. Nesse ano, 59.627 pessoas foram vítimas do crime – o maior número já registrado até então no país (IPEA, 2016). O Brasil era também a 12ª nação com mais homicídios por 100 mil habitantes (com uma taxa de 29,1/100 mil habitantes). Esses dados, é claro, não são homogêneos: há diferenciações entre os índices de mortalidade nos diferentes estados do país. Entre 2004 e 2014, por exemplo, o Rio Grande do Norte enfrentou um aumento de 308,1% no número de homicídios. Já o estado de São Paulo reduziu em 52,4% o número de vítimas desse crime. No Rio Grande do Sul, estado onde vivem as adolescentes entrevistadas para esta pesquisa, os homicídios aumentaram 30,5% entre 2004 e 2014 (IPEA, 2016).

Os homicídios diferenciam-se também em relação ao gênero, a idade e a cor das vítimas. Entre 2004 e 2014, houve um aumento de 18,2% nos homicídios de afrodescendentes, enquanto os homicídios de indivíduos brancos diminuíram 14,6%. No que diz respeito às mulheres, elas são 4.757 das vítimas de 2014, o que configura 8% do total de homicídios do país. Isso são, em média, 13 mulheres assassinadas por dia. Ademais, mais de 50 mil mulheres ligaram para a Central do Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2014. Dentre elas, 77% afirmaram serem vítimas semanais de agressões e 80% tinham vínculos afetivos com o agressor. Entre os jovens, as taxas de homicídio brasileiras são ainda maiores. No Rio Grande do Sul, enquanto a taxa de homicídios da população geral aumentou de 17,9 para 19,2 entre 2001 e 2011 (um crescimento de 6,9%), o mesmo índice, entre jovens, subiu de 70 para 82,9 (um crescimento de 18,3%) (WAISELFISZ, 2013).

É fato, então, que a violência é um fenômeno incontornável nos debates sobre o Brasil. A chamada “violência urbana” tornou-se, a partir dos anos 1990, o maior *problema social* das grandes cidades do país. Desde então, a representação dessa “violência urbana” tirou do centro dos debates sociais brasileiros a figura do “trabalhador” e nele inseriu a figura do “marginal” (FELTRAN, 2014, p. 498). Do mesmo modo, as políticas sociais se afastaram da lógica da garantia de direitos e passaram a pensar a proteção social como uma forma de prevenção da violência:

Nunca os marginais [...] estiveram tão visíveis, nunca foram tão tematizados, nunca houve tantas políticas voltadas para eles. Armas de fogo, bandidos com o rosto coberto, policiais, drogas apreendidas e corpos estirados no chão povoam noticiários espetaculares e conversas de bar. Violência talvez seja o grande tema da

cinematografia nacional e internacional. Incitar a tematização da violência para, em seguida, classificá-la. Nunca se apostou tanto no encarceramento daqueles que se classificam como sendo seus artífices: homens jovens e pretos, pardos ou favelados (FELTRAN, 2014, p. 504).

Como chegamos aqui? Para Michel Misse, o Brasil tem vivido um complexo processo de “acumulação social da violência” desde sua origem (2010, p. 180). Fatores sociais se alimentam reciprocamente gerando, de um lado, a acumulação de desvantagens para um segmento da população (as classes trabalhadoras e subalternas) e, de outro, “estratégias aquisitivas” partilhadas por agentes criminais e por aqueles que os reprimem (como o fortalecimento dos mercados ilícitos do narcotráfico e do tráfico de armas). Ademais, desenvolveu-se um processo de “incriminação preventiva de certos ‘tipos sociais’” que acabou por constituir uma “cultura” associada a esses sujeitos (MISSE, 2010, p. 18). Nos parágrafos a seguir, desenvolverei o argumento defendido por Misse acerca de tal *acumulação social da violência*, a fim de ilustrar o processo social no qual as adolescentes entrevistadas estão inseridas.

1.2.1. O acúmulo social da violência no Brasil

Se, como quis Durkheim, “crime” é tudo aquilo que agride a consciência coletiva (1999), em uma sociedade moderna, onde tal consciência não é homogênea, podemos encontrar uma crescente tensão entre a *força da lei* e uma multiplicidade de *poderes de definição da situação*, de “neutralizações morais, autojustificativas frente aos dispositivos morais de autocontrole e normalização de comportamentos” (MISSE, 1999, p. 28). Tal tensão multiplica a existência de *ordens legítimas* em níveis locais e globais. Na modernidade, a força da lei depende mais da probabilidade objetiva de que os indivíduos operem uma “economia da repressão” baseada no controle individual do que da expectativa de punição legal. Ou seja, esperamos que os indivíduos tenham seus comportamentos autocontrolados e normalizados, de modo que se restrinjam de cometer delitos. As transformações e oscilações nessa “economia de repressão” são as responsáveis pelo aumento ou pela diminuição da criminalidade e, no caso aqui exposto, da violência.

No centro da economia de repressão está o autocontrole, característica essencial do individualismo moderno e da própria modernidade (cf. ELIAS, 1995). O “individualismo moral” é ao mesmo tempo fruto e motor do processo de monopolização do emprego legítimo da violência pelo Estado que se constituiu historicamente na Europa Ocidental, por meio de um “processo civilizador e pacificador de populações que normalizou, através da subjetivação do

autocontrole individual das emoções e dos impulsos de expressão corporal e física [...] os comportamentos” (MISSE, 1999, p. 30). Essa *normalização* é o processo histórico-social que mobiliza os indivíduos a autorregular suas vontades (necessidades, interesses e desejos) “através da socialização do *valor de si* como o valor próprio que deriva do *autocontrole*” (1999, p. 53). É desse processo histórico que surge a concepção de violência não mais como “crueldade” ou “excesso de poder”, mas como qualquer emprego “ilegítimo” da força física. Assim, a violência moderna é o “emprego da força física ou de suas extensões para impor sua vontade contra a vontade de outros” (MISSE, 1999, p. 30).

No Brasil, o monopólio estatal da violência nunca se completou enquanto processo civilizatório. As elites oligárquicas, que impuseram seu domínio por meio do colonialismo e do escravagismo, e depois por meio do Império, não conseguiram generalizar o processo de normalização dos comportamentos para todas as regiões e classes sociais brasileiras (MISSE, 1999, p. 32-33). Desse modo, diferentes *ordens legítimas* coexistiram ao longo da história do país, legitimando algumas formas de violência e não outras. Misse identificou três grandes ciclos de *acumulação social da violência* na cidade do Rio de Janeiro, a qual analisa como “tipo ideal” de cidade brasileira: o primeiro ciclo, das últimas décadas do Império até o Estado Novo, quando a violência é equacionada com a “ordem pública” e com recursos políticos; o segundo, da redemocratização de 1945 ao Ato Institucional n. 5; e o terceiro, da década de 1970 até o atual momento, era da crescente representação do “aumento da violência” (1999, p. 34).

A acumulação social da violência se refere não a um conjunto de práticas, mas antes, a uma “representação social de um perigo, de uma *negatividade social* que é assimilada a uma seleção de práticas e agentes” (Misse, 1999, p. 46). Essas representações são acompanhadas de mudanças na sociabilidade. As mudanças, por sua vez, têm relação com os principais catalizadores da “acumulação social da violência” em períodos distintos:

a desordem pública, a montante de saques e assaltos, a subversão e sua repressão, as mortes no trânsito, as incivildades e, desde os anos 70, a montante de agressões, de feridos e de mortos decorrentes das tensões internas a vários mercados ilícitos, e das tensões desses mercados com as práticas policiais operadas na sua repressão ou resultantes da interligação clandestina com suas redes, que alcançará plena visibilidade pública no tráfico varejista de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e outras áreas de pobreza urbana da periferia do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras capitais brasileiras a partir dos anos 80 (MISSE, 1999, p. 46).

Um dos efeitos dessa acumulação é a generalização das autoconcepções de vitimização, a partir das quais moradores das grandes cidades sentem-se vítimas potencias de “uma violência difusa, de um mal-estar geral, de uma sensação de desordem e caos” (MISSE, 1999, p. 41).

Parece ser o caso de Carolina, cujo depoimento sobre a expansão da violência em sua vizinhança está na epígrafe desta seção. Como ela, muitas outras entrevistadas relatam o sentimento de um aumento inescapável da “violência urbana” – a violência armada do narcotráfico – em suas zonas de convívio social. Juntamente a esse sentimento de potencial vitimização, há o crescimento das demandas de autoridade e da desconfiança nas transações econômicas, sociais e políticas (MISSE, 1999, p. 41). Essa falta de confiança também é perceptível nas entrevistas das adolescentes, as quais relatam, com muita frequência, terem descoberto que não têm “amigas de verdade”, que não podem contar com as “as pessoas que conheceram na rua” (sendo a rua o espaço da criminalidade, do varejo do narcotráfico, dos roubos).

Outro efeito da acumulação social da violência é a associação da pobreza urbana com suas “potencialidades desnormalizadoras” – o “persistente fantasma da modernidade que interliga a falta de alternativas regulares de mobilidade social ascendente ao incremento da opção criminal” (MISSE, 1999, p. 47). Nesse sentido, o agente desviante é representado como alguém que se “individualizou excessivamente, seja por perda involuntária do autocontrole, seja por desfiliação aos grupos sociais que reproduzem os valores dominantes, seja por decisão instrumental própria ou por ‘necessidade’” (1999, p. 48).

O “núcleo forte” que representa essa individualização excessiva, na modernidade, constitui-se a partir da noção de “violência criminal”, entendida como uma indiferença à alteridade. O assassinato para fins privados, o estupro com morte e o latrocínio são alguns exemplos de ações que “provocam reações morais fortes, unânimes, densas, mesmo no interior de subculturas divergentes, por serem representadas como aberrações do individualismo ou mesmo da ‘natureza humana’” (MISSE, 1999, p. 50). Ainda assim, tais atos podem ser incorporados em cursos de ação e estilos de vida que se utilizam pontualmente desses recursos – os quais, na representação do próprio indivíduo, se enquadrariam nesse núcleo forte, “mas que, por alguma razão, podem ser ‘justificados’” (1999, p. 50).

Misse argumenta que há, de fato, uma associação entre pobreza urbana e criminalidade, mas que ela não é causal, e sim *constitutiva*: uma síndrome que reúne fatores que *ligam*, de forma não-linear, a expectativa de associação causal da pobreza com a seleção social da incriminação que dela se desenvolve. Assim, acumula-se uma “adequação de sentido”, não necessariamente motivada pela pobreza, mas pela privação contingente ou relativa, entre certos tipos de práticas criminais e agentes provenientes das áreas de pobreza urbana:

Trata-se de [...] um processo social complexo, que interliga *cursos de ação* (estratégias de sobrevivência, estratégias aquisitivas, mercados informais ilícitos, modos de operar poder, status e identidades em condições subalternas) com processos sociais preferenciais de incriminação (MISSE, 1999, p. 78-79).

Misse argumenta que é possível relacionar dois fenômenos em diferentes escalas, a micro e a macrosocial. Na escala microsocial, relaciona as práticas sociais que rompem com o “núcleo forte” (a violência criminal) com e as razões que mobilizam agentes originários de áreas de pobreza urbana para os mercados ilícitos. Na macrosocial, o processo por meio do qual, com a ampliação da modernização a partir dos anos 1950, ocorreu a extensão de expectativas de mobilidade social e de acesso a bens materiais e simbólicos às classes subalternas. A extensão das expectativas, porém, não foi acompanhada da distribuição de recursos materiais, políticos e simbólicos que “projetassem a expectativa de que essas demandas poderiam ser satisfeitas no tempo de uma vida” (MISSE, 1999, p. 80).

Misse argumenta, portanto, que não há um momento específico em que a “violência urbana” surge no Brasil, e sim que ela é o resultado de um processo continuado de acumulação social relacionado às metas culturais produzidas pelo processo de modernização brasileiro. O núcleo fundamental da modernidade, o trabalho como um valor em si mesmo, sempre foi, no Brasil, ponto de tensão entre a normalização moral, o difícil acesso aos recursos materiais e simbólicos para legitimá-la, e as expectativas de melhoria de vida em um contexto de bloqueio à mobilidade social ascendente – bloqueio mantido, principalmente, pela “zona de contenção entre trabalho manual e não manual” (1999, p. 80). Ainda, permanece a questão: como o fenômeno da acumulação social da violência, somado à representação coletiva de um “aumento da violência”, se traduz em práticas violentas de fato? Misse utiliza-se do conceito de “sujeição criminal” para relacionar as representações coletivas com as práticas individuais.

A sujeição criminal é o processo por meio do qual é atribuído, a um indivíduo, o rótulo de “bandido”, e essa atribuição é de tal modo reificada que restam poucos espaços para o indivíduo “negociar, manipular ou abandonar” essa identidade pública estigmatizada. Assim, essa sujeição engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação em uma única identidade social, todos potencializados por um ambiente de desigualdade social e privação de recursos para resistir à estigmatização, que levam a uma “dominação da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo”. Ou seja, o indivíduo se torna, antes e acima de tudo, um marginal. Assim, a sujeição criminal informa as práticas dos próprios agentes, criando um *continuum* de sentido entre o *self* socialmente degradado, vivendo sob risco de morte iminente, e a emergência de um sujeito “inteiramente egoísta e indiferente ao destino dos outros” (MISSE, 2010, p. 23). Desse modo, a experiência da sujeição criminal constitui um

“sujeito-limite ou um sujeito-em-ruptura com a ordem legítima dominante”, aprofundando a individualização e a desfiliação do indivíduo (MISSE, 2010, p. 30).

A *sujeição criminal* e a *acumulação social da violência* são alguns dos quadros analíticos produzidos pela sociologia brasileira para dar conta dos recentes fenômenos sociais relacionados à criminalidade violenta no Brasil. Zaluar (2012) argumenta que tais conceitos – aos quais podemos adicionar também a “sociabilidade violenta” (SILVA, 2014) e o “etos da masculinidade” (ZALUAR, 2004) – se referem às práticas sociais que mudaram os modos de pensar, sentir e agir e, portanto, a própria *subjetividade* dos homens jovens envolvidos no varejo do narcotráfico, “fazendo-os agir de forma cada vez mais brutal e insensível para com o sofrimento alheio” (ZALUAR, 2012, p. 332). Nesse sentido, Zaluar argumenta que são as formas de sociabilidade dos jovens que devem estar no centro das pesquisas sobre violência no Brasil.

1.2.2. Crise na virada do século: o jovem brasileiro e o “mundo do crime”

Na história recente do Brasil, crianças e adolescentes têm figurado mais como “problema social” do que como qualquer outra categoria. A partir da década de 1970, a criança pedinte no semáforo tornou-se imagem símbolo do caos urbano das grandes cidades brasileiras. Desde então, com o aumento da sensação de insegurança nas metrópoles, a opinião pública passou “a suspeitar de um envolvimento crescente e inexorável desses jovens com o crime, principalmente daqueles procedentes dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras” (ADORNO, 1999, p. 62). Na década de 1990, o adolescente morador de periferia já é o símbolo do “pânico social” brasileiro, “fruto [...] das falências das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo” (ABRAMO, 1997, p. 31-32). Eles são vistos, ao mesmo tempo, como vítimas e promotores da “dissolução social” (1997, p. 31-32).

Para Zaluar, a emergência do crime organizado entre as classes populares tem relação com “o desmantelamento dos mecanismos tradicionais de socialização juvenil e das redes de sociabilidade locais, ancoradas no passado através das relações de patronagem entre pobres e ricos” (ZALUAR, 1990 apud ADORNO, 1999, p. 72). O afrouxamento dessas redes tradicionais foi acompanhado de um distanciamento nas relações entre pais e filhos e impulsionou “mudanças nas funções de agências socializadoras como a escola, os centros de assistência social e a política” (ADORNO, 1999, p. 72). Assim, é na transição social entre os

processos socializadores tradicionais e as novas agências de socialização, ainda pouco consolidadas, que o narcotráfico

captura os jovens moradores dos conjuntos habitacionais populares ou das favelas encravadas nos morros cariocas. E os captura não como reação a um mundo social de injustiças e de degradação moral, sequer como alternativa ao estreitamento das oportunidades oferecidas pelo mercado formal de trabalho, mas sim por meio dos atrativos oferecidos pela sociedade de consumo e pelas possibilidades de afirmação de uma identidade masculina associada à honra e à virilidade, modos concretos de inserção e de localização sociais em uma era caracterizada pelo cercamento e cerceamento das opções de escolha pessoal (ZALUAR, 1994, p. 102).

Zaluar é uma dentre os poucos teóricos brasileiros da violência que consideram o gênero dos jovens envolvidos na criminalidade urbana em sua abordagem analítica. Para ela, desenvolveu-se um “etos da masculinidade” na cultura de rua da periferia urbana brasileira, o qual impõe aos jovens a necessidade de responder a provocações com violência (2004, p. 62). Tal etos seria baseado na demonstração de força bruta e na lealdade aos chefes – sempre homens – do grupo de pares. Assim, “mata-se, rouba-se, drogam-se crianças, torturam-se devedores [...] tudo em nome autoafirmação do homem nessa construção ideal baseada na violência” (2004, p. 65).

Assim como Misse, Zaluar evoca a sociologia de Elias para argumentar que, no Brasil, está em andamento “um retrocesso nos códigos de conduta e no autocontrole individual”, responsável pelo aumento da criminalidade violenta (ZALUAR, 2012, p. 334). Ela busca no fenômeno das *galères* francesas um exemplo de processo histórico semelhante ao ocorrido no Brasil: a partir da década de 1970, as crescentes ondas de xenofobia e nacionalismo, que dificultaram o acesso ao emprego e a à educação para parcelas da população parisiense, bem como o desmantelamento dos bairros operários e o enfraquecimento do movimento sindical, levaram à explosão da criminalidade violenta em Paris (cf. DUBET, 1987; LAGRANGE, 1995). Assim, o princípio explicador da conduta criminoso dos jovens marginalizados não seria a pobreza, e sim a exclusão, termo que abrange processos simultâneos como o desemprego; o afastamento da escola; o enfraquecimento dos movimentos sociais; a diluição dos laços sociais nos bairros operários; a ausência do conflito social outrora regido pelas organizações de classe e de partido político, “substituídos pelo vazio e pela raiva” (ZALUAR, 2012, p. 335). Nesse sentido, o pano de fundo do aumento da criminalidade não é necessariamente a desigualdade social, mas “a complexa engenharia política da seguridade social e da precarização do trabalho que atinge diversas classes de trabalhadores” (2012, p. 335).

O sociólogo brasileiro Gabriel Feltran descreve processo semelhante, também focalizando a crescente precarização do trabalho e dos sistemas de seguridade social, em pesquisa sobre diferentes gerações de moradores da periferia urbana de São Paulo. Para Feltran, houve, a partir dos anos 90, uma resignificação das “matrizes fundadoras” da sociabilidade das periferias urbanas brasileiras. Tal resignificação nutriu o que o autor chama de uma expansão do “mundo do crime”, que seria o “conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem [...] em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2008, p. 31).

O autor confronta a experiência da geração de habitantes da periferia dos anos de 1970 e 1980 com a de seus filhos, que vivenciaram a adolescência entre 1990 e 2000. Para a antiga geração, as relações sociais tinham como principais elementos: (i) o valor do trabalho estável; (ii) a presença de ações coletivas populares, como os sindicatos; (iii) a moral popular católica; e, principalmente, (iv) o projeto de ascensão social da família. Todos esses eram fundamentos da organização social das periferias, e Feltran os chama de “matrizes discursivas” (2008, p. 44). A experiência dos jovens, no entanto, foi transformada a partir da crise e da resignificação dessa matriz: “a crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família, todas vinculadas, em negativo, ao crescimento da criminalidade violenta” (2008, p. 44).

Para os jovens nascidos nos anos 90, “todas as crises já são elementos constitutivos de estar no mundo” (FELTRAN, 2008, p. 45). Conforme Feltran, esses jovens já estão conformados com a permanência e a inescapabilidade da crise. O projeto de ascensão da família, baseado no trabalho operário estável, morre diante da crescente precarização e informalização dos empregos disponíveis a essa geração. O projeto de ascensão social não desaparece, mas se individualiza profundamente: “se não há trabalho para todos, é possível parcelar a compra de objetos de consumo, é possível arriscar um lance de sorte, ser modelo ou músico, jogador de futebol ou artista de televisão” (2008, p. 45). Não coincidentemente, esse projeto casa bem com a doutrina pentecostal, que se expande e toma o lugar da moral católica nas periferias. Para aqueles que não conseguem emprego e a quem “a sorte não tem ajudado”, apresenta-se a alternativa de obter renda através de atividades ilícitas, como o varejo do narcotráfico e o roubo de carros (FELTRAN, 2008, p. 45).

Assim, a partir de década de 1990, e mais fortemente nos anos 2000, outro conjunto de discursos em expansão no plano da sociabilidade, aquele do “mundo do crime”, passa a disputar o marco discursivo das periferias urbanas. A expansão do marco discursivo do “mundo do crime” não significa, necessariamente, o aumento efetivo das ações violentas, mas trata do

aumento das “possibilidades legítimas de práticas criminais, mesmo que elas não se efetivem” (2008, p. 321). Em seu cerne está a crescente individualização dos projetos de vida dos adolescentes, mergulhados na instabilidade. No seu limite, essa individualização extrema chega ao rompimento de todos os laços sociais, momento em que “não há mais o que se perder”. Conforme Feltran,

a perda de laços com pessoas, instituições e valores considerados legítimos socialmente se traduz concretamente, a partir desta etapa, na exacerbação da coragem e na possibilidade real de eliminação física. A fragilidade dos laços de pertencimento social cria uma espécie de inexistência do indivíduo no mundo legítimo que, em última instância, faz sentir que a morte seria apenas a confirmação dessa ausência. Os rapazes envolvidos no crime a este ponto (e, portanto, simbolicamente muito desfilados de outros processos sociais, considerados mais legítimos) são excelentes funcionários para a subcontratação – custam pouco, têm muita coragem, nenhum medo (2008, p. 92-93).

As abordagens de Misse, Zaluar e Feltran oferecem explicações para o aumento da violência letal entre os jovens brasileiros. Os três autores identificam um processo social por meio do qual, desde os anos 70, e com mais intensidade a partir da década de 1990, a exclusão relativa do acesso aos bens materiais e simbólicos levou a uma individualização excessiva de parcelas da população, o que culminou no engajamento dessa parcela em mercados ilícitos, como o varejo do narcotráfico. Tais abordagens têm outro elemento em comum: são explicações centradas no gênero masculino. A *masculinidade* dessas perspectivas se dá tanto explicitamente, como no conceito de “etos masculino” de Zaluar, quando de maneira indireta, nas abordagens de Misse e Feltran, os quais não teorizam o gênero como chave explicativa, mas tratam especificamente de vivências masculinas. Não pretendo criticá-los ao afirmar isso: conforme exposto no início dessa seção, os homens de fato respondem pela maioria da violência letal cometida no Brasil, e, portanto, há sentido em colocá-los no centro desse debate.

No entanto, para a pesquisa que pretendo realizar, tais explicações são insuficientes. É difícil localizar o lugar que as mulheres e as meninas ocupam nos processos descritos pelos autores. No cerne do “etos da masculinidade”, da “acumulação social da violência” e da “expansão da sociabilidade do mundo do crime” está um processo de individualização coletivo e individual, por meio do qual os jovens *desfiliam-se* de outros processos sociais. Como os rapazes, as jovens mulheres habitantes das periferias urbanas também vivenciam um mundo de crescente instabilidade. Porém, para elas, a individualização não é um processo tão simples: as normas da feminilidade enfatizada requerem engajamentos em laços comunitários, principalmente aqueles relacionados à família e ao casamento. Já a “sujeição criminal” de Misse

trata de uma expectativa social colocada sobre sujeitos – homens jovens, negros, moradores da periferia – que acaba por engendrar práticas sociais e subjetividades específicas. Dos meninos espera-se o crime. Mas e das meninas? Se com os rapazes ocorre o fenômeno da *profecia que se auto cumpre*, o que se profetiza sobre as jovens mulheres nesses contextos sociais? As meninas violentas descumprem outras profecias.

Há um desencontro entre as duas literaturas apresentadas neste capítulo. As normas que regem a feminilidade enfatizada (o cuidado, a conformidade, a passividade) e os processos que levaram ao aumento da violência letal no Brasil (a individualização excessiva, a imposição de estigmas) parecem não ter pontos de conexão entre si. São universos teóricos separados. Na realidade empírica, porém, elas obrigatoriamente coexistem – as meninas autoras de violência *existem*, afinal, para além de qualquer teoria.

O encontro entre esses dois universos suscita algumas perguntas. O que significa falar sobre a exigência à domesticidade das mulheres em um contexto de precarização do trabalho, no qual mulheres da periferia trabalham fora do domicílio? Que forma toma a dominação patriarcal em um contexto de classe no qual quase 60% das famílias de baixa renda são chefiadas por mulheres¹¹? Como a expectativa de docilidade e de práticas não-violentas imposta às meninas é significada em um contexto de crescente violência urbana, onde 35,8 em cada 100 mil jovens são vítimas de homicídio¹²? Daí a necessidade de entender como a relação entre gênero e violência aparece nas narrativas biográficas das adolescentes autoras de atos de violência.

¹¹ Em 2010, 40,2% das famílias brasileiras com renda de até ½ salário mínimo per capita eram chefiadas por mulheres. Nas regiões urbanas do Sul do Brasil, esse número sobe para 46,7%. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, 58,80% das famílias dessa faixa de renda eram chefiadas por mulheres.

¹² Dado do estado do Rio Grande do Sul para o ano de 2011, sendo 36,9 na capital, Porto Alegre. No Brasil, a taxa de homicídio de jovens é de 53,4 por 100 mil habitantes.

2. AS RAZÕES DO IMPROVÁVEL: OS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE FEMININA

Há uma dupla consciência, no imaginário social, sobre as mulheres. Elas são perigosas – principalmente para os homens. E, ao mesmo tempo, estão em constante perigo. Enquanto a segunda afirmativa é verdade na maior parte do mundo, ao longo de toda a história, a primeira parece usufruir de enorme consenso no Ocidente desde que Eva convenceu Adão a comer o fruto proibido. Tal noção é tão proeminente que legitima o perigo que as mulheres vivem: “é porque são perigosas, sobretudo para o gênero masculino, que devem ser mantidas controladas, e inclusive terem sua vida ameaçada” (HERITIER, 2007, p. 45).

Como os estudos sobre a criminalidade – a forma que o “perigo” assume na sociedade moderna – abordam a dupla relação das mulheres com a violência? Neste capítulo, exponho um histórico da intervenção feminista nos estudos criminológicos a partir da década de 1970, que levou à inclusão das mulheres nos estudos sobre vitimização e cometimento de violência. A seguir, abordo os recentes avanços nos estudos sobre a relação entre gênero e crime, que, a partir dos anos 90, têm enfatizado os contextos e as histórias de vida das mulheres criminosas. Concluo com uma reflexão sobre os dilemas que permanecem às pesquisadoras da área, que dizem respeito, principalmente, ao lugar da violência feminina nos debates sobre agência e estrutura social.

2.1. MULHERES PERIGOSAS, MULHERES EM PERIGO: O NASCIMENTO DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA

Os estudos do crime e da violência, internacionalmente circunscritos na área da criminologia, sofreram historicamente de um paradoxo. Por um lado, eles têm um dos objetos mais masculinizados das ciências sociais. Afinal, dados referentes tanto a prisões quanto a pesquisas de vitimização confirmam que os homens cometem crimes e atos de violência em proporção muito maior do que as mulheres (MESSERSCHMIDT, 1997). Por outro lado, esses estudos permanecem, em sua maioria, sem utilizar qualquer teorização de gênero para analisar os fenômenos que pretendem explicar.

O movimento que veio a se chamar *criminologia feminista* surgiu na década de 1970, na América do Norte e na Europa, para criticar a cegueira dos criminólogos diante do gênero – tanto do gênero da maioria dos agressores, os homens, quando do gênero de determinadas

vítimas, as mulheres. Pesquisadoras feministas não estavam satisfeitas com a abordagem de nenhuma das duas correntes criminológicas da época: a tradicional, que buscava compreender as origens do crime sem abordar desigualdades sociais, alinhada aos métodos de controle estatal e financiada pelo Estado; e a criminologia crítica, cujo foco na importância da luta de classes para o cometimento de crimes “varria para baixo do tapete” questões de desigualdade racial e de gênero (MESSERSCHIMIDT, 1997, p. 30). A obra fundadora da corrente criminológica feminista é apontada por muitas autoras como *Women, Crime and Criminology*, de Carol Smart, publicada em 1976. O livro tematizou as duas zonas de silêncio na criminologia androcêntrica que ditariam a agenda das pesquisas feministas na área pelas próximas décadas: a criminalidade feminina e a vitimização das mulheres pela violência masculina.

Os estudos sobre vitimização tornaram-se o epicentro das pesquisas feministas nas décadas de 1970 e 1980, principalmente aqueles sobre a vitimização pela violência conjugal e pelo estupro. Britton (2000) sugere que tomemos a obra *Against Our Will*, de Susan Brownmiller (1975), como o marco desses estudos. A autora coloca o estupro como o ato essencial para a dominação das mulheres sob o patriarcado. Ademais, ela afirma que a violência contra a mulher não pode ser simplesmente comparada com a violência contra o homem. Essa violência teria um sentido particular e específico em um sistema social dominado por homens. Argumento, em consonância com Brownmiller, que se a violência contra a mulher não pode ser comparada com a violência contra o homem, também não podem ser comparadas e analisadas de igual maneira a violência cometida *pela mulher* e a cometida pelo homem.

É importante ressaltar que no centro da discussão criminológica considerada “radical” e “crítica” da época estava a concepção do criminoso – sempre masculino – como alguém que usa das possibilidades que encontra para lutar contra um sistema de classe injusto e desigual. Sob essa perspectiva, o crime poderia ser entendido como resistência (TAYLOR; WALTON; YOUNG, 1973 apud BRITTON, 2000). Os autores dessas correntes foram surpreendidos pelos dados e pela teoria apresentadas pelas pesquisadoras feministas da época, que apontavam que as mulheres sofriam desproporcionalmente nas mãos desses mesmos homens, em crimes de violência no âmbito privado.

No que diz respeito às mulheres criminosas, uma pergunta inicial orientou as pesquisadoras da época: Por que as mulheres cometem crimes em proporção tão menor que os homens? Os primeiros estudos na área são publicados em 1975: *Sisters in Crime*, de Freda Adler, e *Women and Crime*, de Rita James Simons. Ambos argumentam o que viria a ser conhecido como a “teoria da emancipação”: que os baixos índices de criminalidade feminina poderiam ser explicados pelo confinamento das mulheres no espaço privado e pela

discriminação contra elas. Adler e Simons acreditavam que, com o avanço do movimento feminista, a participação das mulheres no crime iria inevitavelmente aumentar.

Apesar de desfrutar de ampla popularidade na época, a teoria da emancipação não foi confirmada empiricamente. Desde a década de 1970, os índices de crimes cometidos por mulheres nos Estados Unidos subiram, mas na mesma proporção que os crimes masculinos. Ou seja, não há dados que comprovem que as mulheres tenham se tornado mais propensas ao crime. No entanto, a lógica por detrás da teoria da emancipação – de que as mulheres cometem menos atos desviantes por serem submetidas a um controle social mais rígido, implícita na proposição de que se esse controle enfraquecesse, elas teriam práticas mais semelhantes às dos homens – manteve sua influência nas pesquisas da área.

Outro exemplo de teoria cujo enfoque é nas condições estruturais e materiais da vida das mulheres é a *teoria do controle social patriarcal* de Heidensohn (1996). Segundo a autora, a divisão entre a esfera pública, destinada ao homem, e a esfera privada, destinada ao lar, é o principal resultado do controle social sobre as mulheres. No domicílio, o domínio sobre a mulher se faz pela detenção preventiva: “o casamento e a domesticidade são formas de controlar e assegurar o seu bom comportamento”, às vezes por meio da imposição de violência doméstica (HEIDENSOHN, 1996 apud ASSIS; CONSTANTINO, 2001, p. 32).

O controle sobre a mulher no espaço público se dá através do monopólio dos homens sobre esse espaço. Segundo Heidensohn, as mulheres temem a violência física e sexual, e por isso evitam ocupar determinados locais, principalmente nos centros urbanos. Ainda há o controle sobre a mulher exercido pela exploração de seu trabalho, por meio da dupla jornada e da hierarquia estabelecida no mercado profissional, que relega a elas os salários mais baixos. Ainda, há o controle social no âmbito das políticas públicas, feitas e implementadas por homens, das quais a maioria das mulheres não têm completo conhecimento (HEIDENSOHN, 1996).

Segundo a autora, o controle sobre as mulheres é bem-sucedido em sociedades com diferentes estratos econômicos, embora nem sempre da mesma maneira. O grau de subordinação das mulheres varia conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, para Heidensohn, os ideais de casamento e maternidade, relacionados ao controle social da mulher na esfera doméstica, tornam-se ainda mais poderosos nas classes trabalhadoras, onde é “mais forte a perpetuação dos modelos hierárquicos em que as relações de gênero são orientadas pelo arbítrio da autoridade patriarcal” (MINAYO, 1997, p. 229 apud ASSIS; CONSTANTINO, 2001, p. 32).

Por fim, entre as provas da eficiência do supercontrole sobre as mulheres estaria o fato de que essas cometem menos crimes que os homens, e que quando os cometem, são atos de menor gravidade. De maneira semelhante à teoria da emancipação, a posição de Heidensohn localiza o fenômeno organizador das práticas das mulheres em uma estrutura exterior a elas: é o controle social que opera como uma barreira externa que impede que as mulheres pratiquem determinados atos da mesma forma que os homens.

Em um movimento oposto ao de Heidensohn, de Adler e de Simons, pesquisadores buscaram responder à questão da diferença entre os índices de criminalidade de homens e de mulheres olhando para fenômenos internos. Steffensmeier e Allan (1991, p. 73 apud MESSERSCHIMIDT, 1997, p. 67), por exemplo, argumentaram que homens e mulheres se diferenciam em seu “desenvolvimento moral” e que “as escolhas morais das mulheres” as impedem de praticar atos que possam ferir outras pessoas:

Porque as mulheres estão “mais profundamente amarradas em uma rede de laços interpessoais, suas decisões morais são mais influenciadas pela empatia e pela compaixão”, e essa “ética do cuidado” resulta na prática da não violência e “sugere que crimes predatórios estão fora das fronteiras morais das mulheres” (MESSERSCHIMIDT, 1997, p. 67).

Enquanto Heidensohn explica a diferença de índices de violência entre homens e mulheres através de uma ideia de controle social exterior aos sujeitos, Allan e Steffensmeier apostam em uma explicação de ordem subjetiva. Embora profundamente diferentes, ambas as explicações incorrem no mesmo erro: assumem que as práticas disponíveis às mulheres são moldadas por uma estrutura (o controle social) ou uma subjetividade (o desenvolvimento moral) única, que não se relaciona nem se altera quando em interação com outras posições no espaço social, como as de classe social e de geração. Embora Heidensohn considere classe social ao afirmar que o controle das mulheres tem relação com sua posição na esfera produtiva, a variação desse controle parece ser mais quantitativa (as mulheres da classe trabalhadora o sofrem *mais*) do que qualitativa (as mulheres da classe trabalhadora o sofrem de maneira *diferente*).

Ambas as explicações falham em tornar inteligível o tipo de violência praticada por mulheres no contexto do narcotráfico, das gangues juvenis, das brigas de rua entre meninas – os quais aparecem com frequência nos dados empíricos desta pesquisa. Mulheres adolescentes que brigam violentamente no espaço urbano não estão simplesmente confinadas à domesticidade, como quer Heidensohn, nem têm uma “fronteira moral” que funcione como um impeditivo a suas práticas violentas, como argumentam Allan e Steffensmeier.

Segundo Messerschmidt (1997), práticas que desviam do que são considerados “crimes apropriadamente femininos” (que seriam os crimes leves contra o patrimônio, como o furto, ou atos de autodefesa) vêm sendo ignoradas pelos estudiosos da área. No máximo, essas práticas são consideradas “masculinas” ou “desviantes” em relação à feminilidade. Para ele, a inexistência de uma linguagem teórica capaz de falar da violência feminina faz com que esta seja concebida a partir de uma perspectiva masculina. Assim, “necessitamos de teorias que dêem conta de como as meninas e mulheres, *como meninas e mulheres*, ocasionalmente cometem violência” (MESSERSCHMIDT, 1997, p. 68).

Por um lado, a existência de uma estrutura social que controla e domina as mulheres é inegável. Também é observável a existência de uma socialização feminina voltada para a maternidade que produz, em alguma medida, uma disposição para o cuidado que orienta a relação das mulheres com a violência física, conforme exposto na literatura feminista (cf. HARTSOCK, 1985) e observado em meus dados empíricos. No entanto, nem a estrutura social, nem os processos de socialização operam de maneira homogênea no espaço social. As relações de gênero, de classe social e de geração são profundamente imbricadas e se influenciam mutuamente para informar as práticas de agentes. Compreender a complicada relação entre a estrutura e a subjetividade das agentes, bem como a forma com que o gênero e a classe social se interseccionam nos diferentes espaços sociais, e entender a maneira como esses fenômenos influenciam no cometimento de crimes e de violência pelas mulheres é a tarefa das pesquisadoras da área a partir da década de 1990.

2.2. RELAÇÕES PERIGOSAS: A IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

Allan e Steffensmeier (1996) notaram que, até a década de 1990, a maioria das teorias criminológicas para explicar a criminalidade feminina se aplicavam apenas aos crimes menores, e não aos atos mais graves, como os de violência. Os autores também ressaltaram que o contexto no qual as mulheres cometiam esses atos era raramente abordado nas pesquisas pioneiras da criminologia feminista.

A partir de uma transformação no campo desde então, os mais recentes desenvolvimentos na área apontam para a ampliação de estudos sobre: (i) os caminhos generificados para o crime (quais fatores levam homens e mulheres a praticar crimes); (ii) os “crimes generificados” (o contexto e as características específicas dos crimes masculinos e

femininos); e (iii) as “vidas generificadas” (como a experiência de gênero molda a vida das mulheres e dos homens de modo a facilitar ou dificultar o cometimento de crimes) (KRUTTSCHNITT, 2013, p. 292).

“Contexto” se torna a palavra chave para uma nova geração de pesquisadoras, entendida como um “nexo complexo de experiências vividas”, e não como um evento específico e uma única realidade (WESELY, 2006, p. 304). As especificidades de gênero, assim, tornam-se o foco dos estudos sobre o contexto da violência cometida por mulheres, uma vez que “desigualdade e opressão em uma sociedade patriarcal resultam em processos de marginalização individual, institucional e estrutural que informam as experiências de vida das mulheres” (WESELY, 2006, p. 304). A degradação e vitimização física, sexual e emocional, o acesso restrito a recursos institucionais e a exclusão estrutural dos meios de acesso ao poder econômico e capital social são fenômenos que se combinam para construir a gama de escolhas que mulheres marginalizadas têm a sua disposição (WESELY, 2006).

Também nas últimas décadas, pesquisas sobre criminalidade feminina chamaram atenção para a relevância da vitimização na infância, investigando os contextos de abuso infantil físico e sexual e como essa violência leva meninas e adolescentes a fugirem de casa (WESELY, 2006). Assim, meninas e adolescentes deparam-se com marginalização econômica, exclusão social e vulnerabilidade sexual ao viver nas ruas, o que pode levá-las a se envolver em atividades criminais para navegar esses ambientes. É importante ressaltar, no entanto, que homens e meninos violentos também sofrem vitimização infantil, negligência e abuso (SHELEY; WRIGHT, 1995 apud WESELY, 2006). O que faz com que esse contexto seja generificado? Para Chesney-Lind e Pasko, “diferentemente dos meninos, a vitimização das meninas e sua resposta a essa vitimização são moldadas por seu *status* como mulher” (2004, p. 27 apud WESELY, 2006, p. 305). Um exemplo amplamente verificado nas pesquisas da área é a objetificação sexual das meninas, que se manifesta tanto em sua autopercepção quanto em seu comportamento (BORDO, 1993). A comodificação do corpo feminino afeta o modo como as meninas são tratadas e valorizadas, bem como suas estratégias de sobrevivência, criando a necessidade de que meninas negociem estereótipos de pureza, fraqueza e disponibilidade sexual (WESELY, 2006).

Em 1998, Daly propôs que o avanço nos estudos sobre a relação entre gênero e crime só poderia ocorrer se, para além das análises quantitativas sobre os índices criminais de cada sexo, fatores biográficos, contextuais e estruturais que afetam a criminalidade das mulheres e dos homens fossem analisados qualitativamente. Assim, a autora deu origem à vertente de

estudos dos “caminhos de gênero” para o crime¹³, que investiga os fatores que influenciam nas práticas criminosas e violentas de homens e de mulheres, e o modo como tais fatores podem ser generificados. A análise qualitativa feita por Daly (1998) de relatórios investigativos de 40 mulheres e 40 homens é reconhecida como a formulação conceitual mais importante para essa abordagem.

Mapeando as experiências de vida que levam ao crime, Daly documentou cinco caminhos para as mulheres: (i) “mulheres da rua”, que foram abusadas na infância e passaram a viver na rua, cometendo crimes como roubo, tráfico de drogas e prostituição para sobreviver e/ou sustentar o vício em drogas; (ii) “mulheres agredidas e agressoras”, que também sofreram abuso infantil, mas se diferem das “mulheres de rua” por cometerem crimes de violência em momentos de “descontrole emocional”; (iii) “mulheres conectadas ao tráfico de drogas”, que vendem drogas em conexão a familiares ou parceiros; (iv) “mulheres vítimas de violência doméstica”, cujas atividades criminais eram um revide à violência de seus parceiros; e (v) “outras mulheres”, sem histórico de abuso na família, cujos crimes tinham motivações econômicas (DALY, 1998, p. 146-145).

As “mulheres da rua” de Daly são as que mais se assemelham ao “tipo ideal” de mulher criminosa mais comumente identificado pela literatura feminista (CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2003). Segundo pesquisadoras, jovens fogem de ambientes domésticos permeados pelo abuso e pela negligência, voltam-se para o uso de drogas ilícitas em uma tentativa de superar seus traumas e “se veem enredadas em redes de prostituição e de criminalidade para sobreviver” (BROWN et al, 2014, p. 116). No entanto, Daly argumenta que é importante atentar para as “mulheres agredidas e agressoras”: elas não cometem crimes em busca de ganhos econômicos ou de sobrevivência, e sim com o objetivo de ferir os outros, levadas por sentimentos de raiva. Para a autora, a prevalência deste grupo demonstra que o estereótipo da “mulher de rua” pode ser enganoso ao colocar as necessidades econômicas no centro da criminalidade feminina. A partir das “agredidas e agressoras”, podemos perceber que essa criminalidade não parte apenas de necessidades econômicas, mas de um processo cíclico de violência física e emocional (DALY, 1998, p. 149).

Assim, a análise de Daly consolidou o campo de estudos sobre “caminhos” para a criminalidade. Avanços teóricos e empíricos dentro desse paradigma buscam explicar como fenômenos externos, como trauma e marginalização econômica, resultam em reações internas (dependência química, problemas de saúde mental) que coletivamente culminam em

¹³ “Gendered pathways to offending”, no original.

comportamentos como prostituição¹⁴, furto, roubo, agressão e uso de drogas ilícitas. Teóricas feministas chamaram esses comportamentos de “estratégias de sobrevivência criminalizadas” (CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2003).

Pesquisas na área partem, em sua maioria, de entrevistas em profundidade com mulheres encarceradas, prostituídas ou em situação de rua para argumentar que os caminhos para a criminalidade feminina são ligados a fatores sociológicos que contribuem para a opressão de mulheres e meninas: marginalização econômica, pobreza sistêmica, falta de acesso a recursos estatais e comunitários. Exemplo de outra pesquisa sobre os fatores que aumentam ou diminuem as condições para que meninas pratiquem crimes ou violência é a análise de Bottcher (2001) das atividades de jovens “em risco” (no caso, irmãos ou irmãs de jovens encarcerados). A autora descobriu que as atividades designadas às meninas – o cuidado das crianças e outras responsabilidades parentais – de fato diminuam as oportunidades das adolescentes mulheres de se envolver em atividades de delinquência.

Já as pesquisas sobre os crimes generificados centram-se nos contextos situacionais e nas características das atividades criminais das mulheres. Conforme Kruttschnitt (2013), essa área se expandiu dramaticamente nos últimos 15 anos, acompanhando o crescente interesse geral dos criminólogos pelas situações em que os crimes ocorrem. Tais pesquisas consideram como as mulheres se movimentam nos espaços estratificados do crime e como elas “fazem gênero” nesse processo (cf. MESSERSCHIMIDT, 1993). São trabalhos, portanto, que atentam para a fluidez das identidades de gênero e se afastam da ideia de que essas identidades estão rigidamente baseadas em estruturas ou papéis sociais – afastando-se, portanto, de abordagens tradicionais da criminologia feminista como a de Heidensohn (1996).

Pesquisas sobre o envolvimento de mulheres na venda e na distribuição de drogas, em gangues e em crimes violentos trouxeram descobertas importantes quanto às estratégias que as mulheres e meninas empregam para navegar nesses ambientes. Miller (1998) conclui que, no contexto da venda de drogas e das gangues, mulheres nos Estados Unidos empregam violência física quando necessário, mas preferem evitá-la usando outros recursos como a manutenção de uma reputação e de vínculos com familiares e amigos. Ainda, elas conseguem reduzir sua exposição à violência através de uma seleção cuidadosa de seus próprios alvos (outras mulheres) e do respaldo dos papéis de gênero (a relutância dos homens em praticar violência contra as mulheres) (KRUTTSCHNITT, 2013).

¹⁴ Nos Estados Unidos, o estudo da prostituição está relacionado ao estudo dos crimes femininos, pois nesse país a prática é criminalizada. No Brasil, prostituição não é uma conduta criminosa.

Kruttschnitt (2013) aponta que, apesar dos recentes desenvolvimentos e da ampliação dos estudos sobre mulheres e criminalidade, muitos aspectos ainda permanecem pouco teorizados. Como o gênero modela a relação entre a vitimização por violência e o cometimento de crimes é um deles. Outro seria o aprendizado das emoções e como essas influenciam as práticas criminosas e violentas. Segundo a autora, apesar do crescente interesse sociológico pelas emoções, essa área não é bem desenvolvida na criminologia. Pesquisas indicam uma considerável variação de gênero nas respostas emocionais para eventos negativos. No entanto, todas elas focalizam a contribuição das emoções negativas – raiva, depressão, ansiedade – para as práticas violentas, mas poucas consideram como as emoções positivas como a empatia e o cuidado podem inibir tais práticas (KRUTTSCHNITT, 2013).

Ademais, pesquisas recentes indicam que as emoções têm um impacto importante nas trajetórias criminais, principalmente para adolescentes em desvantagem econômica, para quem a “vida emocional é o centro de suas identidades, uma vez que muitos não têm habilidades formais e outros atributos que jovens de classe média têm, que possibilitam que suas identidades sejam atreladas à universidade e ao mercado de trabalho” (KRUTTSCHNITT, 2013, p. 303).

2.3. AGÊNCIA VS. ESTRUTURA: O DILEMA DO CAMPO

Apesar do avanço das pesquisas voltadas para as experiências de vida das mulheres que cometem crimes e violência, algumas pesquisadoras acreditam que a área chegou a um ponto de estagnação. Fleetwood (2015), por exemplo, defende que os estudos sobre contexto criminal são excessivamente materiais e rejeitam o enfoque no gênero como uma categoria discursiva. Para Daly e Maher (1998), a falta de equilíbrio entre os estudos sobre o aspecto material da desigualdade e o aspecto discursivo das identidades de gênero levaram a um impasse no desenvolvimento da teoria criminológica feminista.

Para elas, as pesquisas sobre os contextos criminais e as experiências de vida das mulheres criminalizadas centralizam suas análises no polo da estrutura social. A abordagem dos “caminhos para o crime”, por exemplo, examina as condições materiais e estruturais que levam à criminalidade feminina, como a marginalização econômica e o histórico de abuso infantil. Por mais relevantes que sejam essas análises, elas dificultam o estabelecimento de causalidade entre experiências e práticas. Embora a pesquisa de Daly sobre os caminhos para o crime tenha sido fundadora dessa vertente, a própria autora admite que a “caixa preta” que

conecta a vida das mulheres com suas práticas criminais permanece fechada (FLEETWOOD, 2001, p. 369).

O que as pesquisadoras discutem ao tecer essas críticas é o difícil lugar que a violência feminina ocupa nos debates sobre agência e estrutura social. Essa tensão é particularmente visível nos estudos sobre o cometimento de violência física pelas mulheres. Como explicar essa prática tão “aberrante”? Conforme Kruttschnitt e Lopez (2006), as explicações para esse fenômeno se alteraram relativamente pouco ao longo da história, abarcando os defeitos biológicos, as influências hormonais e, mais recentemente, problemas psicológicos decorrentes de vitimização violenta. Todas essas explicações têm em comum a negação da possibilidade de que as mulheres se envolvam em atos violentos como sujeitos racionais e ativos (KRUTTSCHNITT; LOPEZ, 2006, p. 322). Para Batchelor (2005), tanto as análises tradicionais quanto as feministas tendem a descrever mulheres violentas como vítimas – seja de sua biologia (elas são emocionalmente instáveis, irracionais e “descontroladas”), seja da violência masculina (a “mulher violenta” nada mais é do que a “mulher abusada”).

Assim, em uma lógica binária frequentemente adotada pelas pesquisas da área (BANWELL, 2010), a vitimização pela violência corresponde à estrutura e o cometimento de violência, à agência. Esse processo é especialmente visível nos estudos daquele que é considerado o mais “feminino” dos crimes violentos: o assassinato de homens fisicamente abusivos. Segundo Banwell, mulheres que matam seus parceiros violentos são retratadas como vítimas *ou* como agressoras. As implicações políticas do debate sobre as motivações (se praticada como autodefesa, a ação é justificável legalmente; se a prática é retaliatória, a mulher é legalmente responsável) tornam ainda mais complexas as análises desse tipo de prática. É preciso, no entanto, adotar abordagens que reconheçam que as mulheres são, simultaneamente, vítimas e agentes de violência (BANWELL, 2010).

Algumas pesquisadoras têm desafiado a dicotomia artificial entre agência e dominação e sustentam que as mulheres que usam violência são agentes responsáveis e racionais, capazes de fazer escolhas. No entanto, essas escolhas se dão dentro de uma estrutura social na qual as opções são limitadas. Ajzenstadt (2009) se refere, por exemplo, a um “contínuo de agência” no qual os processos decisórios ocorrem. Dun e Powell Williams também argumentam que a agência precisa ser entendida dentro de um contínuo:

[as mulheres estão] presas em relacionamentos violentos por condições sociais-estruturais, particularmente a desigualdade de gênero... A socialização para os papéis femininos das mulheres, ademais, as mantém prisioneiras em relacionamentos heterossexuais [...] elas sentem que precisam fazer seu casamento funcionar, ou que

são emocionalmente responsáveis por seus parceiros violentos (2007, p. 979 apud BANWELL, 2010, p. 119).

Outra dicotomia derivada do binômio agência e estrutura é a classificação de mulheres vítimas de violência física como “ativas” ou “passivas” (BANWELL, 2010). Tradicionalmente, tentativas de enfrentar o agressor e de sair de relacionamentos violentos são vistas como estratégias ativas. No entanto, essa é uma percepção simplificada. Ter uma atitude “passiva”, ou seja, permanecer no relacionamento, pode refletir uma escolha deliberada, baseada em uma compreensão racional da situação da agente e das opções disponíveis. Ademais, no contexto da violência doméstica, evitar confrontos com o parceiro violento é um ganho prático por parte da vítima. Sabe-se, inclusive, que mulheres que reagem raramente conseguem aumentar sua segurança, se colocando, na verdade, em situação de maior vulnerabilidade à agressão dos parceiros do que as mulheres “passivas” (BANWELL, 2010).

Banwell aponta questionamentos que a teoria feminista criminológica ainda não foi capaz de responder: Qual a relação entre a vitimização das mulheres e sua agência violenta? De que forma o comportamento agressivo das mulheres, dentro de seus relacionamentos, é contido por uma rede de circunscrições estruturais? O que fica estabelecido, a priori, é que a violência usada pelas mulheres não pode ser compreendida em simples termos de causa (a vitimização) e efeito (o comportamento violento).

Já nos estudos brasileiros, o debate sobre agência e estrutura, no que diz respeito às mulheres violentas, parece tender para o outro lado da balança. Se tradicionalmente as mulheres violentas são retratadas como vítimas (ou seja, submetidas à uma forte *estrutura social*) na literatura do norte global, pesquisas brasileiras parecem retratá-las como resistentes à dominação masculina (ou seja, dotadas de *agência*). É o que explorarei na próxima seção.

2.4. INTERPRETAÇÕES BRASILEIRAS: MENOS VITIMIZAÇÃO, MAIS RESISTÊNCIA?

Após a guinada inicial da criminologia feminista na década de 1970 no norte global, os estudos sobre mulheres e criminalidade deram lugar a um maior número de pesquisas sobre vitimização feminina e sobre as experiências das mulheres com os sistemas judiciais e carcerários. Enquanto na América do Norte e na Europa as práticas criminosas, suas motivações e seus contextos voltaram à agenda de pesquisa partir do final da década de 1990, pesquisas no

Brasil permanecem ainda mais centralizadas nas condições do sistema carcerário e na reação estatal aos crimes (cf. LEMGRUBER, 1983; SOARES, ILGENFRITZ, 2002; RIBEIRO, 2003) do que em suas práticas e motivações.

Entre as pesquisas brasileiras que dão importância – embora em graus diferentes – ao contexto dos atos cometidos e à história de vida das mulheres e meninas que cometeram violência física, podemos citar o livro *Mulheres que matam* (ALMEIDA, 2001), sobre mulheres adultas; os trabalhos de Santos (2010, 2012); o livro *Filhas do mundo* (ASSIS; CONSTANTINO, 2001), e as dissertações *A Casa de Bonecas* (FACHINETTO, 2008) e *Meninas privadas de liberdade* (RAMOS, 2007), sobre adolescentes. Todas as obras abordam o contexto de marginalização econômica e vitimização sexual e física aos quais as mulheres e meninas pesquisadas foram expostas durante suas vidas. Desse modo, o esforço para relacionar a vitimização prévia aos atos criminosos cometidos está presente em todas as pesquisas referidas.

Fachinetto (2008), por exemplo, demonstrou a existência de uma diferenciação de contextos e experiências de vida entre meninas que cometeram atos de violência física e aquelas que cometeram atos contra o patrimônio. Através de entrevistas com adolescentes cumprindo medida socioeducativa, a pesquisadora encontrou dois grupos de adolescentes internadas: aquelas que têm a socialização “da rua” e as que têm a socialização “da casa”. As adolescentes do primeiro grupo são aquelas que cometeram atos infracionais contra o patrimônio, como roubo. Segundo Fachinetto, elas não desempenham papel secundário nesses atos, tendo os cometido em grupos nos quais cada integrante têm uma função distinta. Essas adolescentes, cujas práticas se dão, em sua maioria, no espaço público e na companhia de amigos, são as que apresentam os maiores índices de reincidência pelo mesmo tipo de delito (2008, p. 160). Já o outro grupo observado pela autora é formado por jovens que têm suas trajetórias marcadas pelo âmbito doméstico e pelas relações familiares. Conforme a autora:

Nessa categoria, a figura masculina surge como a principal referência no que concerne à ordenação das regras da casa, que compreende tanto o pai, como padrasto ou mesmo os companheiros das adolescentes. É ele que estabelece as regras rígidas sobre as quais as adolescentes e suas mães devem se guiar. [...] Há relatos de violência no lar, mas esta é perpetrada pela figura masculina (FACHINETTO, 2008, p. 160).

É nesse grupo que estão localizadas as adolescentes que cometeram atos de violência física, como homicídio e latrocínio. Nesses casos, as adolescentes praticaram os atos em relação direta ou indireta com alguma figura de autoridade masculina – um companheiro, padrasto ou parente, por exemplo. Em todos os casos, o ato figurou como algo pontual na trajetória das

adolescentes, estando todas as entrevistadas à época em seu primeiro ingresso no sistema socioeducativo. Santos (2010, 2012), por sua vez, analisando narrativas biográficas de adolescentes autoras de violência, aponta para a existência de variados contextos em que as meninas cometem violência física, e ressalta que esses atos não são praticados, necessariamente, em posições subalternas aos homens.

Além da relação entre vitimização e cometimento de violência, outro argumento comum à maioria dos estudos é a incompatibilidade entre a prática violenta e a socialização de mulheres e meninas, o que faz com que essas práticas sejam classificadas como resistentes e transgressoras. Em *Mulheres que matam*, Almeida procura elucidar “as significações e representações da violência e da criminalidade no contexto da mulher assassina de classe popular” (2001, p. 14), buscando localizar as entrevistas obtidas com mulheres condenadas por homicídio em uma estrutura geral de violência a qual as mulheres da classe trabalhadora estão submetidas. A autora relaciona os assassinatos ao “rompimento brusco com a condição feminina do ‘ser doméstico’, construída por um contexto social e cultural que exclui a mulher das relações públicas” (2001, p. 16). Essa argumentação está presente também nos estudos sobre adolescentes. Segundo Ramos (2007), diante de trajetórias de invisibilidade no espaço privado e público, as jovens mulheres demonstram atos de resistência:

[As adolescentes] são meninas que resistem aos papéis de gênero estabelecidos no decorrer da história, residindo no masculino o direito à opressão, transgressão, liberdade e superioridade, e no feminino o dever e a conformidade à submissão e opressão (RAMOS, 2007, p. 89).

Semelhante argumento aparece em *Filhas do Mundo*. Assis e Constantino (2001) identificam um forte controle social sobre as mulheres, que exerce influência sobre o cometimento de atos desviantes por parte das adolescentes. Conforme as autoras, que citam a perspectiva de Heidensohn (1995 apud ASSIS; CONSTANTINO, 2001), percebe-se a eficiência deste supercontrole no fato de que elas cometem menos crimes que os homens – e, quando o fazem, cometem aqueles de menor gravidade e são menos reincidentes em suas infrações. Desse modo, constataram que as jovens procuraram, “com maior ou menor intensidade, libertar-se de alguma forma do peso da socialização à qual estavam sendo submetidas” (ASSIS; CONSTANTINO, 2001, p. 59).

As quatro autoras referidas, ao trabalharem com análises de entrevistas de meninas que cometeram atos infracionais, interpretam seus atos como práticas de “resistência”, ao invés de “reprodução” das normas de gênero – que seriam, necessariamente, a submissão, a passividade, a conformidade. A “opressão feminina” é vista, então, como uma forma de controle, uma

estrutura exterior ao corpo das jovens. O que parece estar em jogo aqui é a crença de que as mulheres são coagidas por sistemas estruturais, exteriores a elas (no caso o “confinamento ao espaço privado”), e que, quando obtêm condições de “resistir” a essa estrutura, passam a ter possibilidade de realizar uma nova gama de práticas – no caso, a prática da violência.

Por mais relevantes que sejam esses estudos no Brasil, país em que a criminologia feminista não é extensamente desenvolvida, eles parecem estar diante dos mesmos impasses teóricos enfrentados pelas pesquisadoras da América do Norte e da Europa, previamente elencados aqui. Em primeiro lugar, a noção de que as mulheres são expostas a um controle social externo que as impede de se engajar em práticas “masculinas”, como argumentam Assis e Constantino (2001), parece insuficiente para explicar a relação do gênero com as práticas violentas. Partir da ideia de que a opressão feminina é construída apenas na base de um “controle” externo é naturalizar o comportamento masculino. Afinal, se o controle social opera como uma “barreira” que impede que as mulheres se comportem exatamente como os homens (nesse caso, no cometimento de violência), então o comportamento deles é natural, não informado por processos socializadores específicos ao gênero masculino. Esse argumento também não dá conta de entender os processos de socialização *positivos* aos quais as meninas são submetidas, que informam ativamente suas práticas, e não apenas negativamente (impedindo-as de realizar algo, no caso, a violência). Ainda, a ideia do cometimento de violência como resistência às normas de gênero ignora a interseccionalidade entre gênero e classe social ao tomar a socialização de gênero da classe dominante (que supostamente enfatiza a passividade, a domesticidade e a docilidade) como modelo para a socialização de meninas da classe trabalhadora. Não haveria contextos sociais específicos em que a prática de violência física por meninas e mulheres seja coerente com a manutenção da feminilidade?

Se por um lado certamente há o que podemos chamar de um controle social estruturado, exterior ao corpo das mulheres (como as instituições médicas, familiares, educativas e religiosas), apenas ele não pode ser responsável por informar as práticas dessas agentes. Não é esse controle social em si mesmo, mas a forma como ele é incorporado pelas agentes em suas experiências de vida, informando suas representações e suas escolhas práticas, que pode dar conta de explicar mais satisfatoriamente a relação das mulheres, em diferentes contextos, com a violência física. Para Kruttschnitt,

será necessária a utilização mais direta de teorias sociológicas sobre como contextos estruturais, práticas socializadoras e questões identitárias colidem para produzir diferenças nas experiências de homens e mulheres que implicam seu envolvimento criminal (KRUTTSCHNITT, 2013, p. 302).

Assim, no próximo capítulo, exponho o referencial teórico-metodológico dessa pesquisa: a utilização da teoria das práticas de Pierre Bourdieu (1983, 2001, 2004, 2012), conforme interpretada por Adkins (2005a, 2005b), Fleetwood (2016) e McNay (1999a, 1999b, 2005).

3. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: REALIDADE E RESISTÊNCIA EM PIERRE BOURDIEU E O *HABITUS* NARRATIVO

A violência feminina não é um fenômeno fácil de ser compreendido. Já estabelecemos que as mulheres são, ao menos em alguma medida, socializadas para serem pacíficas, doces, pessoas para quem “só a inexistência é uma virtude” (HERITIER, 2007, p. 81). A mulher dá a vida, e nunca a morte. Assim, a menina que mata é o oposto de tudo a ordem de gênero estabeleceu, uma quimera que adeptos das teorias de reprodução social não conseguem explicar. A figura da mulher violenta, então, é frequentemente colocada na esfera da *agência*: ela é resistente, transgressora, está *fora da estrutura social*. A violência das mulheres, portanto, ocupa um lugar complicado nos debates sobre ação e estrutura social. Ainda assim, esses debates são inescapáveis, e reside neles a chave para a compreensão do fenômeno de “exceção” que é a violência feminina.

Neste capítulo, primeiramente afasto-me do tema específico da pesquisa para tratar do debate sobre ação e estrutura na teoria feminista. Proponho que a utilização da teoria de Pierre Bourdieu pode elucidar processos de mediação entre estrutura e prática que ajudam a entender os fenômenos de gênero e, mais especificamente, os fenômenos de suposta exceção ao gênero, como a violência das mulheres. Ancoro-me nas proposições de Lois McNay (1999b, 2005) e Lisa Adkins (2005a, 2005b) de que a teoria de Bourdieu pode ser de grande ajuda para a superação do binômio agência/estrutura presente nos estudos sobre o tema.

3.1. AGÊNCIA E ESTRUTURA NA TEORIA FEMINISTA

A superação de formas de pensamento dicotômicas sempre esteve no cerne das preocupações da teoria feminista ocidental. Historicamente, autoras posicionaram-se contra a dualidade entre cultura/natureza, corpo/mente, indivíduo/comunidade, vista como origem e condição de reprodução do pensamento androcêntrico que naturaliza a dominação das mulheres pelos homens nas sociedades capitalistas (cf. HARTSOCK, 1983). No entanto, a superação do pensamento binário não é uma empreitada completa na teoria feminista. Abordo aqui uma das principais questões da área que permanece, em grande medida, sendo tratada a partir de um binômio: a relação entre *resistência* e *reprodução* das normas de gênero.

Dado o grande investimento político em debates acerca da agência das mulheres, superar essa dicotomia não é tarefa fácil. Parto das proposições de Lois McNay (1999b, 2005) e Lisa Adkins (2005a, 2005b) de que a teoria de Pierre Bourdieu pode ser de grande ajuda para a

superação desse binômio. Embora muito criticado por pesquisadoras e teóricas feministas, devido ora à falta da dimensão de gênero em sua teoria das práticas (REAY, 2005), ora à generalização apressada de seus achados etnográficos a respeito do povo Cabila para as sociedades contemporâneas em *A Dominação Masculina* (WITZ, 2005), Bourdieu é defendido por McNay e Adkins como o sociólogo que melhor fornece ferramentas para a compreensão das relações de gênero.

Para Adkins, a contribuição de Bourdieu está em ter realizado uma teoria que auxilia a compreender a prática social para além de noções liberais de “liberdade” e “agência”, que abundam nos trabalhos sobre gênero e sexualidade das últimas décadas (ADKINS, 2005b, p. 192). O aspecto da teoria de Bourdieu mais utilizado por teóricas feministas para abordar transformações sociais é a ideia de que o desencontro entre *habitus* (conjunto de disposições e esquema de percepções incorporadas ao longo da trajetória de vida de um agente) e espaço social, causado no ocidente pela entrada das mulheres na esfera pública, leva à possibilidade de reflexividade para ambos os gêneros. Para a autora, no entanto, a própria teoria de Bourdieu pode ser utilizada para corrigir uma ênfase demasiadamente otimista na reflexividade moderna e nas possibilidades de transformação consciente das identidades de gênero (ADKINS, 2005b, p. 198).

Contra certa “ingenuidade” – ou o que Bourdieu chamou de “ilusão escolástica” – Adkins pergunta se as transformações sociais nas relações de gênero das últimas décadas podem ser facilmente compreendidas como um movimento consciente, reflexivo, de desafio às normas de gênero. Ela questiona: Devemos separar o pensamento crítico e as atitudes reflexivas referentes ao gênero das demais formas de interação social compreendidas como mais profundamente incorporadas no *habitus*, ou seja, mais relacionadas à reprodução de normas de gênero? É possível separar o que é *reflexivo* do que não é? (ADKINS, 2005b). Inspirada pelas proposições de Adkins, parto do seguinte questionamento: Como compreender práticas aparentemente contrárias a um *habitus* determinado (no caso, contrárias à “feminilidade enfatizada”) sem recorrer a uma ideia celebratória de “resistência”? Para tal, sigo a proposta de Adkins e McNay de que a teoria das práticas de Bourdieu, mais especificamente a noção de disposições incorporadas do *habitus*, pode nos fornecer ferramentas úteis para superação do binômio resistência/reprodução.

Primeiramente, exponho de maneira breve a teoria das práticas de Pierre Bourdieu. A seguir, a partir de McNay, contextualizo o debate feminista no qual se enquadra a discussão

sobre agência/reprodução. Após, analiso a proposta de McNay sobre a utilização de Bourdieu para superar o enfoque na “resistência de gênero” presente nas teorias contemporâneas.

3.2. A TEORIA DAS PRÁTICAS DE PIERRE BOURDIEU

Bourdieu buscou superar as dicotomias entre material e simbólico e entre agência e estrutura por meio da formulação do que chamou de “estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista”. O termo “estruturalismo” se refere à ideia de que existem, no mundo social, não apenas sistemas simbólicos (como a linguagem e as representações), mas estruturas objetivas, que agem independentemente da consciência e da vontade dos indivíduos. Essas estruturas coagem e orientam as práticas e as representações dos agentes sociais. O estruturalismo de Bourdieu é adjetivado pelo “construtivismo”: a ideia de que há uma “gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação” constitutivos do *habitus* (BOURDIEU, 2004, p. 146).

Desse modo, a teoria social de Bourdieu parte de dois momentos distintos: (i) o “momento objetivista”, no qual o sociólogo faz a análise das estruturas objetivas, descartando as representações subjetivas dos agentes; (ii) o “momento subjetivista”, no qual se faz a análise das representações dos agentes, condicionadas e condicionantes das estruturas sociais. Essa divisão de momentos, no entanto, é sempre uma “oposição artificial”: eles estão em uma relação dialética e devem ser analisados um à luz do outro (BOURDIEU, 2004, p. 152).

A possibilidade de uma análise conjunta das estruturas sociais e das representações individuais se dá por meio do conceito de espaço social. Os agentes são distribuídos no espaço social a partir de seu acúmulo de diferentes capitais – tradicionalmente os capitais econômico, cultural e social (pesquisadoras defendem também a importância do capital emocional, cf. REAY, 2005). As posições no espaço social não necessariamente significam uma proximidade física, e sim uma proximidade de representações sobre o mundo social, uma similaridade de “pontos de vista”.

É, portanto, a noção de espaço social que dá conta de explicar a homologia entre disposições, gostos e representações de diversos agentes que compartilham um espaço comum, que “faz com que o mundo social não se apresente como puro caos” (BOURDIEU, 2004, p. 159). Esse mundo, no entanto, não se apresenta como totalmente estruturado: ele pode ser construído de diferentes maneiras, algumas inclusive contraditórias entre si – como por

exemplo, as divisões econômicas e étnicas (BOURDIEU, 2004). Assim, apesar da importância que Bourdieu dá às estruturas sociais, ele reforça que a ação social não é a simples obediência a uma regra. Para melhor compreender esse processo de mediação entre estrutura e sujeito, o autor cunhou o conceito de *habitus*.

Uma das principais funções do *habitus* como conceito é superar a dicotomia reprodução/agência por meio do descarte de dois erros que Bourdieu caracteriza como “ilusões escolásticas”: de um lado, a ideia de que há um efeito mecânico de coerção que age externamente sobre os indivíduos; de outro, as teorias da ação racional, segundo as quais os agentes têm condições de agir livremente, conscientes de suas estratégias e de suas chances. Contra ambas as teorias, Bourdieu ressalta que os agentes são dotados de *habitus* e que esse esquema de percepções e disposições permite que os indivíduos operem um conhecimento prático – não necessariamente racional, e sim *razoável* – e criem estratégias, “sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios” (2001, p. 169), adaptáveis e continuamente renovadas. Essas estratégias, porém, estão sempre dentro dos limites das construções estruturais das quais são produto.

O *habitus*, assim, é formado pela “incorporação das estruturas sociais sob a forma de estruturas de disposições, de chances objetivas sob a forma de esperanças e de antecipações”, as quais engendram um conhecimento prático. Ele é a “necessidade transformada em virtude”, o conhecimento pré-reflexivo de que “isso não é para pessoas como eu”, o saber a respeito do que é “razoável” fazer, exigir e sonhar. Contudo, só podemos apreender esse conhecimento prático a partir das estruturas sociais que o engendram, visto que tal aprendizado é fruto da localização do indivíduo no espaço social (2001, p. 159).

A noção de um conhecimento incorporado, ou seja, um “aprendizado pelo corpo” (2001, p. 172), é um fator da obra de Bourdieu que é útil à teoria feminista (MCNAY, 1999b). A ideia de que a ordem social se inscreve nos corpos, em uma relação dialética entre a história objetiva das estruturas sociais e a história subjetiva da experiência individual, fornece uma excelente ferramenta para a compreensão dos processos de socialização de gênero. Tal socialização é inclusive utilizada por Bourdieu como um exemplo clássico de incorporação da estrutura objetiva: “O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre os sexos nos corpos, sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se” (BOURDIEU, 2001, p. 173).

Essas disposições sexuadas são “tão duráveis como as inscrições indeléveis da tatuagem” e inscrevem-se nos corpos dos agentes tanto por meio da pedagogia cotidiana da

família (“menino não chora”, “sente-se como uma moça”) quanto dos ritos institucionais. Tal “ação psicossomática” se exerce muitas vezes por meio da emoção positiva (“como você fica bonita arrumada” para as meninas, “como você é valente” para os meninos) ou, em outras vezes, por meio do sofrimento psicológico e físico (2001, p. 173).

Como exemplo, é possível pensar na incorporação, nas mulheres, de uma certa maneira cuidadosa e dúbia de lidar com homens, principalmente ao rejeitá-los romântica e sexualmente (daí a crença cultural de que as mulheres “fazem jogos de sedução”), fruto do medo de ferir o ego masculino – disposição incorporada após experiências de exposição à violência masculina em momentos de “rejeição”. Tal exemplo é elucidativo porque trata de um conhecimento prático, uma *estratégia*, que não é racional, e sim razoável. A mulher, nesse exemplo, não sabe racionalmente que evita dizer um “não” ao homem que a aborda devido a um medo incorporado – ela o faz de maneira pré-reflexiva, podendo até divertir-se com o “jogo”. Porém, é possível dizer que, embora as agentes desconheçam, essa disposição é a incorporação de uma estrutura social (a dominação das mulheres pelos homens), de uma *história coletiva*, que se manifesta nas mulheres, tendo elas já sido vítimas de violência masculina em suas *histórias individuais* ou não, devido ao processo coletivo de socialização¹⁵.

Assim, para Bourdieu, o *habitus* é um conceito que dá conta do lado ativo do conhecimento prático, abandonado pela tradição materialista. O conceito tem como função restituir ao agente um poder “gerador e unificador, construtor e classificador”, ao mesmo tempo em que afirma que essa capacidade de construir a realidade social através do conhecimento prático é, ela mesma, socialmente construída – “não a experiência social de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado através de experiências situadas e datadas” (2001, p. 181).

Embora sua teoria seja criticada por ser excessivamente determinista, estando o *habitus* sempre condicionado ao espaço social, Bourdieu reforça que as disposições não conduzem, necessariamente, a uma ação determinada: “Elas se revelam e se realizam em circunstâncias apropriadas” (2001, p. 182). Assim, elas podem se manifestar em práticas diferentes, até opostas, segundo a situação. Nesse sentido, o *habitus* não é necessariamente adaptado, nem coerente. Podemos encontrar, portanto “*habitus* dilacerados, entregues à contradição e à divisão contra si mesmos, [...] tendentes a exercer sobre seus ocupantes ‘duplas constrições’ estruturais” (2001, p. 196). Essa concepção é particularmente importante para o estudo dos *habitus*

¹⁵ Bourdieu fala de processo semelhante em *A Dominação Masculina*, ao argumentar que a chamada “intuição feminina” é fruto da necessidade de vigilância das mulheres para “prever os desejos e pressentir desacordos”, a fim de se proteger da violência masculina (2012, p. 42).

sexuados. No imaginário social da cultura ocidental, por exemplo, as mulheres são contraditórias por natureza: “Fecundas e estéreis, bondosas e malévolas, castas e luxuriosas, doadoras da vida e mortíferas, sim, nessa concepção todas as mulheres são ambivalentes” (HERITIER, 2007, p. 55).

Como é frequentemente o caso, há certa verdade nessa concepção do senso comum. Não porque a contradição está no cerne da *natureza* feminina, mas porque ela está no cerne de sua socialização. Conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, as mulheres são expostas a representações contraditórias de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção (SCOTT, 1995). O mesmo se dá em certas esferas de sua socialização, como a da sexualidade, por exemplo: é exigido delas, simultaneamente, pureza e disponibilidade sexual. No entanto, essas exigências variam dependendo da posição da mulher no espaço social.

Assim, se o *habitus* feminino “tradicional” pode ser considerado majoritariamente coerente – aquele que corresponde à “feminilidade enfatizada” de Connell –, poucas mulheres estão na posição de internalizá-lo completamente. Domesticidade, passividade e docilidade são características mais facilmente incorporadas pelas mulheres das classes médias e altas, e nem mais essas podem ser descritas simplesmente por essa tríade, desde sua entrada no mercado de trabalho pago. As mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, não podem ser definidas por sua “domesticidade”, já que são com frequência as chefes de família de seus lares e trabalham fora do domicílio. Assim, cabe atentar para a interseccionalidade dos marcadores de gênero e classe social, que mudam a posição que as agentes ocupam no espaço social e podem produzir disposições de gênero contraditórias.

Desse modo, a relevância do conceito de *habitus* para esse trabalho não está em encará-lo como um conjunto de normas e imposições estruturais de gênero, mas como uma maneira de observar as condições de possibilidade, ou seja, *o espaço dos possíveis* das representações entre feminilidade e violência das adolescentes entrevistadas. Tal proposição é relevante para a produção de uma teoria feminista que retorna às questões de socialização e aprendizado pelo corpo e se afasta de propostas liberais de uma agência exterior à consciência, como veremos na próxima seção.

3.3. O LUGAR DE BOURDIEU NA TEORIA FEMINISTA

Cabe aqui fazer aqui uma breve contextualização do lugar da discussão sobre resistência e reprodução na teoria feminista. Tal tensão está no centro de um embate epistemológico que opera uma divisão entre teóricas feministas ocidentais na contemporaneidade: a divisão entre as teorias materialistas e culturalistas. Antes de tudo, é importante lembrar que a teoria sociológica foi uma rica fonte de material para a teoria feminista, mas que nas últimas décadas, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, as autoras da área têm se afastado da teoria social e se voltado para as teorias da cultura (ADKINS, 2005b). O estado da arte do debate sobre resistência tem relação direta com esse fenômeno. Adkins (2005b) argumenta que, além de providenciar boas ferramentas para a compreensão das relações de gênero, uma aproximação entre a teoria feminista e a teoria bourdieusiana pode reatar os laços rompidos entre o feminismo acadêmico e a teoria sociológica.

A questão central que divide as duas linhas teóricas é esta: as feministas ligadas à análise cultural acreditam que as materialistas se baseiam em divisões simplistas da sociedade, como base/superestrutura e realidade/representação, para argumentar em prol da primazia das forças econômicas em suas análises sobre a opressão das mulheres. Na visão culturalista, o gênero é compreendido como uma localização dentro de uma estrutura discursiva e simbólica. As teóricas da cultura – das quais a grande expoente é Judith Butler (1990, 1993) – enfatizam as maneiras como os discursos podem ser ressignificados por grupos marginalizados e, assim, localizam-se no polo da “resistência” nos debates sobre o tema (MCNAY, 2005).

Teóricas materialistas, por outro lado, veem de forma crítica os efeitos da chamada “virada linguística” na teoria feminista, que teria resultado em um enfraquecimento das teorias sobre opressão feminina e dado lugar a uma política de identidade difusa e politicamente contraproducente. Se na perspectiva culturalista “gênero” é uma localização em uma estrutura discursiva, na visão materialista ele é uma posição específica em uma estrutura de classes capitalista. Tais teóricas, dentre as quais podemos citar Nancy Fraser (1995), enfatizam a força das estruturas econômicas, sociais e políticas e, por isso, localizam-se no polo da “reprodução”. Tal divisão teórica, no entanto, é simplista e não dá conta de explicar a totalidade das complexas obras das autoras. Tanto Fraser quanto Butler, por exemplo, desenvolvem teorias que buscam a superação dessa dicotomia (MCNAY, 2005).

Para McNay, no entanto, ambas as visões falham em reconhecer que forças sociais, sejam elas econômicas ou discursivas, só se manifestam na realidade vivida das relações sociais. Assim, teorizações abstratas, que não observam a ação social, não podem explicar satisfatoriamente o funcionamento das relações de gênero. Afinal, se sabemos que as pessoas nunca estão situadas em apenas *uma* estrutura de gênero, de raça ou de classe, a única forma de entender como essas forças operam é através da observação das interações sociais (MCNAY, 2005, p. 177). Para a autora, é através da compreensão de gênero como uma *relação vivida* que as forças determinantes das relações culturais e econômicas da vida cotidiana podem se tornar visíveis, e, dessa forma, podemos conectar a ideia de identidade à de estrutura social.

O debate entre o material e o cultural é, em suma, um debate sobre os tipos de forças que agem sobre as ações sociais, e os limites e possibilidades de superar essas forças. A fim de compreender a conexão entre as ações e interações sociais, as representações simbólico-culturais e as estruturas de poder, McNay recorre à teoria de Bourdieu. O autor se mostrou cético diante das possibilidades de “resistência discursiva” à ordem dominante. Podemos encontrar sua resposta às teorias feministas culturalistas em uma passagem de *Meditações Pascalianas* (2001) que contém seus comentários sobre o “fetichismo do texto autonomizado que leva muitos [...] a conferir todas as realidades culturais, e ao próprio mundo social, o estatuto de textos autossuficientes e autoengendrados, passíveis de uma crítica estritamente interna” (BOURDIEU, 2001, p. 131). O autor fala especificamente de “certa crítica feminista” que trata a condição feminina como “produto puro da construção performática” e concede à crítica discursiva uma eficácia política:

Não custa lembrar, o gênero, a nação, a etnia ou a raça são construções sociais, sendo assim ingênuo, portanto perigoso, acreditar que basta ‘desconstruir’ esses artefatos sociais, numa celebração puramente performática da ‘resistência’, para destruí-los. [...] Pode-se duvidar da realidade de uma resistência que faz abstração da resistência da realidade (2001, p. 132).

O que está em jogo aqui parece ser o não reconhecimento, por parte de teóricas que apostam na “resistência discursiva” ao gênero, da dimensão com que as estruturas sociais estão incorporadas nos corpos e nas práticas das agentes. Assim, uma “resistência” simbólica não pode dar conta de destruir as estruturas objetivas que originam o gênero, a raça ou a classe social, por exemplo. Ademais, para Bourdieu, essa perspectiva é reflexo de uma “ilusão escolástica”, a insistência em descrever a resistência a dominação na linguagem da consciência – “tal como fazem tanto a tradição marxista quanto certas teóricas feministas”. Ao esperar que a libertação política seja o efeito automático da “tomada de consciência”, tais teorias “ignoram

a extraordinária inércia resultante da incorporação das estruturas sociais nos corpos” (BOURDIEU, 2001, p. 208-209). Assim, ao apontar para quão enraizadas estão as normas sociais, o conceito de *habitus* serve como um corretivo aos argumentos sociologicamente ingênuos sobre a transformação social das identidades sexuais (MCNAY, 1999b, p. 106).

Para McNay, a partir da teoria de Bourdieu, a relação entre estrutura simbólica e sujeito passa de uma dicotomia entre dominação e resistência para um conceito de “liberdades reguladas” (BOURDIEU, 1991, p. 102 apud MCNAY, 1999b). Esse conceito tem implicações importantes para a compreensão da relação entre as mulheres e as representações dominantes de feminilidade, fornecendo-nos uma maneira de compreender as formas híbridas que a autonomia das mulheres assumiu na modernidade tardia. A noção de hibridismo, oriunda da teoria decolonial, trata de uma forma de mudança que não é oposta ou exterior à dominação, mas surge da reinscrição de ferramentas e símbolos do dominante no espaço do colonizado (BHABHA, 1994 apud MCNAY, 1999b, p. 104). Essa noção é interessante para compreender a relação ambivalente das mulheres modernas com as normas convencionais de feminilidade. São exemplos disso as tentativas de renegociação das relações heterossexuais fora da instituição do casamento; os ícones culturais altamente femininos, como Madonna, que providenciam à “cultura das meninas” (“*girl culture*”) ferramentas simbólicas para subverter as definições de feminilidade; e as “lésbicas de batom” (“*lipstick lesbians*”) que se apropriam de símbolos da feminilidade para questionar os estereótipos acerca das mulheres não heterossexuais (MCNAY, 1999b).

Essas transformações não podem ser bem compreendidas por meio do par dominação/resistência, pois envolvem processos mais complexos de investimentos de negociações. Elas ilustram como o sujeito feminino é ao mesmo tempo produzido como objeto das normas regulatórias e como sujeito capaz de negociar e alterar essas normas. Sob essa perspectiva, a identidade de gênero não é uma estrutura mecanicamente determinista, e sim um sistema aberto de disposições – “liberdades reguladas” – que são “duráveis, mas não eternas” (BOURDIEU, 1992, p. 133 apud MCNAY, 1999b, p. 105). Certas disposições, no entanto, são mais duráveis que outras. A autora nos lembra de práticas que permanecem enraizadas nos *habitus* das mulheres mesmo após sua entrada na esfera pública: a responsabilidade pelo trabalho emocional nos relacionamentos interpessoais, o desejo heterossexual e a valorização da maternidade ainda são disposições que a maioria das mulheres modernas não negocia.

Assim, o conceito de *habitus* permite a compreensão da natureza sincrônica do controle e da liberdade, expressa na forma híbrida que a experiência social das mulheres assumiu no mundo moderno. Ao mesmo tempo, ele evita a celebração ingênua da potencialidade de

autonomia como significado político subversivo. Afinal, o fato de que os indivíduos não simplesmente reproduzem, de forma mecânica, a estrutura social não significa que haja uma natureza inerentemente resistente em seus atos, muito menos que as transformações sejam feitas de maneira consciente.

Ainda, Bourdieu se coloca como crítico da tendência que chama de “populismo espontâneo” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) das “teorias da resistência”. Ele argumenta que práticas tidas como “subversivas” em geral têm um impacto meramente superficial nas relações de um campo. Para o autor, é fato que os dominados raramente conseguem superar sua dominação. Como exemplo, ele traz os jovens da classe trabalhadora analisados por Willis (1977), que procuravam “resistir” ao sistema de educação através de condutas de delinquência. No entanto, essas ações acabavam por excluí-los do sistema educacional e por aumentar o escopo de sua dominação. Porém, o contrário, aceitar ser assimilado pelas instituições escolares, seria também ser dominado por elas.

Outro exemplo do “beco sem saída” ao qual são confinados os marginalizados é o descrito pela etnografia de Philippe Bourgois (1989) sobre a “cultura do terror” abraçada por traficantes de *crack* na periferia de Nova Iorque. Ele demonstra como a violência, o crime e o uso de substâncias ilegais, que poderiam ser compreendidos como uma “resistência” à cultura hegemônica, acabaram por resultar em uma maior opressão e autodestruição ao grupo de traficantes: “Tragicamente, é esse processo de luta contra – e ainda assim, dentro do – sistema que exacerba o trauma da vida no gueto americano contemporâneo” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 82). Assim, segundo Bourdieu, os dominados estão condenados a esse tipo de dilema: escolhas entre duas soluções que, de pontos de vista diferentes, são igualmente ruins (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 82).

O mesmo parece ocorrer com as jovens que cometem atos de violência física. Apesar da violência não ser necessariamente parte do *habitus* sexuado tradicional, parece ingênuo tomar como “resistência” atos que contribuem para aprofundar ainda mais a marginalização dessas adolescentes. Parece mais produtivo buscar, nas narrativas das meninas, quais esquemas de percepções e representações possibilitam que elas deem sentido às suas práticas violentas, dentro dos contextos em que habitam.

3.4. A SAÍDA PELA NARRATIVA: O ESPAÇO DOS POSSÍVEIS E O *HABITUS* NARRATIVO

When you are in the middle of a story it isn't a story at all, but only a confusion; a dark roaring, a blindness, a wreckage of shattered glass and splintered wood; like a house in a whirlwind, or else a boat crushed by the icebergs or swept over the rapids, and all aboard powerless to stop it. It's only afterwards that it becomes anything like a story at all. When you are telling it, to yourself or to someone else.

Alias Grace, Margaret Atwood

Conforme exposto nos capítulos anteriores, um dos dilemas do estudo da violência feminina é a combinação do paradigma materialista e do paradigma discursivo dos estudos de gênero. Nesse sentido, pesquisadoras da área têm apostado no potencial das narrativas biográficas para superar o binômio material/simbólico, estrutura/agência. Para Comack (1999), a análise de narrativas biográficas é uma saída porque o ponto de vista das mulheres é informado: (i) pelo seu contexto social, ou seja, o que acontece em sua vida cotidiana; (ii) por suas histórias, isto é, o que aconteceu com elas no passado; (iii) e por sua cultura e os modos de pensar disponíveis a elas.

Uma narrativa é uma história contada por um indivíduo que tem início, meio e fim. Em seu centro, está sempre a identidade do narrador. Essa identidade, que não necessariamente é unitária e coerente, é a apropriação criativa de discursos e posições que estão disponíveis ao indivíduo, dependendo de sua posição no espaço social (MCNAY, 1999a). A narrativa, então, reflete tanto a estrutura social quando a agência: ela é o fruto da criatividade individual, o resultado de uma reflexão e de uma montagem de memórias, mas é também socialmente estruturada (FLEETWOOD, 2015, p. 370).

Organizamos nossas experiências e nossas memórias na forma de narrativas – histórias, justificativas, mitos, razões para fazer algo ou não (BRUNER, 1991, p. 4-5). Assim, conhecemos o mundo e interpretamos nossa vida através convenções narrativas culturalmente circunscritas (PRESSER, 2009, p. 178). Histórias “tematizam pontos de conexão entre o pessoal e a experiência coletiva, o desejo e a ação”, e o modo como a agência individual é reconfigurada como vontade de coletiva e vice-versa é delimitado pelas narrativas culturais (PRESSER, 2009, p. 179). Assim, elas produzem e conferem *sentido* às experiências porque o enredo de uma história é sempre uma explicação: a autobiografia é a “atividade de se explicar ao contar a própria história” (STONE, 1982 apud PRESSER, 2009, p. 179). Desse modo, as narrativas buscam alcançar a *verossimilhança*, não a verdade. Elas são uma versão da realidade “cuja aceitabilidade é governada por convenções de ‘necessidades narrativas’, e não por verificações empíricas” (BRUNER, 1991, p. 4-5). Portanto, narrativas não são apenas

interpretações de eventos, e sim interpretações de como eventos podem ser explicados e justificados de modo inteligível.

Dáí a relevância das análises de narrativas de pessoas em situação de conflito com a lei. Fundamentalmente, a narrativa tem o potencial de “atenuar o desvio” de um criminoso, porque todo enredo pressupõe um Narrador moral. Conforme Linde (1993, p. 123 apud PRESSER, 2009, p. 180), “a reflexividade criada a partir do ato de narração significa que o narrador é sempre moral, mesmo que o protagonista da narrativa não o seja”. Assim, os indivíduos podem expor a motivação para suas condutas, tornando-se “pessoas melhores”, complexificando e historicizando o estigma de “criminosos” que lhes é imposto (PRESSER, 2009, p. 179).

Como todas as narrativas, as histórias contadas por pessoas criminalizadas são circunscritas por convenções sociais e bases normativas. Durante o ato de narrar, indivíduos elencam razões para suas condutas que façam sentido para seus interlocutores – reais, potenciais ou imaginários – e para eles mesmos (PRESSER, 2009, p. 180). Brookman, Copes e Hochstetler descrevem como “fórmulas narrativas” – aquelas que envolvem “atores típicos envolvidos em comportamentos típicos, dentro de enredos típicos, que levam a interpretações morais previsíveis” – são frequentemente empregadas por indivíduos encarcerados (2011, p. 398). Exemplos são fórmulas como o “código das ruas”, que impõe a necessidade de revidar situações de humilhação e desrespeito, usada para justificar o cometimento de violência por homens jovens membros de gangues; ou a necessidade de ser o “provedor da família” relatada por indivíduos de classe média que cometem crimes financeiros (2011, p. 399). Todas as fórmulas se baseiam na aceitação de “verdades coletivas”. Assim, narradores podem *se explicar* de um modo que diminua a distância entre seus comportamentos e as expectativas morais da audiência.

Para Katz (1988 apud PRESSER, 2009, p. 185), o sujeito desviante, como todos os outros, age sempre considerando as “possibilidades narrativas” de sua ação. Ao agir, cada pessoa está sempre encenando algum tipo de fábula moral que posiciona o agente, o protagonista da história, como um *tipo de pessoa*. Segundo Athens (1997, p. 98 apud PRESSER, 2009, p. 189), o tipo de autoimagem que uma pessoa tem e projeta sobre si é diretamente relacionado ao tipo de situação que essa pessoa interpreta como passível de uma resposta violenta. Nesse sentido, a autoimagem de um agente é sempre congruente com suas interpretações. Assim, é através das narrativas que indivíduos constroem uma *coerência* que a experiência, por si mesma, não possui. No entanto, se a coerência é central para a narrativa, é importante reconhecer que ela é sempre fabricada.

Coerência, moralidade, expiação de culpa: essas são temáticas caras à teoria feminista. Não por acaso, a abordagem da narrativa biográfica é particularmente adequada para a compreensão das práticas de gênero. Isso porque a feminilidade, para as mulheres (e a masculinidade, para os homens), é uma estrutura social fora da qual “é impossível ter uma existência socialmente significativa” (MCNAY, 1999a, p. 322). O processo de construção de um *self* coerente está no cerne das práticas de gênero. Enquanto as diferentes disposições incorporadas por uma agente em seu *habitus* podem ser contraditórias, na construção simbólica de sua identidade narrativa, uma narradora buscará estabelecer *coerência* ao relatar sua vida.

O estabelecimento de uma coerência narrativa é um dos pontos chave de minha investigação. Uma vez que pesquiso fenômenos sociais supostamente contraditórios – a socialização de gênero das jovens mulheres e o cometimento de violência por parte delas –, interessa-me saber se elas estabelecem relações de coerência ou incoerência entre suas práticas e sua posição como mulher nos contextos em que transitam.

3.4.1. O *habitus* narrativo

Estabeleci, na seção anterior, a relevância de analisar narrativas de mulheres criminalizadas para compreender as relações entre gênero e violência. Há, porém, uma questão que permanece: Como conciliar a teoria de Bourdieu, já exposta neste trabalho como uma ferramenta útil para compreender as práticas de gênero, com uma análise de narrativas? O próprio Bourdieu, em dado momento de sua obra, coloca-se contra a análise de história de vida. Para ele, “tratar a vida como história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica” (BOURDIEU, 2006, p. 185). Para o autor, compreender uma vida como uma série de acontecimentos sucessivos é como tentar explicar um trajeto de metrô sem compreender a estrutura de sua rede (2006, p. 190). Como, então, conciliar sua abordagem teórica com uma metodologia centrada na narrativa?

Fleetwood (2016) sugere que o conceito de “*habitus* narrativo” pode nos ajudar a sair desse impasse. Enquanto, de fato, não é possível observar o *habitus* de um indivíduo em sua totalidade através de uma narrativa, pois muitos aspectos deste são pré-discursivos, podemos compreender partes do esquema de percepções de um indivíduo através de uma história. Assim, do mesmo modo que Bourdieu entende o *habitus* como a internalização da posição de um agente no espaço social, o *habitus* narrativo é a internalização da *doxa* narrativa presente neste

espaço – o vocabulário, os gêneros narrativos, as identidades e os clichês passíveis de serem utilizados em determinado contexto, a fim de construir uma narrativa coerente.

Uma narrativa é sempre um processo temporal, uma interpretação do passado informada pelo presente do narrador. Para Bourdieu, o *habitus* é a própria “presença do passado” escondida no presente (2001, p. 258). Assim, podemos entender que o *habitus* narrativo estrutura as histórias dos indivíduos e suas identidades. A *doxa* narrativa de um espaço social específico estrutura como uma história será contada e como ela será recebida (FLEETWOOD, 2016, p. 9), uma vez que o *habitus* constitui “as solidariedades duráveis, as fidelidades incoercíveis” (BOURDIEU, 2001, p. 177) de um indivíduo: o que, para ele ou ela, é o mais fundamental. O que é possível *ser* e *fazer* em determinado momento, *sendo quem se é*.

Assim, no decorrer de uma história, o *habitus* narrativo guia interpretações e ações. Fazemos escolhas, discursivas ou práticas, baseando-nos em um “Eu” que é conjurado como protagonista de uma história (PRESSER, 2009). Indivíduos não podem escolher de um grupo infinito de linguagem e significado: eles se baseiam em maneiras de autorrepresentação e de pensamento que aprenderam e usaram em outros lugares (SANDBERG, 2010). Portanto, pesquisadores que se utilizam do conceito de “*habitus* narrativo” investigam as histórias hegemônicas e as limitações criativas de cada narrativa, e suas relações com os contextos sociais de classe, raça e gênero (FLEETWOOD, 2016).

Para Bourdieu (2001), o conhecimento prático se define a partir da relação entre a *estrutura das esperanças* e a *estrutura das probabilidades*. Cada agente é dotado de um *sentido do jogo*, do que resta fazer (ilustrado pela ideia de que “era a única coisa a fazer” ou “ele fez o que era preciso”). Como estrutura generativa, o *habitus* molda como um agente “avalia suas possibilidades de ação, pesa os possíveis problemas” (FLEETWOOD, 2016, p. 373). Analisar as narrativas das adolescentes sob essa perspectiva é buscar entender como elas compreendem “o sentido do jogo” em seu contexto social – o que cabe a elas fazer, diante das situações que lhes aparecem, enquanto meninas? Quais são as possibilidades que elas analisam que têm diante de si, quais escolhas são feitas diante dessas possibilidades, e como essas escolhas correspondem – ou não – às *regras do jogo*? Assim, ao invés de entender a imposição da *doxa* como violência simbólica, como Bourdieu, o *habitus* narrativo de Fleetwood considera como os indivíduos, ao construírem narrativas pessoais, precisam fazê-lo em relação a discursos hegemônicos.

Em resumo, a análise das narrativas de agentes desviantes está situada na oposição clássica entre agência (o que o narrador está tentando transmitir?) e estrutura (quais narrativas

estão disponíveis a ele?) (FLEETWOOD, 2016). Afinal, o *habitus* reflete as desigualdades do espaço social e as reproduz através de esquemas de percepção: “práticas mais improváveis são, portanto, excluídas como impensáveis, através de uma submissão imediata à ordem que inclina os agentes a fazer da necessidade virtude, ou seja, recusar o que já é negado” (BOURDIEU, 1990, p. 54 apud FLEETWOOD, 2016, p. 8).

Isso significa que investigar a forma como as adolescentes entrevistadas constroem o sentido da violência física é entender o lugar dessa violência, e sua relação com o gênero, dentro da *doxa* daquele contexto específico. Se as meninas narram práticas violentas sem estabelecer uma relação de antagonismo entre esses atos e sua feminilidade, seria possível dizer que essas práticas já não são mais consideradas tão “improváveis” dentro dos contextos habitados por elas. O que se pode observar nessas narrativas são as condições de possibilidade simbólicas – ou seja, dentro de um esquema de representações pré-determinado e localizado – para a manutenção de uma feminilidade, mesmo diante de práticas violentas.

3.4.2. As narrativas no contexto institucional da justiça juvenil

Em uma pesquisa envolvendo o depoimento de meninas internadas pelo cometimento de atos infracionais, é importante lembrar que as narrativas, para elas, têm diversos significados e funções. Conforme Bruner (1990), o sentido de uma narrativa é sempre um argumento moral, visto que elas dão conta de explicar uma mudança de uma condição para outra (como a condição de “boa menina” para a de “bandida”, e vice-versa). Desse modo, não é por acaso que clichês narrativos como o desejo de “buscar uma nova vida” surjam com tanta frequência nos depoimentos de pessoas encarceradas (PRESSER, 2010, p. 443). Esse clichê nos lembra que “narrativas invariavelmente incluem o que nós *desejamos*, e que uma análise narrativa é necessariamente uma exploração da cultura do narrador” (PRESSER, 2010, p. 443).

Outro fator importante a ser levado em consideração é que pessoas selecionadas pelo sistema de justiça já contaram a história de seus atos antes: narrar o desvio é uma atividade contínua (PRESSER, 2010, p. 442). Tal fenômeno talvez seja especialmente verdade no caso de jovens cumprindo medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade no Brasil, dado o caráter individualizado da justiça juvenil brasileira. Isso porque o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os jovens condenados por atos infracionais recebam sentenças indeterminadas (embora nenhuma medida socioeducativa possa ultrapassar os 3 anos de duração). Cada adolescente que ingressa em uma unidade de internação recebe um Plano

Individual de Atendimento¹⁶ (PIA) elaborado pela instituição, juntamente com o próprio jovem e sua família. Para a redação deste plano, são discutidos os “objetivos declarados” que o adolescente almeja conquistar durante o cumprimento de sua medida. Nesse sentido, desde o início do processo judicial e institucional vivenciado pelos jovens criminalizados, eles são chamados a produzir relatos reflexivos sobre si.

Ainda, dado que as sentenças são indeterminadas, a manutenção, extinção ou substituição de cada medida é reavaliada pelo judiciário a cada seis meses. Nessa reavaliação, o magistrado acessa um relatório produzido pela equipe técnica da unidade de internação onde o adolescente cumpre sua medida. Neste relatório consta a “evolução” do adolescente de acordo com os objetivos elaborados em seu PIA. Portanto, ser capaz de articular discursivamente uma reflexão acerca de si e dos atos cometidos é objetivamente importante para os adolescentes, pois dessa capacidade depende a extinção e/ou redução de sua medida socioeducativa.

Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, Almeida (2014) observou que o “arrependimento verdadeiro” diante do ato infracional, provado a partir do relatório de cada adolescente, é elemento fundamental para que magistrados extingam determinada medida socioeducativa: “Para eles, muitos adolescentes não entendem que o que fizeram é errado ou porque estão recebendo a medida e precisariam adquirir ‘senso crítico das consequências nefastas do que fizeram’” (ALMEIDA, 2014, p. 232). A pesquisadora observou que tal noção de “arrependimento”, significado também como “empatia” ou a capacidade de “se colocar no lugar da vítima”, também era central para a equipe técnica que produzia os relatórios dos adolescentes internados.

Desse modo, dada a característica individualizada dos procedimentos da justiça juvenil brasileira – e, ainda mais, as características específicas do Casef-RS, que serão exploradas no capítulo seguinte –, as adolescentes entrevistadas são estimuladas a conversar com as funcionárias sobre a rotina da instituição; com as psicólogas e as assistentes sociais sobre sua

¹⁶ Em relação ao Plano Individual de Atendimento, a Lei do Sinase (Sistema Nacional Socioeducativo) estabelece que:

“Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 55. Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda:

I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;

II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.”

história de vida; com a advogada da instituição e com a defensora pública sobre o ato infracional e o processo judicial. Elas estão, portanto, constantemente elaborando reflexões sobre si em diferentes contextos. Essas reflexões as estimulam a elaborar narrativas sobre seus atos que sejam, em alguma medida, *redentoras*.

Assim, tenho em mente que o tipo de relação entre feminilidade e violência que as adolescentes constroem em suas narrativas é informada por um desejo de estabelecer uma coerência moral em sua história – de identificar-se como uma pessoa boa e justa, apesar de seus “crimes”. Desse modo, não posso saber se as relações estabelecidas por elas entre gênero e violência são as únicas que elas concebem, ou se narrariam seus atos da mesma forma para suas amigas íntimas, por exemplo. É muito provável que não. Só posso ter certeza de que, no contexto de internação, elas decidiram construir suas narrativas de uma forma e não de outra.

Isso, no entanto, não enfraquece a utilidade teórica da narrativa obtida, pelo contrário: ela nos fornece uma compreensão do que a adolescente considera que seja uma relação coerente entre feminilidade e violência, capaz de produzir um argumento moral que dê sentido a sua história. Isso não é dizer, também, que as meninas estão simplesmente mentindo em seus relatos ao expressarem, por exemplo, arrependimento diante da violência cometida por elas, ou que esta é uma estratégia calculada por elas para adquirir ganhos institucionais. É provável que estejamos diante de um duplo fenômeno: uma legitimação discursiva de si diante dos outros, e diante de si próprias. Mesmo porque, segundo Bourdieu:

Ninguém pode proclamar verdadeiramente, nem diante dos outros, e muito menos diante de si mesmo, que “dispensa qualquer justificação”. [...] Resta apenas o julgamento dos outros, princípio decisivo de incerteza e insegurança, mas também, e sem que haja contradição, de certeza, segurança, consagração (BOURDIEU, 2000, p. 290).

4. A COLETA DE DADOS

Neste capítulo, apresento o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul, bem como detalho o processo de entrada em campo e os procedimentos metodológicos de coleta das narrativas. Antes, no entanto, cabe apresentar brevemente as atuais condições do sistema socioeducativo brasileiro.

A partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, desenhou-se no Brasil uma nova política de proteção e de atendimento à infância e a adolescência. Ao contrário do antigo Código de Menores de 1979¹⁷, a nova política passou a considerar crianças e adolescentes “titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e sobretudo ao amparo jurídico” (ADORNO, 1999, p. 62). Tal processo político foi impulsionado por um movimento, nascido entre as décadas de 1970 e 1980, de crítica à centralidade da internação no projeto nacional de controle da juventude pobre. Assim, a articulação entre movimentos sociais, acadêmicos, profissionais da área e a mídia, que passou a denunciar as condições precárias das antigas casas de internação, levou à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O ECA é, com frequência, celebrado como uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes (ALVAREZ, 2014). Entre as principais rupturas com o antigo modelo de controle de adolescentes imposto pelo Código de Menores de 1979 está o estabelecimento de limites à imposição de medidas de privação de liberdade. A medida socioeducativa de internação, que não pode ultrapassar o período de 3 anos de duração, deverá ser breve e excepcional, aplicada apenas em último caso, quando tenham se extinguido as possibilidades de imposição de medidas em meio aberto. Ainda, o artigo 122 do ECA estabelece que a medida de internação só poderá ser aplicada quando “tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa”,

¹⁷ O Código de Menores de 1979 instituiu no país a chamada “Doutrina da Situação Irregular”. De acordo com o Código, se enquadravam nesta situação desde o jovem “privado de condições essenciais à sua subsistência”, “em perigo moral” e “com desvio de conduta” até o “autor de infração penal”. Esses jovens poderiam ser internados e teriam sua internação reavaliada no máximo a cada dois anos, sem limite máximo para essa internação. Se, aos 21 anos, o adolescente não fosse liberado, sua situação passaria à competência da justiça criminal. Segundo Méndez, tal doutrina teve a função de “legitimar uma potencial ação judicial indiscriminada sobre as crianças e adolescentes em situação de dificuldade” (1998, p. 27). Nesse sentido, dentre as maiores inovações do ECA estão o estabelecimento de uma separação entre jovens em situação de vulnerabilidade e jovens acusados do cometimento de atos infracionais; e a imposição de um limite máximo de três anos para a sanção imposta aos adolescentes.

ou devido à “reiteração no cometimento de outras infrações graves” e ao “descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta”¹⁸.

Apesar de ser considerada como uma legislação que respeita os direitos da criança e do adolescente, o Estatuto encontra dificuldade de ser implementado em sua totalidade, graças às condições em que os adolescentes cumprem as medidas socioeducativas no país. Há 466 unidades de restrição e privação de liberdade no Brasil, estando 47% destas na região Sudeste, 18% na região Nordeste, 15% na região Sul e 9% na região Norte (SDH, 2015). Em 2011, 65% das unidades de privação de liberdade foram avaliadas como “ótimas ou boas”, 19% como regulares e 14% como ruins ou péssimas (SDH, 2015). Relatório do CNJ (2012) apontou que há médicos disponíveis em apenas 32% das unidades. Ainda, apenas 34% delas contam com a presença de advogados próprios. Em relação à efetividade da socioeducação, a pesquisa demonstrou que 28% dos jovens nas unidades pesquisadas não frequentavam a escola todos os dias. Ademais, apenas 61% das unidades oferecem cursos profissionalizantes e 24%, apoio psicopedagógico (CNJ, 2012).

No que diz respeito à separação das unidades por sexo, das 466 unidades de restrição e privação de liberdade, apenas 37 são exclusivamente femininas. Cinco estados não têm unidades exclusivas para meninas – Acre, Bahia, Goiânia, Roraima e Tocantins. Nessas regiões, as jovens são atendidas em unidades mistas. Assim, ao todo, há 52 unidades que prestam atendimento misto, 377 exclusivas para meninos e 37 exclusivas para meninas. O Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul é uma delas.

4.1. O CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO FEMININO DO RIO GRANDE DO SUL

Ame mais, namore, ouse, tenha fê, perdoe, sorria, acredite em você, viva com alegria, aproveite a vida, divirta-se, acredite, faça amigos, tenha coragem, seja otimista, mude, faça algo diferente, reinvente-se, seja feliz.

Inscrição na parede da recepção do Casef-RS

Sendo a única unidade feminina da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS (FASE), o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul, o “Casef”, abriga todas as adolescentes mulheres em privação ou restrição de liberdade do estado. Optei por realizar a coleta de dados nessa unidade porque, como relata Fachinetto (2008), o Casef é

¹⁸ Há divergências jurídicas a respeito do significado de “reiteração” e “atos graves”, bem como se o ato infracional de tráfico de drogas pode ser considerado “violência ou grave ameaça à pessoa”. Sobre os debates jurídicos acerca dessa questão, cf. (CORNELIUS, 2016).

considerado uma referência no país, no que diz respeito à realidade dos demais centros de atendimento socioeducativos. Na última Caravana Nacional de Direitos Humanos, realizada pela Câmara dos Deputados Federais em 2001, a instituição foi nomeada o melhor centro de atendimento socioeducativo do Brasil (FACHINETTO, 2008). Embora essa avaliação não seja recente, pesquisa do Conselho Nacional de Justiça de 2015 sobre cinco casas de internação femininas demonstrou que a infraestrutura da unidade “parece oferecer um ambiente mais confortável [...] do que as outras casas [*femininas*] para o cumprimento da medida em meio fechado” (2015, p. 58). O Casef também foi a única unidade, dentre as cinco pesquisadas pelo CNJ, cujos funcionários entrevistados relataram acreditar no “potencial socioeducativo” da instituição. Ademais, dados fornecidos pela FASE apontam que a taxa recente de reincidência do Casef é de 0%: entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2017, nenhuma adolescente que permaneceu mais de 45 dias na unidade e cumpriu sua medida antes dos 18 anos reingressou à instituição. Na população total da FASE, essa taxa é de 17,5%.

Devido à escolha do método de entrevista, achei prudente selecionar uma unidade na qual as adolescentes internadas sofressem o menor nível de violência institucional possível, para que a relação entre pesquisadora e entrevistada pudesse se estabelecer com maior naturalidade. Sei que, apesar disso, toda aproximação entre pesquisadora e adolescentes em situação de internação é atravessada por relações de poder. Com isso em mente, ainda assim optei pelo Casef.

O Casef é um prédio de dois andares localizada dentro de um complexo da FASE em Porto Alegre, onde também estão localizadas outras unidades que abrigam adolescentes homens. Apesar da proximidade, as meninas e os rapazes quase não têm contato. A unidade é chamada, pelos funcionários e pelas internas, de “casa”. Ela contém uma sala de recepção com sofás, um corredor que leva às salas administrativas e outro corredor que leva ao espaço de cada grupo de internação. No subsolo estão localizadas a biblioteca, a escola, o pátio e um salão para festas e atividades. As adolescentes internadas dividem-se em três grupos, que serão descritos a seguir. Cada grupo possui uma sala de estar integrada com cozinha, mesa para atividades, sofás e televisão, um banheiro próprio e um corredor com os quartos¹⁹, que podem ser decorados pelas meninas.

Durante seu tempo livre, as adolescentes ficam dentro da área reservada para seu respectivo grupo, embora, durante o dia, não haja grades para impedi-las de circularem. As

¹⁹ Os quartos abrigam até duas meninas. Em geral, elas os ocupam individualmente, precisando dividi-los apenas quando há mais adolescentes internadas do que quartos disponíveis.

portas gradeadas que dão acesso à área de cada grupo são fechadas à noite. A equipe técnica é formada por 51 pessoas, das quais 32 são agentes socioeducativos. A casa não tem nenhum agente dedicado exclusivamente à manutenção da segurança. As meninas chamam os funcionários – em sua maioria, mulheres – de “tio” e “tia”.

As adolescentes internadas têm uma rotina repleta de atividades e com pouco tempo livre. Elas são responsáveis pela organização dos quartos e das áreas comuns, bem como auxiliam os funcionários da instituição nas atividades de cozinha e limpeza após as refeições. As internas se ocupam durante os três turnos: vão à escola, que fica localizada dentro da instituição; fazem cursos profissionalizantes e podem realizar atividades remuneradas. A temática dos cursos profissionalizantes varia. Durante minha incursão no campo, as adolescentes estavam fazendo cursos de “hotelaria e camareira”, “ocupações administrativas” e “recursos humanos”.

Como atividade remunerada, elas podem participar da produção de “lanches” e vender os produtos para os funcionários da casa e familiares nos dias de visita, ou trabalhar em uma lavanderia dentro da casa, trabalho pela qual recebem aproximadamente meio salário mínimo por mês²⁰. No final da tarde, as meninas podem assistir à televisão. Ainda há atividades temáticas esporádicas, como shows de músicas, festas (com a presença dos meninos internados nas unidades vizinhas) e sessões de cinema dentro da casa. Os dias de visita são quarta-feira e domingo, e as meninas podem fazer e receber ligações telefônicas nas quintas-feiras. Nesse dia também ocorrem os Grupos Operacionais, uma reunião de todas as adolescentes de cada grupo com a equipe técnica, onde as meninas podem falar sobre suas experiências e buscar resolver conflitos, tanto entre as internas quanto entre as internas e os funcionários da instituição.

Os três grupos de internação são: Internação Provisória (IP, ou “G1”), Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE) e Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE, ou “G2”). Há ainda um grupo de adolescentes que cumpre medida socioeducativa de Semiliberdade, mas essas não residem na instituição e realizam suas atividades em uma casa separada do Casef. Por não estarem internadas e não compartilharem o mesmo espaço físico que as demais, as adolescentes da Semiliberdade não foram entrevistadas.

²⁰ Fachinetto (2008) desenvolveu pesquisa sobre a socialização secundária pela qual passam as adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Casef. Ela aponta que “a proposta de criação de todos esses projetos e oficinas surgiu ainda na década de 80, motivada pela ideia de que a ‘mulher é a ordenadora das atividades domésticas’. Desta forma é interessante analisar os pressupostos contidos neste documento elaborado pelas técnicas da instituição [...] onde consta que *sendo a mulher, elemento coordenador e/ou executor das tarefas domésticas, seus conhecimentos nessa área, tanto lhe proporcionam autonomia de execução, como condições de coordenação desse trabalho*” (2008, p. 203).

A Internação Provisória (IP) é o grupo formado pelas adolescentes que foram judicialmente designadas para aguardar julgamento privadas de liberdade. Segundo o artigo 108 do ECA, adolescentes podem ficar até 45 dias internados provisoriamente. Esse grupo é o que tem maior rotatividade, devido a seu caráter provisório. As adolescentes que pertencem a ele são geralmente transferidas para o grupo ISPAE, se condenadas, ou liberadas, se forem absolvidas ou se ganharem o direito de aguardar em liberdade o julgamento.

A Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) reúne as adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação que não adquiriram o direito de realizar atividades externas, como ir à escola ou fazer estágios fora do Casef. De seis em seis meses, as adolescentes são avaliadas pela instituição. Se seu comportamento for considerado adequado, elas poderão receber uma progressão de medida para integrarem o grupo da Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). O ICPAE agrupa adolescentes internadas que têm direito a realizar atividades externas como ir à escola fora da instituição, participar de estágios (como a entrevistada Tamara, que estagia no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul) e ir para a casa durante os finais de semana.

Há ainda um quarto grupo separado espacialmente, embora as adolescentes que o compõe possam ser de qualquer um dos outros grupos: o Berçário. Adolescentes grávidas ou com filhos nascidos durante a internação residem em uma área especial, separada das demais, que contém uma sala destinada ao cuidado dos filhos. Elas podem permanecer nesse espaço até o término do cumprimento de sua medida socioeducativa, juntamente com seus filhos. Enquanto estive no Casef, três adolescentes residiam no berçário: a entrevistada Ana, que estava grávida de nove meses; uma adolescente com um filho já em idade para ir à escola primária (ele era levado diariamente pela equipe técnica) e outra com um bebê recém-nascido. Todas elas participam das demais atividades da instituição, como ir à escola, fazer faxina e participar dos cursos.

No total, durante o período em que estive fazendo as entrevistas, havia 32 adolescentes em privação de liberdade de liberdade no Casef (somando-se às adolescentes em Semiliberdade, totalizavam 43 meninas na instituição). O número reduzido de internas e sua divisão em grupos menores possibilitam que elas sejam controladas e monitoradas pelos funcionários de forma contundente. São raros os momentos em que as meninas se encontram sozinhas, sem a supervisão de um monitor ou monitora. Embora a maioria das adolescentes tenha manifestado, na entrevista, estar tendo uma experiência positiva no Casef, a reclamação mais comum entre

as entrevistadas é a de que existem “muitas regras” na casa²¹. As adolescentes que violam as normas gerais de convivência estão sujeitas a uma escala de punições cumulativas. Dentre as punições estão a perda privilégios – como o acesso ao “material de risco” (utilização de talheres de metal nas refeições, por exemplo) e a participação nas atividades de lazer – e o “recolhimento obrigatório” ao quarto às cinco da tarde, o que faz com que a adolescente fique excluída das atividades do turno da noite. Faltas mais graves ou reincidentes levam à instalação de uma Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD), um processo administrativo contra a adolescente que passará a constar no relatório apresentado ao magistrado nas audiências para decidir sobre a redução ou a extinção da medida socioeducativa.

4.1.1. A população do Casef: atos infracionais, região de cometimento e cor das adolescentes

Segundo dados do Levantamento Nacional do SINASE (SDH, 2017), dos mais de 24 mil adolescentes, homens e mulheres, que cumpriam medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade no Brasil em 2014, 44% cumpriam pelo ato infracional de roubo. O tráfico de drogas é a segunda maior causa de internação, com 24% dos adolescentes internados por esse delito. Apenas 9% de todos os adolescentes brasileiros cumprem medida socioeducativa pelo ato infracional de homicídio, sendo essa a terceira maior causa de restrição ou de privação de liberdade, seguida da tentativa de homicídio (3,5%) e do furto (3,3%). Enquanto realizava as entrevistas, acessei a planilha de dados do Casef e pude contabilizar os atos infracionais cometidos pelas internas. A proporção é muito diferente dos dados gerais brasileiros, sendo o homicídio a segunda maior causa de internação na instituição, responsável por 37% dos casos. Atos de violência física (homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal, latrocínio e sequestro) são responsáveis por 72% das internações (ver Gráfico 3).

²¹ Sobre a vivência “afitiva” das adolescentes internadas no Casef, cf. (FACHINETTO, 2008).

Gráfico 3 – Porcentagem de meninas cumprindo medida socioeducativa no Casef por ato infracional.

No dia em que acessei os dados, contando as integrantes de todos os grupos (inclusive a semiliberdade), havia 17 adolescentes cumprindo medida socioeducativa por roubo e 16 por homicídio. De resto, havia 2 adolescentes cumprindo medida por latrocínio, 2 por tentativa de homicídio, 2 por lesão corporal, 2 por tráfico de drogas, 1 por sequestro e 1 devido à mandado de busca e apreensão em sua residência. Esses números, principalmente os referentes às adolescentes que cumprem internação provisória, variam diariamente. No que diz respeito à região de cometimento dos atos infracionais, 35% das internas cometeram seus delitos na cidade de Porto Alegre, capital do estado.

Segundo os dados do SINASE (SDH, 2015), 57% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade no Brasil são pretos ou pardos, e 24% são brancos. No entanto, não constam informações sobre a cor de 17% dessa população. Sabemos que há predominância de pretos e pardos no sistema socioeducativo nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país, enquanto a região Nordeste contém uma taxa muito elevada de dados “sem informação”. Já a região Sul é a única em que os brancos ultrapassam os pretos e pardos, sendo 48,2% dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa (contra 45% pretos e pardos e 6% “sem informação”).

No Casef, as adolescentes são classificadas como “brancas” ou como “pretas ou pardas”. As classificadas como brancas eram 26 das 43 meninas em restrição ou privação de liberdade durante minha incursão no campo – ou seja, 60% do total. Em nenhum grupo de internação o número de adolescentes “pretas ou pardas” ultrapassa o número de adolescentes brancas. Duas questões referentes à cor das meninas são importantes de ressaltar: primeiro, o fato de que

79,8% da população do Rio Grande do Sul é autodeclarada branca, e apenas 19,7% declara-se preta ou parda (IBGE, 2015). Desse modo, mesmo que as adolescentes brancas estejam em maior número no Casef, ainda há uma grande sobrerrepresentação de jovens “pretas ou pardas” na instituição, já que elas ocupam 40% das vagas de internação, mas são 20% da população do estado. O segundo fato que devemos levar em consideração ao observar a cor das adolescentes é que esse dado não é coletado mediante autodeclaração. A instituição categoriza as adolescentes nas categorias “brancas” e “pretas ou pardas” a partir de seus próprios critérios.

4.2. A ENTRADA EM CAMPO E A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

O procedimento de pedido de acesso ao Casef para a realização da pesquisa foi iniciado em outubro de 2015. Seguindo as diretrizes de um documento da instituição disponibilizado no sítio oficial da FASE-RS, foram enviados por e-mail para a Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS os seguintes documentos: a) declaração de autorização de início de pesquisa de campo, assinada pelo então coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP; b) carta de apresentação da pesquisadora e da pesquisa, assinada pela professora orientadora; c) projeto de pesquisa, assinado pela professora orientadora e pela pesquisadora; d) declaração de matrícula da pesquisadora; e) currículo lattes da pesquisadora.

No dia 13 de novembro de 2015, recebi a confirmação, por e-mail, de que a pesquisa havia sido autorizada. Combinei com os funcionários da Assessoria de Informação e Gestão (AIG) de realizar os procedimentos de pesquisa durante os meses de janeiro e fevereiro de 2015. Assim, no início de janeiro, compareci à sede da AIG para coletar a carta de aceite assinada pelo diretor da FASE-RS e marcar a data da realização das entrevistas. A entrada em campo foi transferida de janeiro para fevereiro, a pedido da diretora do Casef, pois um documentário estava sendo filmado na unidade durante o mês de janeiro, ocupando os técnicos e as adolescentes.

Desse modo, iniciei a pesquisa de campo no dia 5 de fevereiro de 2015. Nessa data, levei a carta de aceite e o termo de compromisso assinado para o vice-diretor, que substituí a diretora, de férias durante toda a pesquisa. Fui muito bem recebida por todas os funcionários da instituição. Combinei de voltar na semana seguinte após o feriado de carnaval, dia 11 de fevereiro, para iniciar a pesquisa. Nesse dia ocorreriam os chamados os Grupos Operacionais. Como todas as meninas internadas estariam reunidas naquele momento, eu passaria ao final da

reunião de cada grupo, onde seria apresentada e convidaria as adolescentes a participarem das entrevistas.

Nessa data, então, cheguei ao Casef pela manhã. Fui convidada a assistir a reunião do Grupo 2, a Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE). Ao final, fui apresentada pelo vice-diretor como pesquisadora da Universidade de São Paulo. Disse às adolescentes que estava realizando pesquisa sobre a história de vida delas, que seriam entrevistas privadas e anônimas, e que a participação era livre. Pedi para as interessadas colocarem seus nomes em uma lista que me seria repassada depois. Fiz a mesma apresentação no Grupo 1, a Internação Provisória. Nos dois grupos, as adolescentes sorriram e demonstraram interesse em participar, se dirigindo à monitora que organizava a lista no momento em que saí da reunião.

A partir dessa data, frequentei o Casef todos os dias úteis até o dia 12 de março, ficando na instituição das 9 às 18 horas. Fiz de uma a três entrevistas por dia – na maioria dos dias, fazia uma pela manhã e uma pela tarde. As entrevistas duraram em média uma hora cada, embora algumas tenha durado duas horas e meia e outras, apenas meia hora. Todas foram realizadas em salas privadas administrativas fornecidas pelos funcionários. Das 22 entrevistas, 21 foram gravadas²². Quando não estava entrevistando as adolescentes, ficava na sala que me havia sido designada ou esperava na recepção, conversando com os funcionários ou fazendo anotações no caderno de campo.

Busquei deixar claro para a equipe técnica que eu não estava realizando observação etnográfica e que as práticas institucionais não seriam objeto de estudo da pesquisa²³. Todos eles foram muito solícitos e demonstraram interesse na pesquisa. Muitos demonstraram preocupação com o histórico de vitimização sexual e física das adolescentes e expressaram desejo de entender melhor as questões de gênero envolvidas nas trajetórias das meninas, inclusive expressando vontade de ler a dissertação completa.

O processo das entrevistas transcorreu tranquilamente. As adolescentes eram chamadas pela equipe técnica quando estavam em seus períodos livres, pela ordem que constava na lista de participação, e podiam vir livremente até a sala designada. Os funcionários demonstraram confiança nas jovens e não me alertaram sobre questões de segurança. Também buscaram

²² Uma das adolescentes pediu que eu não gravasse sua entrevista.

²³ Escolhi não tratar das práticas institucionais do Casef porque considerei que a extensão de uma pesquisa de Mestrado não daria conta de analisar em profundidade as práticas institucionais e as narrativas das adolescentes. Devido ao número pequeno de pesquisas que focalizam os contextos do cometimento de violência por meninas e mulheres (cf. SANTOS, 2012, 2016), optei por centralizar a análise nas narrativas. Sobre as práticas institucionais do Casef, cf. (FACHINETTO, 2008; RAMOS, 2007).

interromper o menos possível a realização das entrevistas, embora nem sempre isso fosse possível, pois as salas utilizadas continham arquivos de processos e materiais utilizados no dia-a-dia da equipe. A maioria das funcionárias demonstrou relação de proximidade com as adolescentes, chamando-as por apelidos, nomes carinhosos (“meu amor”), beijando-as e abraçando-as frequentemente.

A interação com as adolescentes também transcorreu com facilidade. Enquanto algumas poucas demonstraram dificuldade de falar mais do que algumas palavras, o que fez com que eu precisasse fazer mais perguntas durante a entrevista, a maioria falou livremente. Elas demonstraram interesse em conversar sobre a própria vida, principalmente após eu explicar que não me interessava apenas pelo relato do ato infracional cometido. Após as entrevistas, algumas diziam que era “legal conversar” e “bom desabafar”. As adolescentes passaram a me reconhecer no corredor, na cozinha e na recepção da instituição, e me cumprimentavam amigavelmente quando me viam. A “facilidade” das adolescentes em falar sobre a própria vida pode ser explicada devido às práticas institucionais, e não deve automaticamente ser traduzida como “espontaneidade”. Conforme já exposto no capítulo anterior, as meninas são estimuladas a conversar com a equipe técnica no dia-a-dia sobre a rotina da instituição. Como lembra Fleetwood, mulheres, especialmente as da classe trabalhadora, historicamente são requeridas a dar relatos de suas vidas para organizações estatais (2015, p. 375).

Assim, entendo que esses relatos não foram concedidos a mim em um vácuo, e que a dimensão da influência das práticas institucionais nessas narrativas não pode ser completamente medida por mim. Não posso saber, por exemplo, se maioria das adolescentes expressou contentamento com as práticas institucionais do Casef – com frequência, até gratidão por estar cumprindo medida socioeducativa – porque de fato o sentem ou se o fizeram como estratégia para alcançar ganhos na instituição, pensando que talvez eu informasse às monitoras seu “bom comportamento”. Busquei, no entanto, me diferenciar o máximo possível das funcionárias, procurando parecer o menos “pedagógica” possível em minhas perguntas e intervenções. O fato de eu ter uma aparência “jovem”, ter tatuagens visíveis nos braços, um *piercing* no nariz e um corte de cabelo assimétrico²⁴ pode ter ajudado a me diferenciar das funcionárias.

Assim, mediante autorização da instituição e das adolescentes, 22 narrativas foram coletadas. Conduzi os relatos fazendo perguntas abertas referentes à biografia das adolescentes. Privilegiei a manutenção da espontaneidade das narrativas, buscando interferir o menos possível. Foram temas abordados, sem ordem específica: composição familiar das adolescentes,

²⁴ Consiste em usar uma lateral do cabelo raspada e a outra comprida. Uma entrevistada usava o mesmo corte.

características da região onde vive, escola, trabalho doméstico e profissional, histórico de violência intrafamiliar física ou sexual, relacionamentos amorosos, amigos, lazer, casamento, maternidade, relação com as redes de criminalidade da região onde a adolescente reside, contexto e os motivos que a levaram a cometer o ato infracional, experiência da medida socioeducativa e do processo judicial e aspirações futuras.

Das 22 narrativas coletadas, 15 foram de meninas autoras de atos de violência física (homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e sequestro) e 7 de autoras de roubo. Minha análise focaliza os 15 relatos de cometimento de violência. Os depoimentos das meninas envolvidas em roubos são analisados em conjunto com os demais na conclusão deste trabalho, onde busco estabelecer uma fórmula narrativa geral a partir dos elementos compartilhados por todas as entrevistadas.

4.3. A DIVISÃO DAS NARRATIVAS EM QUATRO GRUPOS

Diante do grande número de entrevistas, decidi dividir as 15 narrativas de meninas autoras de violência em quatro tipos, como fez Daly (1992). Os relatos foram agrupados por abrangerem contextos, motivações e representações sobre a relação entre violência e gênero comuns entre si. Para cada grupo, duas narrativas foram analisadas em detalhes. A relação de grupos se deu da seguinte maneira:

(i) *Narrativas “profissionais”*: Chamo assim as narrativas que dão centralidade ao trabalho no tráfico de drogas, nas quais os atos infracionais narrados foram cometidos em relação *direta* com esse trabalho. Analiso as narrativas de Gabriela, que assassinou o patrão de sua *boca* de tráfico, e de Tamara, que organizava a logística do tráfico de drogas e do esquema de sequestros do marido encarcerado.

(ii) *Narrativas de “rivalidade”*: Agrupa os relatos de adolescentes que empregaram a violência física contra outras mulheres a fim de controlar o contrato de monogamia heterossexual mantido entre as mulheres de seu círculo social. Analiso em detalhes as narrativas de Helena e Juliana, que agrediram fatalmente meninas que se relacionaram com seus parceiros.

Os outros dois grupos abrangem as narrativas que tratam do que a literatura feminista chama de “crimes de sobrevivência” (CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2014), atos praticados em situações nas quais as agentes entendem que tinham pouca ou nenhuma escolha:

(iii) *Narrativas de “obrigação”*: São os relatos em que as adolescentes narram terem sido colocadas nos contextos dos atos infracionais de forma não intencional, tendo sido

enganadas, ameaçadas ou fisicamente obrigadas a praticá-los. Analiso o depoimento de Fátima, obrigada por um desconhecido a esfaquear uma mulher também desconhecida; e de Olívia, obrigada pelos companheiros de tráfico de seu ex-marido, então encarcerado, a participar do assalto – que terminou em latrocínio – de um idoso de quem era acompanhante.

(iv) *Narrativas de “defesa”*: São as narrativas de adolescentes que empregaram violência física para defender a si mesmas ou a pessoas próximas. Analiso os relatos de Ana, que planejou o homicídio do pai para proteger a mãe da violência doméstica, e de Luísa, que atirou em um primo quando este tentou agredi-la com uma faca.

5. ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Conforme já exposto na revisão bibliográfica deste trabalho, sabemos pouco sobre os contextos e as motivações que levam mulheres e meninas brasileiras a cometer violência física. Debates acerca de mulheres autoras de violência tendem a pender ora para narrativas de resistência e superação, ora para a ideia de que a mulher comete crimes em posição subalterna a um homem (SANTOS, 2016). No entanto, assim como Santos (2012, 2016), em minhas entrevistas, encontrei uma surpreendente diversidade de posições, contextos, motivações e justificativas das meninas acerca de seu envolvimento com a violência, que não cabem na “dicotomia entre vítimas e protagonistas” (SANTOS, 2016, p. 55).

Optei por analisar as narrativas de oito adolescentes em detalhes para poder dar conta da complexidade desses relatos, cujos sentidos atribuídos à feminilidade e à violência variam não só entre si, mas dentro das próprias narrativas. Em minha análise, pergunto-me: “Qual a lógica que está sendo desenvolvida? O que impulsionou as ações sendo descritas? Quem é o protagonista, em relação às pessoas e às instituições?” (PRESSER, 2010, p. 444). Procuro por momentos em que as adolescentes se incluem ou se retiram, como agentes, dos relatos de violência, como “estruturas passivas ou construções frasais que mudam o foco do ato” (PRESSER, 2010, p. 440); e analiso também estratégias de justificação – “frases que colocam, antes da ação, uma estrutura que faz o ato criminoso parecer apropriado ou necessário” (PRESSER, 2010, p. 440). As narrativas foram coletadas e analisadas sem que eu focalizasse exclusivamente o ato violento que levou as meninas a serem criminalizadas, como sugere Santos (2016), a fim de que eu percebesse as conexões espontâneas que as adolescentes fazem entre o ato delituoso e demais experiências biográficas não judicializadas.

Os eventos nos quais as meninas se envolveram são narrados, neste capítulo, na ordem em que as adolescentes os contaram. Se as narrativas são descritas, a seguir, como se fossem factíveis, isso não significa que tomo como *verdade* o relato das adolescentes. Aqui, a fronteira entre *história* e *estória* é insignificante, porque estou preocupada com a forma como essas histórias são montadas, e não com sua veracidade ou verossimilhança. Assim como fez Santos, “não se busca obter a vivência mesma, mas a maneira como ela é apresentada hoje e de que maneira experiências passadas podem ter sido vivenciadas na interpretação da entrevistada” (2016, p. 52).

Neste capítulo, cada seção conta com a análises de duas narrativas e com uma conclusão preliminar, na qual faço observações sobre outras entrevistas que se relacionam com o “grupo de narrativas” apresentado, mas que não foram analisadas em detalhes. As análises são

apresentadas na seguinte ordem: narrativas “profissionais”, de “rivalidade”, de “obrigação” e de “defesa”.

5.1. DENTRO E FORA DA *VIDA*: FEMINILIDADE E ESTRATÉGIA NO TRÁFICO DE DROGAS

O tráfico de drogas está no centro das discussões sobre violência urbana no Brasil. Conforme Feltran (2008), a partir dos anos 1980, o “mundo das drogas”, o “mundo do crime” e a “violência” passam a compartilhar dos mesmos significados para os habitantes das periferias urbanas. Nessas comunidades, a coexistência com o varejo do narcotráfico é uma “experiência coletiva que se apresenta com grande centralidade aos indivíduos, conformando-lhes os caminhos” (2008, p. 103). Assim, no imaginário social brasileiro, credita-se ao tráfico de drogas o grande número de homicídios cometidos no país. Tal perspectiva não é, necessariamente, condizente com que observei nesta pesquisa. A grande maioria dos atos de violência relatados pelas entrevistadas foram cometidos no contexto de conflitos interpessoais. No entanto, isso não quer dizer que a “experiência coletiva” não tenha o seu papel nesses conflitos. O tráfico de drogas está presente em quase todos os relatos de violência coletados nesta pesquisa, seja como garantidor de acesso às armas de fogo, seja como a referência subjetiva para uma sociabilidade disposta a resolver conflitos de maneira violenta, conforme será desenvolvido na conclusão deste trabalho.

Ainda assim, apenas três adolescentes entrevistadas por mim cumpriam medida socioeducativa por atos infracionais cometidos em relação *direta* com o tráfico de drogas – ou seja, atos cometidos como parte integrante de seu *trabalho* no narcotráfico e/ou no crime organizado a ele relacionado. Dentre as três meninas, exponho com detalhes as narrativas de Gabriela e de Tamara. O relato de Samantha, por ser semelhante ao de Gabriela, será incorporado nas conclusões desta seção de maneira menos detalhada.

5.1.1. “Os guris amarelaram”: Responsabilidade e autonomia na narrativa de Gabriela

Gabriela tem 18 anos e cumpre medida socioeducativa de internação por latrocínio há um ano e quatro meses. Ela foi classificada como “branca” pelo Casef, é loira, usa óculos e fala calmamente. Antes da internação, residia em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre de aproximadamente 200 mil habitantes. Antes de morar sozinha por um breve período

prévio a sua internação, vivia com os pais e com os irmãos mais novos. Seus pais trabalham na indústria calçadista, que movimenta grande parte da economia da cidade. Gabriela é apontada, em outras entrevistas, como uma figura de liderança na casa. Ela aconselha as outras e as mantém “calmas” (como contou Helena, da seção 5.2), lembrando-as com frequência de que quanto melhor seu comportamento, mais rápido elas sairão da instituição.

Gabriela começa seu relato explicando que o ato infracional que cometeu não foi um latrocínio, e sim uma execução. Inicialmente, ela justifica o ato: “Ele era o patrão. E aí ele mandava os outros matarem... E nisso ele matou uma pessoa que não devia”. Apesar de iniciar o relato com essa justificativa, ela não fornece mais detalhes sobre suas motivações. Gabriela então explica que estava no carro da vítima, após o assassinato, e foi perseguida pela polícia. Por ter sido detida com o carro, ela responde por latrocínio, mas seu objetivo não era o roubo do automóvel. Ela estava acompanhada de dois adolescentes e de um adulto – todos os adolescentes foram detidos, o adulto fugiu. Ela narra o fato:

Assim ó, na hora que foi mesmo, que foi ‘vai ter que ser’, os guris meio que deram branco. Eles não queriam pegar o cara, tirar do porta-malas, tocar no chão, no mato. [...] Os guris amarelaram. Daí eles só balearam o cara no braço e na virilha. E não tinha como, o cara ia sobreviver. Eu falei pra eles: “Não acredito que vocês vão fazer isso, não era pra ter machucado, era pra matar”. E nessa hora eu peguei a arma e dei dois tiros na cara do homem. Eu precisava, porque achei que ia correr perigo depois.

Já nesse relato do assassinato, Gabriela assinala diversas características de sua personalidade, que serão reforçadas ao longa da narrativa: ela é responsável e toma as rédeas de uma situação de crise no momento em que seus companheiros homens se desestabilizam; calcula as possibilidades e decide estrategicamente cometer o ato de violência letal, pois estaria em perigo depois. Ao final dessa análise, retorno a esse relato.

Antes de ser internada, Gabriela havia saído da casa dos pais havia três meses. Queria ter sua “própria vida”. “Não é que eles fossem muito rigorosos”, pondera, “mas é que eu não queria mais depender deles. Foi onde eu mais entrei *nessa vida*”. Gabriela tem uma boa relação com o pai, mas não “se entende” com a mãe: “Porque nós temos o mesmo gênio. Eu sou muito mal-humorada, não gosto de ouvir ‘não’, e ela também”. A mãe agredia com frequência os filhos. Já o pai é descrito como uma figura calma, que sempre preferiu “conversar”.

Gabriela começou a trabalhar aos 11 em um ateliê de sapatos com a mãe. Depois de três anos, parou, por achar que “não dava muita coisa” financeiramente. Logo após deixar o emprego, parou de estudar, na sétima série. “Eu não queria mais saber da minha família, só queria estar na rua... só pelas esquinas, nas bocas. Assim eu achava que conseguia dinheiro mais fácil”, avalia. “Estava sempre cheia de amigos, sempre saindo para festas”.

Gabriela não ganhava muito dinheiro trabalhando com a mãe, apenas trezentos reais por mês. “Só que não era dinheiro, né. Tu olha²⁵ quanto estão [*custando*] as coisas, tu não compra nada”, avalia. Depois que parou de estudar, começou a se envolver com o narcotráfico local. Na primeira semana, ganhou cem reais. “De repente”, estava recebendo cinco mil reais por semana. Seu papel era auxiliar na logística, distribuindo o produto e lidando com o dinheiro arrecadado. Pergunto como foi seu processo de entrada: “Foi uma vida que... desde criança eu já via acontecer, era muito comum para mim. Daí para eu me aliar não precisava muita coisa. Eu já estava convivendo, praticamente”, explica.

Gabriela conta que é bastante comum que as mulheres participem do tráfico de drogas, por vários motivos. Primeiro, ela aponta que a polícia não desconfia das meninas: “Eles olham direto para os guris. Eles não vão dar um paredão [*revistar*] em uma guria. E o guri não, qualquer um, ele pode estar andando tranquilo na rua, eles já dão paredão”. Inclusive, as meninas do grupo de traficantes do qual ela participava “tinham mais poder que os guris”. Os “patrões” tinham mais confiança nelas do que nos rapazes, porque elas não usavam drogas e entregavam sempre as quantias certas de dinheiro: “Tudo certinho, tudo calculado. A confiança pegou muito fácil”.

Pergunto se essa é a primeira passagem de Gabriela pelo sistema socioeducativo, e ela responde que já havia sido internada por lesão corporal, mas não foi condenada. O caso foi uma briga com uma menina, aos 14 anos. “Eu não era disso, mas a guria vivia me ameaçando”, conta. Ela narra: “Eu estava muito estourada porque tinha brigado com meus pais, minha família estava toda contra mim, mexeu muito comigo. Aí a guria veio me ameaçar no baile. E foi aí que eu e minha amiga fizemos isso”.

A briga é narrada de modo que, primeiro, Gabriela expõe seu estado emocional no momento do ato. O relato sobre como ela se sentia no momento é maior e mais detalhado do que o relato da violência em si, que não é narrada (“foi aí que fizemos isso”). Gabriela e a vítima não se gostavam e ficavam “se implicando”. Ela conta que a menina, também envolvida no tráfico de drogas, ameaçava outras pessoas com frequência, dizendo que as mataria. Para Gabriela, essa era uma característica muito negativa:

Ela era uma pessoa que queria sempre estar por cima, não podia ver ninguém comandando. [...] Daí ela só me ameaçava, e eu vi ela ameaçando outras pessoas. E eu não gosto disso, sou uma pessoa tri humilde, eu não tenho prevalecimento. E me tirou muito do sério... Eu sou muito calma, mas no momento que eu chegar a ficar braba, ninguém me segura.

²⁵ Optei por manter a forma coloquial do português conforme falado pelas entrevistadas (e pela maioria dos habitantes do Rio Grande do Sul, inclusive por mim), sem a conjugação do verbo na segunda pessoa do singular.

Gabriela não continuou falando sobre o caso e preferiu mudar de assunto. Conversamos sobre relacionamentos amorosos. Ela contou que “gostava dessa vida”, mas que nunca saía com rapazes que “eram da mesma vida que eu”, preferia sempre os “certinhos”. Seu último namorado, dois anos mais velho, era bem “controlado” pelos pais. Eles se davam bem, mas viviam brigando porque ela gostava de “aprontar” e ele não.

Gabriela então passa a falar de seus planos para o futuro: ela deseja vender a casa que comprou com o dinheiro do tráfico em sua cidade natal e se mudar, com os pais, para outra cidade. Para ela, a internação pelo latrocínio foi um momento decisivo. É nesse momento que seu pai, que sempre a apoiou, dá-lhe um ultimato na delegacia: “Ele falou: ‘Se tu vai mudar de vida, eu vou estar contigo em todos os momentos [...] Mas tu escolhe, ou muda de vida ou não, porque se não mudar eu vou sair por essa porta e não vou voltar mais’”. Ela conta que entrou no Casef com a cabeça transformada: “Me tornei uma pessoa mais responsável, mudando totalmente os meus intuitos. Nesse momento eu precisei escolher entre a minha vida com meus pais ou a vida sozinha que eu levava”. Ela assinala também que a maioria de seus amigos “da rua” morreram.

Gabriela reflete sobre os motivos que a levaram a entrar para o tráfico de drogas, que vão além de seu gosto por aventuras e recaem no que ela julga ser um abandono emocional por parte dos pais:

Acho que eu sentia falta dos meus pais perto de mim. Eu queria aparecer, acho que eu queria chamar atenção para os meus pais estarem mais perto de mim. Porque meu pai e minha mãe nunca perguntaram ‘tu quer alguma coisa?’, ‘tu quer conversar?’, era sempre ‘toma um celular’, me davam várias coisas. Então acho que os sentimentos, os afetos... eles queriam substituir por bens materiais. E agora que eu cá aqui, eles passaram a me dar atenção.

Quais representações acerca da feminilidade e sua relação com a violência física podemos apreender da narrativa de Gabriela? Proponho que o relato do assassinato, no início de sua entrevista – quando ela conta que se encarregou de consumir o ato quando os adolescentes que a acompanhavam “amarelaram” – conjuga os principais elementos que perpassam seu relato. Primeiro, o fato de que a maioria dos personagens homens de sua narrativa são passivos, seja de forma positiva (como seu pai e seu namorado, que são calmos, amáveis, pacientes e “controlados”), seja de forma negativa (seus companheiros de tráfico, que são desorganizados e “amarelaram” no momento do homicídio). Em contrapartida, as mulheres são teimosas, bravas e conflituosas (como ela, sua mãe e a menina com a qual brigou fisicamente).

Outro aspecto importante é sua construção como uma pessoa responsável, autônoma, proativa, que faz o trabalho como ele deve ser feito – tal imagem de si está presente em todos os relatos acerca de seu trabalho no tráfico de drogas. Assim, Gabriela associa feminilidade à responsabilidade e à autonomia – não apenas referindo-se a ela própria, mas também a outras meninas que trabalham no tráfico de drogas, que são mais “de confiança” do que os homens, por serem mais organizadas e fazerem “tudo calculado”. Em sua narrativa, as meninas são capazes de negociar, de maneira estratégica, os estereótipos de feminilidade, munindo-se do fato de a polícia não suspeitar delas, por exemplo. Esse aspecto da feminilidade, a responsabilidade, é uma “narrativa habitual” para Gabriela: ela está explicando algo que acredita ser “como as coisas são” (FLEETWOOD, 2016, p. 12), não uma opinião pessoal, mas o *fato* de que mulheres são mais responsáveis e autônomas. Samantha²⁶, outra entrevistada cuja narrativa é centrada em seu envolvimento no tráfico de drogas, também reproduz o entendimento de que as meninas são mais responsáveis e confiáveis, e de que os rapazes são “muito agitados”.

O senso de responsabilidade de Gabriela também é demonstrado pelo modo como justifica as duas agressões com as quais se envolveu – o assassinato do patrão e a agressão à menina “rival”. Ambas as vítimas são descritas como *prejudiciais* aos outros de alguma forma. O patrão era “injusto” com seus funcionários e a menina ameaçava de morte as pessoas da região. Nesse sentido, Gabriela justifica sua violência também como atos de justiça, o que permite que ela construa uma narrativa moralmente coerente. Ela não se preocupa em construir uma história de arrependimento: sua decisão de “sair dessa vida” é estratégica, uma constatação de que as pessoas que ficaram no seu lugar estão mortas.

No que diz respeito a sua entrada no narcotráfico, Gabriela inicialmente aborda questões econômicas. Ela narra sua experiência de trabalho infantil, aos 11 anos, e contrasta o valor recebido por esse serviço com a quantia que passou a receber no tráfico de drogas. No entanto, ao final da narrativa, ao explicar a *gênese* de seu comportamento, ela aponta motivações emocionais, e não puramente financeiras: sentia-se abandonada emocionalmente pelos pais, e por isso queria chamar atenção deles. Semelhante processo narrativo poder ser observado na história de Samantha, que justifica sua entrada no narcotráfico devido ao período de luto que vivenciou depois da morte do irmão mais velho. O transtorno emocional em sua família – sua mãe entrou “em depressão”, sua irmã ficou “em choque” – é apresentado como o motivo que a fez entrar *na vida*, muito mais do que os benefícios materiais do tráfico de drogas.

²⁶ Samantha tem 14 anos e está há nove meses internada por tentativa de homicídio, por ter atirado contra policiais militares quando estes “invadiram” seu ponto de tráfico na cidade de Porto Alegre.

É interessante notar, então, a necessidade narrativa de um retorno à afetividade, à emoção, e ao espaço doméstico como gênese da entrada no tráfico de drogas. Se, em geral, para os meninos, “a primeira imagem é a da sedução dos objetos de consumo e do poder da arma de fogo” (FELTRAN, 2008, p. 83), para meninas como Gabriela e Samantha, explicações meramente econômicas não são capazes de fornecer uma explicação moralmente coerente para sua entrada no narcotráfico.

Outro elemento relevante nas representações sobre violência expostas por Gabriela é a racionalização e a aceitação da violência física no âmbito da rua como meio legítimo de resolução de conflitos e o repúdio à violência física dentro de casa, demarcado pela profunda mágoa que Gabriela sente da mãe, devido às agressões que sofreu na infância. Essa distinção é comum a grande maioria das narrativas coletadas, conforme será desenvolvido na conclusão deste trabalho.

5.1.2. “Eu tinha que ter poder”: matrimônio e suas estratégias no relato de Tamara

Tamara tem 16 anos, foi classificada como “preta ou parda” pela instituição e está há um ano e três meses no Casef. No momento da entrevista, está cumprindo medida de internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE) pelo ato infracional de sequestro. Tamara viveu a vida inteira em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre de 320 mil habitantes. Foi criada pela mãe, que trabalha com serviços gerais de limpeza, e pelo padrasto, segurança privado. Antes de ser internada, Tamara era “casada com um preso” e morava sozinha – motivo pelo qual, segundo ela, não se dava muito bem com sua família. Como sua medida socioeducativa possibilita atividades externas, Tamara vai para casa em alguns finais de semana e trabalha, nos dias úteis, como estagiária no Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tamara não tem mais contato com seu ex-marido. A história é, segundo ela, complicada: “Vai fazer dez anos que ele está preso. Quando eu fiquei com ele, ele já estava preso, eu conheci ele na cadeia”. Tamara o visitava usando um documento de identidade falso, já que menores de idade não podem fazer visita íntima em presídios. Ela tinha 14 anos e ele, 32. A história do relacionamento começa quando Tamara, aos 13 anos, sai de casa para morar com uma amiga de 24 anos, traficante de drogas. Através dela, conheceu, por telefone, seu ex-marido Paulo, que coordenava o tráfico de drogas da cidade de dentro do presídio.

Tamara começou a trabalhar para Paulo. Ela sacava e depositava dinheiro, separava e distribuía drogas para os traficantes – trabalhos que lhe rendiam “um monte” de dinheiro. Em

2014, viajou com um funcionário do ex-marido para a fronteira do país, para trazer drogas dentro de um carro. O carro foi apreendido pela polícia rodoviária e Tamara foi detida: “Ali foi a primeira vez que eu fui presa. Só que eu disse que era namorada do cara [*que a acompanhava*], que não sabia de nada. Me passei por vítima né, mas eu sabia [*risos*]”.

O trabalho no tráfico a impedia de ir à escola porque os “contras²⁷” poderiam atacá-la: “Tudo tinha um perigo, e eu levava na brincadeira. Eu nunca tive medo”. Ao começar a contar a próxima parte de sua história, Tamara hesita: “Depois dessa vez que eu fui presa... eu fiquei... eu estava envolvida em um... tipo assim”. E começa a narrar pelo que *não* fazia: “Eu não sequestrava, porque eu não tenho força, não consigo sequestrar ninguém. Meu ex-marido sequestrava gerente de banco, vereador, prefeito... e quem fazia a logística na rua era eu”.

Devido a um sequestro em 2014, “todo mundo foi preso”, menos Tamara. Investigada pela polícia, ela saiu de sua cidade e foi para o interior do estado, morar com a ex-mulher e os filhos de Paulo, com quem ainda não havia se envolvido romanticamente. Lá, continuou trabalhando no narcotráfico e participou de assaltos à banco. Meses depois, “aceitou” dizer que era a mulher dele. Tamara conseguiu um documento falso para visitá-lo no presídio: “Gostei... me apaixonei [*risos*], achei ele bonito e tudo mais. E tipo... o que mais me enfeitiçou foi o dinheiro e o poder que ele tinha”.

Paulo passou a planejar o sequestro da filha de um empresário. Tamara organizou a logística. Os funcionários de Paulo sequestraram a moça e a transportaram em um carro dirigido por Tamara. Ela ainda transportou a vítima entre diversas cidades nos dias que se seguiram. Um dia, ao levar comida para a vítima e para um dos sequestradores, Tamara foi seguida por policiais civis: “Estava com o telefone grampeado e nem me toquei [*risos*]. Eles conseguiram grampear o telefone dele lá no presídio e chegaram até mim”. Tamara estava em uma parada de ônibus quando um policial civil desceu de um carro e apontou uma arma para ela, obrigando-a a dizer onde estava a vítima. Ela disse, e todos foram presos. Tamara conta que deveria ter respondido por cinco processos – associação ao tráfico, tráfico de drogas, formação de quadrilha, roubo e sequestro. Foi absolvida de dois e condenada por tráfico de drogas, sequestro e roubo.

O ex-marido de Tamara pagou um advogado particular para ela, “só que não adiantou de nada. Tinha provas de gravação telefônica, tinha foto [*risos*]. Não tinha como eu ser absolvida, né.” No momento da entrevista, Paulo está casado novamente, com uma mulher mais velha que Tamara, também envolvida no tráfico de drogas. Ela conta que, no momento, ele está

²⁷ Expressão que designa membros de grupo de narcotráfico rival.

ainda mais influente do que quando eles estavam juntos. Pergunto a Tamara se ela sentia medo. “Eu não consigo sentir medo. Antes, né, agora não sei. Se tu falasse ‘vai lá e faz isso’, eu ia e fazia. Não tinha medo de nada”. Ela conta que sabia atirar, mas nunca precisou usar sua arma. Ainda assim, estava indiretamente envolvida em casos de violência e testemunhou assassinatos:

Já vi muita gente morrendo na minha frente, tipo... uma vez um cara morreu porque ele não sabia que eu era mulher do meu ex-marido e me olhou dos pés às cabeça. O outro cara falou pro meu ex-marido e ele mandou matar o cara. Ele já está num estado assim muito grande, entendeu. Ele deve sofrer alguma coisa, algum problema psicológico. Ele manda matar as pessoas e quer que o telefone fique ligado na linha para ele escutar morrendo, fazendo, acontecendo.

Tamara conta que lhe perguntam se ela não tem medo que o ex-marido faça alguma coisa contra ela: “Eu não, eu não tenho nada a ver com ele, a gente não tem nada. Ele está casado de novo, já era”. Ela considera que nunca falou nada em audiência nenhuma, “então não tem porque ele fazer alguma coisa”.

Pergunto se a mãe sabia do seu envolvimento com o tráfico. Tamara responde que sim, pois ela “só andava de carrão aos 15 anos *[risos]*”. Quando Tamara saiu de casa para morar com a amiga envolvida no tráfico, sua mãe acionou o Conselho Tutelar várias vezes: “Nada adiantou. Ela sabia o que jeito que eu era, sabe que pode fazer mil coisas, tentar me amarrar, mas eu saio. Se eu boto uma coisa na cabeça, é isso”. Segundo Tamara, sua mãe sabia que ela “não tinha conserto” e torcia para que ela fosse presa. Hoje, ela conta que obedece a mãe, porque estar internada é um “pesadelo”.

Falando sobre relacionamentos, Tamara conta: “Meu ex foi meu primeiro marido, e o último”. Pergunto se com isso ela quer dizer que não quer se casar. Tamara pondera que não viveu a experiência de ser casada, porque seu marido estava preso, mas que vivia ao telefone com ele:

Eu ia falar alguma coisa e ele perguntava porque eu estava respirando tanto. Muito em cima, sabe. Toda hora no telefone. Eu não podia usar calção, só calça e legging e blusa comprida *[risos]*. Daí essa experiência que eu vivi não é muito boa né, mas vai saber.

Tamara conclui, novamente, que gostava do ex-marido porque ele lhe dava “tudo do bom e do melhor”. Depois, corrige: “Do bom e do melhor eu não digo, porque eu tenho tudo do bom e do melhor da minha mãe, só que lógico que com 15 anos ela não ia me dar uma caminhonete *[risos]*”. Com o ex-marido, Tamara aprendeu a dirigir e pôde viver sozinha na própria casa. “Eu morava em várias casas, tudo ao mesmo tempo. E tudo do meu gosto, se eu

não gostava mais, vendia e comprava outra...”. Refletindo sobre seu envolvimento com o tráfico, Tamara pondera:

Não sei porque eu virei assim [*risos*]. Eu não gostava de ser menos que os outros, eu achava que por algum motivo eu tinha que ser mais. Que eu tinha que ter poder, que os outros tinham que ter medo de mim. Queria me aparecer, entendeu.

No entanto, depois que “casou”, Tamara entende que deixou suas preocupações em “aparecer” de lado e percebeu que estava envolvida em algo sério, que não era para uma “guriiazinha de colégio”. A partir de então, envolveu-se em situações que colocaram sua vida em risco. Ela era perseguida, com frequência, ao sair do presídio de carro. Andava sempre com o tanque cheio, para poder fugir. Ela esclarece que não portava armas: “Arma só tinha em casa. Mas coragem.... eu já atirei, mas nunca em alguém.” Ela conta que o marido também mandava que a seguissem, parar saber o que ela estava fazendo.

Hoje, Tamara não quer mais contato com o tráfico de drogas nem com o ex-marido, “já passou o que tinha que passar”. Ela perdeu todo o dinheiro que havia acumulado durante os dois anos que trabalhou para o ex-marido: “Meu marido pediu para o meu irmão levar todo o dinheiro para um cara e ele, *boca aberta*²⁸, levou. Fiquei sem nada, foi-se o meu dinheiro”.

Quais são os principais elementos da narrativa de Tamara? Primeiramente, é importante ressaltar sua insistência no gosto por “poder”. Apesar de, na literatura recente (ZALUAR, 2004, 2012), este ser um motivo elencado por jovens homens para participar dos mercados ilícitos, Tamara é a única das adolescentes entrevistadas por mim que articulou explicitamente seu desejo por “poder”. Ela justifica suas escolhas, ter *virado assim*, por um desejo de “ser mais” que os outros. Esse *mais* envolve dinheiro e bens materiais – a caminhonete que dirigia, as casas que possuía e decorava como queria – e a capacidade de impor “medo” nos outros, que para ela significa o potencial de cometer violência. No seu caso, porém, a violência não seria cometida por ela, mas pelas pessoas afiliadas a seu marido.

Apesar de o desejo por “poder” parecer, à primeira vista, uma manifestação masculina, Tamara não procura se afastar de uma imagem feminina. O poder que ela crê ter adquirido existe sempre mediante uma associação, pelo matrimônio e pela sexualidade, com seu ex-marido. Todas as atividades e posições que Tamara ocupava no narcotráfico eram generificadas, fossem elas negativamente informadas pelo seu gênero (não tinha força para sequestrar, não tinha coragem para atirar); fossem positivamente informadas pela feminilidade: a organização da logística dos crimes; o fornecimento de alimentação para a vítima e os sequestradores; o

²⁸ Expressão que quer dizer *burro* ou *distraído*.

trabalho emocional das ligações contínuas ao ex-marido, fazendo-lhe companhia diária durante o cárcere; e a manutenção de sua satisfação sexual nas visitas íntimas.

Tamara também usa os estereótipos culturais sobre a feminilidade ao seu favor, ora posando como “vítima” diante de policiais rodoviários que a apreenderam com drogas na fronteira do país; ora se portando como uma mulher rica e bem-sucedida, ao se passar por advogada no bairro de classe média alta onde vivia. Ela demonstra, assim, seu entendimento do que é esperado de uma mulher em diferentes situações: uma certa ingenuidade e passividade, ao ser apreendida com um homem criminoso e fingir que desconhecia a situação; e uma série de códigos de vestimenta e conduta que a projetariam como uma mulher rica. É interessante notar que, em sua *performance* como advogada, Tamara usava de ferramentas como lentes de contato azuis e cabelos tingidos de loiro, projetando uma imagem de branquitude. Com isso, ela buscava destacar-se o menos possível na vizinhança onde habitava e, assim, não levantar suspeitas quanto a origem de seu dinheiro.

Nesse sentido, a obtenção de *poder* não é antagônica à feminilidade na narrativa de Tamara, pelo contrário: é através de sua *performance* adequada da feminilidade que ela alcança esse poder, ou pelo menos crê ter alcançado em dado momento de sua vida. Embora Tamara não diga diretamente que está arrependida de seu envolvimento com o narcotráfico e os sequestros, no final de seu relato ela enumera vivências negativas. Primeiro, diz que não pretende casar, pois a experiência romântica que teve com seu ex-marido “não foi muito boa”. Ademais, na conclusão de sua narrativa, lamenta ter ficado “sem dinheiro”, pois o ex-marido obrigou seu irmão a devolver toda a quantia acumulada por ela. Ao final, ela termina, portanto, sem os possíveis benefícios emocionais de seu envolvimento com Paulo, e sem os ganhos materiais de seu trabalho na organização dos sequestros.

5.1.3. Conclusões preliminares: violência e feminilidade calculadas

Entre os temas comuns nas narrativas das adolescentes cujos relatos são centrados no narcotráfico, está, primeiramente, a dimensão *totalizante* do tráfico de drogas na experiência de Gabriela, Tamara e Samantha. O envolvimento no tráfico é descrito como uma “experiência-limite” (FELTRAN, 2008, p. 101), simbolizado pela expressão “vida” – “entrar na vida”, “sair da vida”, “ser dessa vida”. O narcotráfico não é uma dimensão da vida, mas uma própria *forma de vida*. A saída – um renascimento – é possível apenas mediante o rompimento de todos os laços com os envolvidos nessa *vida* (como reflete Samantha, falando do término com o ex-

namorado, de quem ainda gosta: “Eu não quero mais essa vida, então como eu vou continuar com uma pessoa que está nessa vida?”).

Há, portanto, uma delimitação narrativa que separa o espaço de sociabilidade da família (e também, em menor medida, da escola, dos amigos não-envolvidos e do trabalho “legítimo”) da esfera da *vida* do tráfico de drogas, o “mundo do crime” (FELTRAN, 2008, p. 101). As três narrativas coletadas iniciam abordando o espaço doméstico, o lugar da família, e, à medida que progridem, torna-se relatos quase que exclusivamente sobre a vivência do narcotráfico. Semelhante processo foi observado por Feltran que, entrevistando meninos envolvidos no tráfico de drogas, observou que “as balizas de sua narrativa [...] saem da fronteira entre o crime e a moral da família e passam a ser praticamente internas à ‘comunidade’ do crime” (2008, p. 87).

O distanciamento da esfera familiar aparece como motivo, ou pelos menos como *antecedente* à entrada na *vida* nas narrativas de Gabriela, Samantha e Tamara. Para Gabriela, esse distanciamento é articulado em termos de um desejo por autonomia, ela queria “ter sua própria vida”. Tamara também manifesta ser incontrolável, incapaz de ser “amarrada” – é uma menina “sem conserto” aos olhos da mãe. Tal relação entre desejo por autonomia e entrada na criminalidade é observada em pesquisas sobre meninas em conflito com a lei também no norte global. Messerschmidt (1997) aponta, por exemplo, que a cultura das ruas provê uma oposição ao anacronismo e aos valores rígidos das famílias. Assim, “práticas como ‘voltar para casa cedo’, ‘fazer as tarefas escolares’ são vistas como antiquadas, em comparação com práticas como ‘sair para a rua, usar roupas da moda, flertar, ir a festas’” (CAMPBELL, 1987, p. 454 apud MESSERSCHMIDT, 1997, p. 74). Já para Samantha, o rompimento com a esfera familiar não é causado por um desejo de autonomia, mas pela sua incapacidade de lidar com o luto compartilhado da família após a morte de seu irmão.

Conforme já exposto no primeiro capítulo deste trabalho, para Zaluar (1994), a emergência do crime organizado entre as classes populares tem relação com um processo de desmantelamento de redes tradicionais de sociabilidade, caracterizado, em parte, pelo distanciamento nas relações entre pais e filhos. No vazio deixado por esse processo, o narcotráfico “captura” os jovens “por meio dos atrativos oferecidos pela sociedade de consumo”, causando uma “explosão de individualismo que [...] se traduz na valorização de bens como a arma e o fumo, o dinheiro no bolso, as roupas bonitinhas e a disposição para matar” (ADORNO, 1999: 72).

De fato, conforme observou Feltran, as narrativas típicas dos jovens envolvidos no narcotráfico parecem seguir essa lógica: “A mãe morreu, a carência material, o alcoolismo do

pai, [...] os convites frequentes no bairro, os bicos que não davam dinheiro o suficiente, [...] os objetos de desejo dos meninos: roupas de marca, bicicleta” (FELTRAN, 2008, p. 82). Com Gabriela, Samantha e Tamara não é diferente. É relevante observar que a importância dos ganhos materiais do envolvimento com a criminalidade só é ressaltada nas narrativas dessas meninas, cujo envolvimento no tráfico de drogas é mais acentuado. Outras adolescentes entrevistadas, inclusive as envolvidas com roubos, não apontam o aumento de suas possibilidades aquisitivas como motivação para seus atos, conforme veremos nas próximas seções deste trabalho.

Outro elemento comum às narrativas analisadas é a naturalização e a demonstração de certa indiferença diante da violência cometidas por seus companheiros do narcotráfico. Samantha, por exemplo, fala casualmente da disposição para a violência extrema de seus antigos companheiros, que se ofereceram para matar “toda a família”, inclusive “bebês” e “avós”, da menina que a denunciou para a polícia. Apesar dessa naturalização, elas não relatam cometer violência na mesma intensidade que seus pares. Gabriela justifica sua violência como atos de justiça; Samantha atirou contra os policiais para se defender; e Tamara nem tem “coragem” de atirar em alguém. Elas se diferem dos homens nesse aspecto, e parecem demarcar narrativamente que fazem escolhas mais racionais do que eles quando usam da violência. Tamara, por exemplo, pondera que seu ex-marido tem “problemas psicológicos”, tamanha sua crueldade. Já Samantha rejeitou o massacre em seu nome oferecido por seus ex-companheiros como quem rejeita um favor casual.

Embora com suas particularidades, as três meninas parecem compartilhar de um *habitus* narrativo capaz de produzir uma coerência entre feminilidade e o envolvimento com o narcotráfico (e do crime organizado, no caso de Tamara). Tal coerência é alcançada através de um esquema de percepções coletivo que constrói um percurso linear, que se inicia no distanciamento do ambiente familiar, passa por uma relação *totalizante* com a “vida” do tráfico de drogas e, principalmente, relaciona feminilidade à responsabilidade e à racionalidade diante da violência.

5.2. ENTRE ELAS: MENINAS DIANTE DO ESPELHO

Poucas situações complexificam mais os debates sobre a violência feminina do que os crimes entre mulheres. Talvez porque reiterem estereótipos negativos sobre a rivalidade

feminina, talvez porque perturbem as explicações já estabelecidas sobre a violência feminina, mulheres que matam mulheres têm sido pouco investigadas pelos estudos de gênero e crime: “algo como um véu tende a ser colocado sobre os casos mais desconfortáveis, em que a vítima é uma criança ou outra mulher, ou em que as circunstâncias do delito parecem menos moralmente ambíguas” (ALLEN, 1998, p. 66).

A narrativa tradicional da mulher vitimada pela violência masculina, que ataca seu agressor como último recurso, própria de certas abordagens de pesquisadores do Norte global, não encontra amparo nesse tipo de caso. Isso não é dizer, claro, que as mulheres agredem outras mulheres não sofrem violência, mas que a relação entre *causa* e *consequência* é mais complexa que aquela percebida nos casos de “reação” à violência masculina. Já o argumento da “resistência” aos padrões de gênero, caro a algumas pesquisas brasileiras sobre o tema, parece incapaz de dar sentido a esse tipo de ato, cujo resultado objetivo é o reforço último da dominação masculina: a morte de uma mulher.

As narrativas apresentadas nesta seção são casos de *meninas contra meninas*, e quase que de meninas contra si mesmas. As agressoras e as vítimas são tão semelhantes que quase se confundem. Analisarei aqui as narrativas de Helena e de Juliana. Elas não foram as únicas a cometer violência contra meninas “rivals” – além delas há Paula, que cometeu o ato junto com Helena, e Mônica, cujas entrevistas serão comentadas em menores detalhes nas conclusões desta seção.

5.2.1. Entre mães e inimigas: maternidade e rivalidade na narrativa de Helena

Helena tem 17 anos. No momento da entrevista, está há 8 meses cumprindo medida socioeducativa pelo ato infracional de homicídio. Antes da internação, residia em uma cidade litorânea do sul do Rio Grande do Sul de quase 80 mil habitantes com o marido, de 22 anos. Seu pai é lavrador e sua mãe tem um pequeno mercado. Classificada como branca pela instituição, Helena é alta e agitada – ela falou quase ininterruptamente durante as duas horas e meia de entrevista. A raiva é a emoção que percorre toda sua narrativa, amarrando todos os eventos. Helena narra uma história de vida repleta de conflitos violentos. Apesar dos relatos de ataques a várias pessoas, incluindo ao marido e a outras mulheres, o conflito central de sua narrativa é com a própria mãe, Sandra.

Ela inicia o relato contando sobre sua infância. Seus pais viveram um relacionamento violento e irregular. Viveu sozinha com o pai dos 6 meses até os 7 anos de idade, o que considera um abandono por parte da mãe: “Ela disse que ia arrumar outro homem e outra filha, que não

me queria mais”. No entanto, durante parte desse período, seus pais voltaram a morar juntos. Ela recorda que o pai agredia a mãe e lembra de tentar convencê-la a fugir, sem sucesso:

Eu não gostava que a minha mãe apanhasse. Uma vez eu dei com uma lasca de lenha na cabeça dele [...] ele desmaiou. Eu dizia: “Vamos fugir do meu pai”. Ela dizia “não, eu vou deixar ele melhorar, deixar ele curar, depois a gente vai conversar”.

Helena prossegue narrando que, depois de se separar de seu pai, Sandra iniciou outro relacionamento com um homem que também a agredia. Ela fala com aparente desinteresse do abuso sofrido por sua mãe nas mãos do padrasto (“ele batia nela, né. Ela tinha dedo podre pra homem”). Neste segundo momento de sua infância, Helena não narra nenhuma tentativa de “proteger” a mãe da violência. Em seu relato, a vitimização não exime a mãe de seus inúmeros erros. Segundo a adolescente, Sandra “descontava” as agressões nos filhos, principalmente nela. Ela reforça que as duas brigavam muito, inclusive fisicamente: “A gente se agarrava pra valer”.

Helena contrasta com frequência a passividade da mãe diante da violência masculina com sua própria personalidade forte, agressiva e invulnerável. O esforço para não se tornar como a mãe é central em sua narrativa, conforme ilustrado neste diálogo lembrado por ela:

Minha mãe disse [*sobre o marido de Helena, Augusto*]: “Tu vai ver, ele vai virar um vagabundo, vai passar te dando pau, tu vai passar fome”, e foi ao contrário. A gente está junto até hoje, nunca passei fome, nunca ele me bateu. Nunca, nunca encostou um dedo. “Acho que vai ser bem ao contrário, acho que vai ser tu passando fome, tomando pau de marido. Nunca eu vou tomar pau de marido”.

Helena enuncia seu futuro – “bem ao contrário” do presente da mãe – como uma profecia: “*nunca* eu vou tomar pau de marido”. Ao longo da narrativa, ela retorna diversas vezes à ideia de que nunca sofreu nas mãos de um homem. O medo de repetir a trajetória da mãe se intensifica ainda mais quando Helena tem seu filho, Jorge, aos 12 anos, conforme veremos a seguir.

O relacionamento com Augusto, iniciado quando Helena tinha 11 anos e ele 15, foi sua chance de sair do lar conflitivo que dividia com a mãe. Com 22 anos no momento da entrevista, o rapaz é soldado do quartel da cidade, o que é motivo de orgulho para a adolescente. A figura de Augusto parece representar, para Helena, tudo aquilo que sua família não pode lhe oferecer: ele é calmo, paciente, responsável, não bebe e não usa drogas. Segundo Helena, Augusto é a única pessoa que disse “gostar muito dela” durante sua infância. Esse enfoque no valor da presença estável e amorosa de Augusto em sua vida é importante para que Helena possa estabelecer, de forma inteligível, as motivações para seu comportamento violento, que culminou no homicídio de Clara.

Aos 12 anos, Helena engravidou e foi mandada pela mãe para viver em um abrigo para menores, “porque ela já não me aguentava mais em casa”. A adolescente teve o filho no abrigo e de lá se mudou para a casa de Augusto. Helena conta que planejou a gravidez porque queria que ela e o filho “crescessem juntos”. Assim, ainda mais que seu casamento, o nascimento do filho era uma promessa de felicidade e afeto. A ideia de “crescer junto” com o filho remete a um sonho de refazer a própria infância e reinscrever os laços familiares que não é incomum nas demais adolescentes entrevistadas que vivenciaram a maternidade. Pesquisas brasileiras e norte-americanas sobre maternidade precoce entre adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica confirmam que meninas planejam gestações na esperança de que “a maternidade vá, de alguma forma, libertá-las do trauma de suas relações interpessoais, embora elas não saibam exatamente como esse ‘resgate’ ocorrerá” (EDIN; KEFALAS, 200, p. 34).

No entanto, para Helena, o nascimento de Jorge intensificou o conflito entre ela e a mãe. Ela ilustra sua profunda desconfiança da mãe através do medo de que esta roubasse seu filho no hospital: “Quando ele nasceu, levaram ele do quarto, eu agarrei a enfermeira dizendo ‘cadê meu filho, não vão roubar meu filho’. Ela disse ‘te acalma, teu filho está com a tua mãe.’ ‘Piorou!’, eu disse, ‘ela está me roubando’”. Quando já morava com Augusto e Jorge, Helena narra o que considera a maior traição de sua mãe: ela disse ao Conselho Tutelar que Helena não tinha condições de criar o filho, que estava faltando à escola, que “vivía nas esquinas” e estava passando fome e que, portanto, deveria perder a guarda da criança. Helena vê isso como uma grande injustiça: “Eles pensavam que eu não tinha responsabilidade, mas eu vendia minhas coisas pra poder dar as coisas pra ele, por mais que eu ficasse sem comer, eu dava as coisas pra ele. Nunca faltou nada, nada”. Ela relata que se dedicava ao filho, saía de casa apenas para ir à escola e levá-lo à creche. Apesar de seus protestos, representantes do Conselho Tutelar foram até sua casa e lhe deram duas opções: dar a guarda do filho para a mãe ou deixá-lo no abrigo para ser adotado.

Helena preferiu ceder a guarda do filho para a mãe para poder continuar a vê-lo. No entanto, essa atitude colocou a relação das duas no ponto mais crítico da história até então: ela teve vontade de matá-la. Helena chegou a ir até a casa da mãe e a ameaçar com uma faca, mas Augusto e o padrasto a impediram de cometer a agressão. Ela ainda reflete que seu filho tinha seis meses quando sua mãe o tirou dela, a mesma idade que ela tinha quando foi abandonada pela mãe e deixada para viver com seu pai. Assim, retorna à narrativa a temática do medo de que o ciclo se repita e ela se transforme na mãe, alguém que abandona e agride o filho. Ela relata: “Eu dizia pra ela: ‘Tu acha que eu vou fazer com ele a mesma coisa que tu fez comigo?’”. Outro episódio conflituoso entre as duas envolvendo a guarda de Jorge ocorreu quando

funcionárias da creche do menino disseram à Helena que ele ia para a creche sujo e com marcas de agressão:

Eu disse: “Nunca encostei um dedo no meu filho, não vai ser agora, só porque eu passei tomando pau nas tuas mãos. E tu também não vai bater.” Nós nos pegamos no pau. “Tu vai ver a hora que eu descobrir que tu anda batendo no meu filho de novo. Eu vou voltar aqui e te quebrar toda”, eu disse.

O momento da perda da guarda do filho é o mais decisivo na narrativa de Helena. Ao perder Jorge, ela “virou a cabeça” e foi “para as esquinas”, parou de estudar, fez amigos na rua e passou a usar drogas. Helena pondera que desistiu de “se endireitar” quando percebeu que “por mais que eu sofresse, ela não ia me devolver o meu filho”. A adolescente atribui o início de seu comportamento violento a esse momento, embora já se envolvesse em brigas físicas com a mãe antes disso. Ela caracteriza o período em que “virou a cabeça” também como o momento em que passou a duvidar da estabilidade de seu casamento, pois os novos amigos passaram a falar que “todo soldado do quartel é galinha”, e que Augusto a traía. A partir de então, ela conta que passou a distribuir ameaças e agressões a mulheres que se aproximassem dele.

Há, em toda sua narrativa, uma profunda desconfiança de figuras femininas. Helena acreditava que todas as mulheres próximas de Augusto “davam em cima dele”, por isso preferia ter apenas amigos homens. Ela ilustra seu ciúme através de relatos de agressões contra outras mulheres:

Ela [*uma vizinha*] estava dando em cima do meu marido, ela dizia: “Tu vai ver, eu vou pegar teu marido”. Um dia virei a cabeça e dei uma facada nela na coxa, eu disse “não vai, se tu pegar ele eu vou te matar”. Pra todas as gurias eu dizia isso: “Se tu for lá em casa não dá em cima do meu marido, senão vou te matar”. Só tive uma, duas, três amigas. O resto era tudo macho.

Através da escolha de Helena de relatar episódios de ameaças, agressões e demonstrações de força, percebo como é importante, para ela, demarcar sua personalidade como a de alguém *forte* – o que, para ela, têm relação com a demonstração da violência física. As ameaças e brigas são contadas de forma muito natural. Apesar de estar arrependida da agressão fatal contra Clara, parece haver orgulho no modo como Helena relata sua disponibilidade para brigas e sua capacidade de demonstrar autoridade através das ameaças. Ela conta as agressões e ameaças com agitação e, às vezes, riso.

Pesquisas sobre as práticas de gênero nos contextos de violência urbana demonstram que, como Helena parece acreditar, “a habilidade e disposição para brigar, para encarar o inimigo, para não fugir do confronto, ser durona [...] são todos comportamentos muito

valorizados” (Harris, 1988 apud Messerschmidt, 1997: 106). Na narrativa de Helena, essa valorização também é perceptível em sua insistência de que nenhum de seus namorados a agrediu. Ela conta com diversão o episódio em que atacou um namorado porque o viu “ficando” com uma vizinha:

Era eu que batia neles [*risos*]. Uma vez o César me traiu [...]. No outro dia eu disse: “Tu achas que eu sou burra, que eu sou palhaça tua?”. Mas nunca nenhum deles me encostou um dedo. A minha mãe dizia: “Cuidado com o César, ele vai te bater, ele é da boca”. “E eu com medo dele?”. Eu não tinha medo, até hoje eu não tenho medo de traficante, não tenho medo de ninguém.

Novamente, a figura da mãe aparece na narrativa em uma posição de passividade em relação à violência masculina, avisando-a que César a agrediria. Sandra é retratada como alguém que encara a violência masculina como algo inevitável, pelo menos por parte dos homens – Helena poderia evitá-la se seguisse seu conselho e tivesse “cuidado”. A adolescente, no entanto, constrói para si uma imagem de invulnerabilidade diante dessa violência. E, embora não diga explicitamente, parece crer que mantém sua integridade física diante dos homens por mérito próprio. Afinal, em nenhum momento ela afirma que César não seria capaz agredir uma mulher²⁹ – apenas que *ela* não seria sua vítima (“*eu com medo deles?*”).

É no contexto dos boatos sobre a infidelidade de Augusto que Helena insere Clara, a menina que viria a ser a vítima do homicídio, na narrativa. Ela tinha 12 anos quando foi morta e foi descrita por Helena como uma “andarilha”: alguém que passa o dia inteiro fora de casa, “suja” e usuária de drogas. Helena tinha ciúmes de Clara e achava que ela “se assanhava” para Augusto. Ademais, amigos começaram a dizer que eles tinham um caso. “Comecei a ficar com muita raiva dela”, lembra. No entanto, ela conta que o relacionamento entre os dois não se confirmou, e ambas ficaram amigas. Saíam juntas com uma amiga em comum, Paula, que viria a ser cúmplice no homicídio.

Helena volta a considerar Clara sua “inimiga” depois de um evento no qual, durante uma briga com outras meninas, Clara confessou à Helena que ficou com Augusto: “Daí no meio da briga ela falou ‘peguei o teu marido, foi gostoso’, ui, me dá raiva até hoje! Eu fui pra cima dela com fé”. A partir de então, Helena conta que planejou o homicídio da menina. Um dia, convidou-a para fumar à beira de uma estrada, próxima a um terreno baldio com declives profundos, junto com ela e com Paula. Lá, Helena interrogou a menina:

“É verdade que tu andas com o meu marido?”, eu perguntei. “Não, é mentira.” “É verdade ou não, me fala!”. Aí ela gritou: “Eu ando!”. Mas pra quê! No que ela disse

²⁹ Inclusive, Helena tem ciência de que César é capaz de cometer violências graves, uma vez que depois do relacionamento dos dois ele foi preso pelo crime de homicídio.

que anda, eu comecei em cima dela. Grudei a cabeça dela no asfalto. Grudei a cabeça dela ali, aí ela desmaiou, e eu comecei *[faz sinal de socos com as mãos]*. Aí chegou essa hora eu comecei a bater, bater, bater nessa guria, assim sabe. Eu estava com tanta raiva, entendeu. Eu subi em cima da mina.

Helena fornece um relato muito detalhado da agressão – em todas as narrativas coletadas, esta é a que contém a descrição mais longa e meticulosa sobre o momento do cometimento da violência. Diferente das demais entrevistadas, que baixam a voz e hesitam ao relatarem atos de extrema violência, Helena é enfática e enérgica ao relembrar do homicídio. O relato, no entanto, não é contado com orgulho como as histórias de suas outras brigas e ameaças. Os detalhes demonstram o caráter traumático que o ato assumiu em sua memória. Ela evoca frequentemente a imagem do “sangue podre” que ficou no corpo de Clara e em suas roupas: “Ela já estava cheia de sangue. Sangue horrível, fedendo. Eu tapei a boca dela com um pano, só que aquilo ensopou de sangue. Fedor de sangue, sabe, podre, podre”.

A principal imagem que demonstra o caráter traumático do acontecimento para Helena é literalmente uma visão: quando estava puxando o corpo de Clara, já desacordada, em direção ao terreno baldio, Helena diz ter visto o rosto de seu filho Jorge no rosto da menina. Ela conta que instantaneamente cessou a agressão: “Fui pra trás dizendo ‘não, Paula, não’”. Paula, então, empurrou o corpo da menina para um declive no matagal. As duas foram detidas no dia seguinte pelo ato e conduzidas ao Casef.

Helena segue narrando o processo de apuração policial, que transcorreu depois de sua internação provisória. Neste momento, relata duas experiências aparentemente conflitantes. Primeiro, ela explicita novamente sua disposição para demonstrar força, quando confessa aos policias que matou Clara junto com Paula. Segundo a adolescente, os policiais não acreditavam que apenas duas mulheres pudessem ter causados ferimentos da dimensão dos encontrados no corpo de Clara e achavam que homens adultos estavam envolvidos no crime. Diante do ceticismo dos policiais, Helena confessa:

“Se vocês estão achando mentira, eu vou falar: fui eu mesma que matei” [...]. “É mentira, tinha homem no meio”, eles disseram. “Olha aqui ó”, eu cheguei e bati na mesa: “Eram só duas mulheres, eu e a Paula, e uma vítima”. Aí contei como eu tinha batido, como eu tinha grudado a cabeça dela, como empurramos ela pro mato. Acho que quebrou até a espinha da mina. E eles diziam: “Não, é muita violência para duas mulheres”. Porque ela estava muito machucada, o rosto dela, o olho estava furado, o nariz quebrado, sabe.

É curiosa a forma como Helena narra sua confissão. De acordo com seu relato, os policiais não tinham provas contra ela, apenas a palavra de Paula, que acusava Helena. A confissão, nesse momento, aparece como uma resposta à aparente afronta cometida pelos

policias ao desacreditar sua capacidade de agredir. De acordo com a adolescente, ela mesma forneceu as provas do crime à polícia: sugeriu que eles conferissem a câmera de segurança da estrada. Ou seja, em nome de seu ímpeto de se mostrar forte e capaz de violência, Helena foi contra seus próprios interesses, já que, em sua concepção, sem sua ajuda a justiça não conseguiria condená-la.

O “orgulho” pelo ato não aparece como a única motivação para sua confissão. Outro trecho da entrevista sugere que o arrependimento pode tê-la influenciado: “Eu neguei, neguei, neguei... Só que depois eu vi as fotos dela”. Nessa frase, as fotos do corpo são um evento que interrompe o processo de “enrolação” dos policias que Helena tentava empregar desde que havia sido detida. As imagens do corpo de Clara a chocaram: “Eu vi a gurria muito machucada, não acreditei que tinha feito aquilo. Não acreditei que *eu* tinha feito. Aí me apavorei, chorei muito”.

O relato sobre o choque diante das fotos do corpo é a maior demonstração de vulnerabilidade da adolescente durante a entrevista. Depois de falar das imagens, Helena declara-se arrependida: “Eu me arrependo muito de ter feito aquilo, podia ser de outro jeito”. A maternidade é evocada novamente para falar do sentimento de arrependimento: “Poderia ser meu filho ali”. É interessante que Helena associe Clara a seu filho, e não a ela mesma. Clara, apesar de mais jovem, assemelha-se muito mais a Helena do que a Jorge: é uma menina pobre, com laços familiares escassos e conflituosos, que se envolvia sexualmente com diversos homens mais velhos. No entanto, parece impossível para Helena estabelecer semelhanças entre ela e Clara. A menina era, sob seus olhos, uma figura traiçoeira – pois dava em cima de homens comprometidos –, e sexualmente vulgar, porque “andava sem calcinha”. O fato de que Helena, ao trair seu marido e outros namorados, tinha comportamento semelhante não é considerado por ela.

Clara é, ademais, uma figura muito trágica: Helena conta que todos na região sabiam que a menina era abusada sexualmente pelo pai, e que por isso preferia viver na rua. Seu histórico compartilhado de abuso infantil (embora Helena não relate ter sido abusada sexualmente, apenas fisicamente pela mãe) também não é suficiente para aproximá-las. Sugiro que essa escolha se dá porque Helena constrói para si, durante a narrativa, uma imagem de força que recusa qualquer possibilidade de vulnerabilidade. Comparar-se a Clara seria romper com esta imagem de modo muito profundo. Ademais, o esforço em estabelecer as figuras femininas rivais como “outras”, radicalmente diferentes – mesmo que, materialmente, elas sejam muito parecidas – foi observado nas demais entrevistas em que adolescentes agrediram outras meninas. Assim, diante da impossibilidade de se igualar à figura de Clara, a empatia que Helena

sentiu por ela ao ver as fotos de seu corpo só pode ser traduzida, nessa narrativa, através de sentimentos maternos.

Depois de declarar seu arrependimento, Helena passa a abordar seu processo de redenção dentro da instituição. Ela considera que, após oito meses dentro do Casef, está “muito mais calma” e se comportando melhor, voltando a estudar e fazendo cursos. Parte da “mudança de cabeça” é ilustrada pelo processo reflexivo que a adolescente realizou tentando compreender a mãe. Helena reflete sobre o conflito interno que sente em relação a ela: “Eu tinha raiva da minha mãe umas quantas vezes. Eu pensava ‘não, não posso ter raiva, é a minha mãe’. E de vez em quando pensava: ‘Não, eu tenho que ter raiva, porque ela me deixou quando eu era nenê com meu pai.’”

O que está em jogo no conflito de Helena é a maternidade como instituição ideal. Por um lado, Helena considera que o ódio que nutre pela mãe é algo anormal, incoerente, *impossível*, pois ela simplesmente “é sua mãe”, o que por si só deveria garantir uma relação de amor entre as duas. Por outro lado, a adolescente pondera que pode ser legítimo odiá-la, já que Sandra não cumpriu com as obrigações imputadas a uma mãe e a “abandonou” com seu pai. Além do abandono, o uso de violência física contra os filhos por parte da mãe fomentou seu sentimento de raiva. O emprego da violência a afasta da maternidade ideal e torna o ódio que Helena nutria pela mãe inteligível e coerente.

Em busca de uma reconciliação emocional com a mãe, Helena resolve esse conflito através de um exercício de compreensão: “Ela foi criada de um modo bem diferente e queria criar os filhos dela da forma que ela foi criada. Ela passou sofrimento nas mãos dos pais dela, entendeu. Eu comecei a entender, aos poucos”. Helena, assim, interpreta que a violência da mãe é uma reprodução da violência sofrida por ela em sua própria infância. Ou seja, a adolescente identifica que há um processo através do qual a violência é transmitida como uma herança. A insistência de Helena de que seu filho seja criado de outra forma reforça o argumento de que a violência na infância gera confusão e conflito:

Eu disse para minha mãe: “Nunca trata meu filho como tu me tratou, nunca encosta um dedo nele. Porque eu quero criar de outra forma, não é só abaixo de porrada que a gente vai educar uma criança. Porque a criança abaixo de pau vai ficar desnorreada. E outra coisa, se tu disser ‘não’, ele vai dizer ‘sim’. Mesma coisa que eu.

Ao estabelecer que a violência causa uma predisposição da criança a buscar *o contrário* do que a mãe pede (“quando tu disseres ‘não’, ele vai dizer ‘sim’”), Helena localiza a fonte de traços de sua personalidade – aos olhos dela, intransigente e conflituosa (“eu não podia ouvir um ‘não’, tinha que ser sempre ‘sim’”, ela repete diversas vezes durante a entrevista). Esse é o

momento em que ela realiza mais profundamente uma conexão explícita entre suas experiências na infância e seu comportamento.

O que podemos apreender do esquema de percepções e representações de Helena sobre gênero e violência a partir de sua narrativa? Três elementos são fundamentais: (i) a construção de uma imagem de força e invulnerabilidade e, conseqüentemente, a recusa à vitimização; (ii) o emprego da violência para a manutenção da estabilidade das relações heterossexuais e (iii) a ideia da maternidade como salvação e redenção. O primeiro elemento, a personalidade agressiva, é coerente com diversos aspectos de sua feminilidade, mas não com a maternidade. Helena pode ser filha, namorada e esposa e, simultaneamente, ser violenta – ela não estabelece nenhum antagonismo entre essas posições, às vezes criando até convergências, como quando relata sua experiência namorando o traficante César, com quem cometia crimes. A maternidade, no entanto, *interrompe* sua agressividade, é *incoerente* com ela.

A descrição de Helena como uma pessoa agressiva parece alinhada ao conceito de “*bad girl femininity*” (“feminilidade das meninas más”), de Messerschmidt (2002). Ao investigar o comportamento de meninas em gangues juvenis nos Estados Unidos, o autor descobriu que, embora elas se envolvessem em práticas que poderiam ser consideradas masculinas, como “demonstrar sua ‘dureza’ e sua força física”, elas mantinham seus *status* como “mulheres” (2002, p. 463). Sob a percepção delas, elas não eram “masculinas”, mas “meninas más”. Helena, no entanto, não se considera uma *guria má*. Na verdade, ela não se compara aos outros em sua narrativa, nem menciona que seus pares tenham a considerado muito violenta para ser feminina. Assim, a narrativa de Helena é construída de forma que seu comportamento violento é coerente com sua feminilidade. Assim, uma “feminilidade agressiva” (ARCHER, 1995 apud MESSERSCHMIDT, 2002, p. 476) parece ser aceitável em seu contexto social, uma vez que esta é uma maneira inteligível de conceituar suas ações.

Na verdade, a agressividade de Helena é tão coerente com sua feminilidade que é *empregada* para manter seu *status* generificado de “esposa”. Sua violência é direcionada contra meninas e mulheres que ameaçam seu casamento. Adams (1999, p. 128), pesquisando porque meninas adolescentes brigam fisicamente, descobriu que seus comportamentos violentos com frequência reproduzem a feminilidade enfatizada. Já que as meninas aderem a um ideal de monogamia heterossexual, a interferência de outra mulher nesse relacionamento “ameaça a segurança de ‘pertencer’ a um homem” (1999, p. 130). Enquanto a monogamia heterossexual é parte das normas da feminilidade enfatizada em todas as classes sociais, realidades materiais podem aumentar ou diminuir sua importância. Para muitas mulheres brasileiras habitantes da periferia urbana ter um marido é fonte de respeito e segurança. Ao fazer um trabalho etnográfico

em uma periferia de Brasília, Souza ouviu o seguinte ditado: “Mulher sozinha na favela é poste para cachorro mijar” (SOUZA, 2009, p. 129). Assim, nesse contexto, a reação aparentemente desproporcional de Helena à infidelidade pode ser melhor compreendida como uma medida para manter o respeito e o *status* social que ela mantém como esposa – uma esposa agressiva e fora de controle, mas ainda assim uma esposa. Nesse sentido, sua agressividade não só é coerente como sua feminilidade, mas é às vezes necessária para reforçar e manter seu *status* como mulher.

Já seu *status* como mãe é ameaçado pela violência. Na narrativa de Helena, os dois lados da maternidade – ser filha e ser mãe – medeiam sua relação com a violência física. Como filha, sofre e testemunha violência entre seus familiares. Ela observa, durante a infância, as atitudes da mãe em relação à violência masculina, condizentes com a “feminilidade enfatizada” (“Eu vou deixar ele melhorar, deixar ele curar, depois a gente vai conversar”). A adolescente, então, constrói uma narrativa na qual se recusa a acatar a mesma estratégia diante. Em um processo narrativo de diferenciação da mãe (“nunca vou tomar pau de marido”), Helena focaliza suas qualidades relacionadas à demonstração de força física e de agressividade.

Helena, no entanto, não recusa os valores associados ao cuidado. Calma, paciência e empatia são características que ela tem em alta estima: são as qualidades de Augusto e os valores a partir dos quais pretende criar Jorge. Jorge e Augusto representam a promessa de uma vida melhor, e Helena se esforça para viver como uma boa mãe, provendo para o filho – passando necessidades materiais por ele, se preciso. A maternidade parece ainda mais fundamental do que o casamento em sua relação com a violência, pois o momento que “virou a cabeça” de Helena é a perda da guarda de Jorge. A partir de então, o casamento com Augusto – já não mais tão estável, devido aos boatos de infidelidade – não cumpriu a promessa de uma vida estável com a qual a adolescente sonhava.

Portanto, nessa narrativa, a maternidade a tira de um lar violento e sua “perda”, representada pela perda da guarda de Jorge, coloca-a na “rua”, onde se envolve em ainda mais violência, dessa vez extrafamiliar. O medo de perder Augusto é estabelecido como justificativa para o ato violento. No auge da prática da agressão que levou à morte de Clara, é novamente a figura da maternidade que representa, para Helena, o sentimento de empatia: a visão do rosto do filho no rosto da vítima.

A partir desses episódios, percebemos que Helena relata uma relação ambígua com a violência. Por um lado, ela acredita que determinadas formas de violência são inaceitáveis, principalmente a violência familiar contra a mulher e a criança. Ela tenta organizar sua vida de

modo que nem ela nem seu filho sejam vítimas desse tipo de agressão. Tentou também, quando criança, proteger a mãe da violência doméstica, projeto do qual parece ter desistido à medida que cresceu e constatou a parcela de culpa da mãe nessas relações (o “dedo podre para homem”). Apesar de conceber a vitimização violenta como uma injustiça, Helena utiliza a violência física como estratégia para navegar em seu espaço social. Em sua narrativa, ela distribui agressões e ameaças a diversas pessoas de seu círculo social, principalmente devido ao ciúme que sente do marido.

O empenho de Helena em construir para si uma imagem de alguém invulnerável e capaz de violência física extrema, exposto pelo modo detalhado e enfático com que narra suas agressões e ameaças, poderia levar-nos a compreender sua narrativa como um processo de rejeição aos papéis relegados ao gênero feminino – supostamente a passividade, a docilidade, a empatia. Contudo, argumento que a relação de Helena com a feminilidade é mais complexa que um simples antagonismo entre suas práticas e sua concepção do que consiste a feminilidade em seu contexto social. Há, de fato, um aspecto da experiência feminina comum a mulheres de seu convívio, representadas pela figura de sua mãe, que Helena rejeita: a vitimização pela violência masculina. Para tanto, ela narrou disposições supostamente contrárias ao *habitus* sexado das mulheres: capacidade de violência física, demonstração de poder, agressividade e autoridade.

No entanto, Helena não rejeita os demais papéis atribuídos ao gênero feminino e constrói em sua narrativa representações positivas da maternidade e do relacionamento heterossexual, igualando a primeira à redenção e a segunda à felicidade. A adolescente utiliza a violência física para – em seu entendimento – proteger a estabilidade de suas relações heterossexuais. Dessa forma, se por um lado a prática da violência física nega determinados aspectos da feminilidade enfatizada (a passividade e o cuidado), os motivos e os contextos nos quais essa violência é empregada reforçam outros aspectos desse *habitus* específico, como a idealização do amor heterossexual.

5.2.2. Princesas e bandidas: Separação entre pessoa e ato na narrativa de Juliana

Juliana tem 15 anos, foi classificada como “branca” pelo Casef e, no momento da entrevista, está aguardando julgamento na Internação Provisória há um mês. Reside em uma cidade 115 mil habitantes na região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Ela é falante e sorridente, tem cabelos castanhos longos e usa aparelho nos dentes. Sua mãe é a única, dentre as mães das entrevistadas, que tem ensino superior: é advogada, embora não pratique mais a profissão. Seu padrasto é tenente aposentado do exército. Ela também é a única

entrevistada a ter um advogado particular pago pela própria família³⁰. Sua narrativa é a mais detalhada de todas as coletadas: há diversos personagens, diálogos inteiros são recontados (com atuações e alterações de voz feitas por Juliana) e o dia do cometimento do ato infracional pelo qual ela está internada é narrado quase que minuto a minuto. A narrativa de Juliana é dividida em dois momentos: o relato dos processos que a levaram ao cometimento do homicídio, que tomaram uma hora de conversa; e os relatos subsequentes sobre sua vida de “bandida”.

Início a entrevista perguntando por onde Juliana gostaria de começar a contar sua história, contando como havia chegado ao Casef ou falando de sua infância. Ela rapidamente responde que, sobre sua família, gostaria de falar “só algumas partes, resumir”. Assim, desde o início, Juliana estabelece um controle sobre a entrevista – estabelecer claramente o que quer e o que não quer falar – que nenhuma das outras adolescentes demonstrou. Ela conta, então, que seus pais se separaram logo após seu nascimento. Quando tinha quatro anos de idade, sua mãe casou com seu padrasto, que Juliana considera um pai, pois nunca conviveu com seu pai biológico.

Juliana conta que foi uma criança agressiva na infância: “No colégio, antes eu apanhava, quando eu era menor. Aí quando eu cresci, cresci muito rápido, e eu que comecei”, avalia, considerando que seus atos são motivados, em alguma medida, por essa vitimização inicial. Ela estudou até os 6 anos em uma escola particular, e depois passou para uma pública. No momento da entrevista, está na sétima série do Ensino Fundamental. Antes de ser internada, já não frequentava mais a escola há meio ano “por motivos de segurança”, porque estava sendo ameaçada. As ameaças eram fruto de “um delito anterior, que foi por legítima defesa”. Ela se envolveu em uma briga com uma menina que a “encarava” e havia agredido um amigo dela. As duas brigaram mais de uma vez na mesma noite – na primeira vez, foram separadas pelos amigos. Após o primeiro confronto, Juliana deu uma volta pela praça onde estavam e, quando retornou ao local da primeira briga, encontrou a menina novamente, junto com três amigas. Conta que foi tentar conversar com ela,

[...] aí ela achou que eu ia bater nela e começou a me agredir, e eu comecei a agredir ela. E aí as três junto com ela se botaram em mim, e eu estava com um canivete, peguei e fiz assim com o canivete *[gesto com o braço, horizontal, em frente ao corpo]*, do chão, para elas saírem de cima de mim. E aí abriu aqui o braço da menina. Ela perdeu os movimentos do dedo, teve que fazer cirurgia. Não sei se ela já se recuperou. Ai, eu me arrependo muito disso...

O primeiro relato de uma briga fornecido por Juliana contém diversos elementos

³⁰ Tamara, da seção anterior, teve seu advogado particular pago pelo ex-marido.

comuns em a sua narrativa, no que diz respeito a sua posição nos conflitos violentos. Juliana se coloca como o polo racional e pacífico do confronto (ela foi apenas conversar, a menina achou que seria agredida, iniciando o conflito e obrigando Juliana a se defender), constrói a narrativa de modo a justificar a violência supostamente desproporcional que emprega (no caso, o uso da faca contra pessoas desarmadas se justifica porque havia três meninas a atacando), e o ferimento é descrito de modo passivo (“*ai abriu o braço da menina*”). Esse conflito foi o responsável pelas ameaças que obrigaram Juliana a deixar a escola. Juliana está sendo processada por essa agressão, mas no momento da entrevista está internada provisoriamente por outro ato infracional.

Ao narrar o ato pelo qual está internada, Juliana começa dizendo: “A menina era amiga... não amiga, *amiga*, assim. Ela andava nos grupos que eu andava, a gente já conversou e tudo”. Juliana se refere à vítima, embora ainda não tenha esclarecido qual ato infracional cometeu – nesse momento da entrevista não sei, por exemplo, se essa menina sobreviveu à agressão. Sua narrativa é pouco linear e estruturada, nesse primeiro momento. Imediatamente após caracterizar a vítima, Juliana passa a falar em detalhes de seu envolvimento romântico com um rapaz. Assim, para ela, o ato infracional teve relação direta com esse relacionamento. Juliana estava “ficando sério” com André, de 22 anos, há quase um mês. Apesar do pouco tempo de relacionamento, ela relata um envolvimento muito forte e transformador na vida de ambos:

Quando a gente ficou junto, eu fumava maconha, usava drogas, essas coisas, e ele bebia muito, tipo daquelas pessoas que ficavam tremendo se não bebesse. E a gente se apaixonou muito, ele parou de beber, passou a ficar só em casa, eu parei de usar drogas, a gente começou a ficar só junto, não saía [...] Ele me trazia um bom humor, porque ele era o único guri que era, tipo, não certo e perfeito, mas os outros gurus que eu namorava eram todos bandidos e me faziam mal. Ele me fazia bem, eu ficava em casa e tudo.

A relação era permeada por ciúmes e incertezas – Juliana ressalta que, após um mês, ele não havia a “pedido em namoro”, o que não deixava explícito, para ambos, se eles tinham um acordo monogâmico. O conflito que culminou na agressão à vítima, Viviane, iniciou-se em uma noite em que Juliana e André estavam em um bar. Eles haviam brigado e o rapaz conversou durante toda a noite com Viviane, que era sua amiga. Ele estava bêbado e Juliana conta, de maneira anedótica, que ele havia lhe dado um tapa no rosto e a derrubado no chão (“ele nem se lembrou depois”). Após a agressão, eles brigaram, e Juliana foi embora do bar. Mais tarde naquela noite, ela viu André e Viviane “descendo a rua” juntos e suspeitou que eles iriam “ficar”. Diante da suspeita, Juliana conta que, por ciúmes, “ficou” com um amigo. André descobriu e os dois discutiram. Durante a discussão, o rapaz assumiu que havia “ficado” com

Viviane. Juliana narra essa briga com muita emoção: “E aí ele... foi na minha casa, deixou minhas coisas, pegou as coisas dele. Eu fui chorando atrás dele na rua, e ele falando ‘*mina de patifaria* eu não quero’, se achando com a razão”.

Assim, Juliana e André romperam seu envolvimento sério, mas ainda “ficavam” de vez em quando, apesar de não conseguirem mais confiar um no outro. Um dia, Juliana encontrou Viviane na rua e foi conversar com ela sobre o ocorrido. Perguntou a ela: “Por que tu fez isso, se tu sabias que a gente estava junto, que eu gostava dele?”. Viviane se desculpou e prometeu que isso “não aconteceria de novo”. Juliana e André reataram, mas no mesmo dia brigaram fisicamente: “ele me arrancou um punhado de cabelo e eu tirei sangue da boca dele”. Juliana fala de modo muito casual das agressões de André, e não sabe explicar o motivo da briga, que teria começado “de brincadeira”.

“No dia do delito”, Juliana dormiu na casa de André e, pela manhã, Viviane e uma amiga tocaram a campainha da casa do rapaz, perguntando por ele. O pai de André respondeu que ele não estava em casa e as adolescentes formam até a janela do quarto do rapaz, onde viram Juliana na cama. Ela conta que Viviane deu socos na janela do quarto e gritou “eu vou matar essa vagabunda”. Juliana relata perplexidade diante da raiva de Viviane, que sabia “desde o início” que ela estava com André.

Nesse dia, André foi trabalhar durante a madrugada e Juliana ficou passeando na rua com as amigas, esperando que ele saísse do trabalho para que eles se encontrassem. Entrando em uma lanchonete, Juliana viu Viviane, acompanhada de um grupo de amigos, e as duas se encararam. Viviane gritou para ela “te espero na frente do clube”, e Juliana respondeu “tá na mão!”. É curioso observar que, ao narrar a história para mim, Juliana fala de maneira muito delicada e doce, mas quando reencena suas falas em momentos conflituoso, altera a voz, engrossando-a, para falar de maneira mais ameaçadora.

Juliana decidiu comprar um canivete na praça em frente à lanchonete, devido às ameaças de Viviane. Saindo dali, foi dar uma volta de carro com algumas amigas e um rapaz desconhecido. Dirigiram pela cidade, até que Juliana avistou Viviane na rua. Ela pediu para que o rapaz que dirigia a levasse até lá e, sob protestos das amigas de Juliana, ele a levou. Viviane estava na frente de um clube, cercada de amigos. Juliana escolhe esse momento para ponderar que Viviane deveria ter “ficado” com todos aqueles rapazes: “Ela era a famosa puta, essa era a palavra que usavam pra ela na cidade”.

Juliana chamou Viviane para conversar, mas conhecidas das duas disseram que ela estava com medo. Juliana gritou: “Como ela está com medo, se ela estava dizendo que ia me

matar? Pode chamar ela aqui”, novamente alterando a voz para soar mais agressiva ao narrar a cena. Viviane caminhou em direção a ela. Juliana narra:

Nisso, eu estava achando que ela ia vir com uma faca ou com uma arma, então eu estava com a faca aqui atrás [*segurando com a mão atrás das costas*]. Quando vi que ela estava amarrando o cabelo, coloquei o canivete no bolso de trás da calça. Ela falou “tu quer se crescer pra cima de mim”, e quando fui falar com ela, ela me deu uma gravata. E começou a apertar muito forte, eu não conseguia nem falar para ela me soltar. A gente parecia mais umas cobras se retorcendo, assim, eu estava perdendo o ar, aí eu consegui tirar o canivete e perdidamente... [*pausa*] esfaqueei toda ela. Eu só me lembro de um na barriga, dois.... Depois desse na barriga, ela veio de novo e pegou nos meus cabelos, só que eu acho que ela estava perdendo sangue, perdendo as forças, e eu com canivete para fora, aí quando ela puxou eu fiz assim [*movimento horizontal com o braço*], aí pegou... no rosto dela.

Como seu primeiro relato de agressão, Juliana coloca-se novamente como o polo pacífico do conflito, guardando a faca para conversar com Viviane. Viviane a agride primeiro, e Juliana revida de maneira pouco consciente, *acabando por* ferir a vítima. Uma amiga que a acompanhava a retirou da briga e a sacudiu, chorando, perguntando se ela estava louca, drogada ou bêbada. Juliana se defendeu – “tu viu que o ela fez!” – e as duas discutiram até que ouviram o som do corpo de Viviane caindo no chão, som que Juliana simulou batendo com as costas de uma mão na palma de outra. A pedido das amigas, que estavam muito assustadas, Juliana entrou no carro novamente.

Quando pararam o carro, Juliana jogou fora o canivete e tirou a camiseta que usava, suja de sangue, ficando apenas com a regata que usava por baixo. Ela não queria ir para casa, pois estava muito nervosa – “não sabia se a menina tinha morrido ou não” – então decidiu ir para um bar. Chegando lá, uma amiga veio “desesperadamente” ao seu encontro, chorando, dizendo: “Eu sei que não foi tu, eu sei que tu não é capaz de fazer isso”. De repente, todas as pessoas do bar se voltaram para Juliana. Outra mulher lhe disse: “Eu não acredito que foi tu, eu já falei para tu pegar alguém do teu tamanho”. Segundo Juliana, Viviane era do seu tamanho, “violenta e várias coisas assim”, e sua família era “bandida”. Inclusive, depois do ato, ela foi ameaçada por um tio de Viviane, que na época estava encarcerado. Sua proximidade com esse tio indicaria que Viviane não era “a santa que toda a população da cidade dizia”.

As pessoas do bar, já cientes da morte de Viviane, perguntaram se havia sido Juliana que havia cometido o ato: “Tive que negar, os meus amigos todos deram as costas para mim”. Através de troca de mensagens instantâneas entre os jovens da região, já se espalhava o boato de que outra menina, Maria, havia matado Viviane. Uma amiga de Juliana “até tirou o cinto” para agredir Maria, se ela aparecesse no bar. Ela esclarece que as meninas brigavam entre si se uma adolescente agredisse alguém menor do que ela: “Tipo, tu é desse tamanho, eu sou menor.

Aí tu dá em mim. A outra vai dar em ti, é tipo uma justiça”, explica. A reação dos conhecidos de Juliana contra Maria, a suposta assassina, deixou-a muito assustada: “Eu ia apanhar muito se descobrissem que fui eu... eu neguei e neguei”.

Juliana pegou carona com conhecidos para sair do bar e ir até uma praça. No carro, os amigos estavam “debochando” dela e haviam notado o sangue em suas roupas. “Aí eu dei uma risada e disse: ‘tá, fui eu que deu o atrito com ela e deu.’” Ao narrar o diálogo, ela novamente projeta a voz de maneira grossa e em tom de desafio. Uma vez na praça, Juliana encontrou sua melhor amiga, Bruna, e a contou o ocorrido. As duas choraram muito e estavam “em um estado de nervos”. Ela decidiu dormir na casa de Bruna. Juliana foi dormir e acordou com o pai de Bruna a sacudindo. Os policiais estavam na porta de casa, a intimando para dar um depoimento. A polícia informou a Juliana que ela havia desferido seis facadas em Viviane. Ela não sabia do número e disse aos policiais que não se lembrava do momento das facadas. Depois da delegacia, Juliana voltou para a casa com sua mãe – mas não queria, porque a essa altura já estava sendo ameaçada pela população da cidade.

Juliana retoma a narração do momento em que, no bar, pessoas começaram a descobrir que ela havia cometido o assassinato. Seu ex-namorado André também estava lá e soube do ocorrido por um amigo. André não queria falar com Juliana naquele momento, mas ela insistiu que eles conversassem, ainda negando sua participação no ataque à Viviane. No entanto, a negação não funcionou, porque André “conhecia muito bem” Juliana e soube só de olhar nos olhos dela o que havia ocorrido. Ele ficou muito abalado, “tremendo, se segurava para não chorar”. Dias depois, Juliana e André se falaram através das redes sociais. Ele acusou Juliana de “não ter sentimentos” e não “ter coração”. Mais tarde, Juliana enviou outra mensagem a André avisando-o que se ele não fosse a sua casa conversar pessoalmente com ela, “poderia ser tarde demais” no futuro. André respondeu que estava “sempre atrasado”, querendo dizer que não conseguiria encontrá-la. De fato, no dia seguinte, policiais bateram à porta da casa de Juliana para levá-la à FASE.

Passamos a conversar sobre os outros relacionamentos de Juliana. Retomo o que ela havia dito sobre seus outros namorados não serem “legais” e pergunto por que. “É que eu achava que vida bandida era pra mim. Eu me atraía, gostava muito dessas coisas, de arma, de se envolver”, ela me explica. Ele segue narrando seus relacionamentos com homens mais velhos vinculados ao tráfico de drogas da região.

Aos 14 anos, Juliana conheceu o primeiro namorado, Cláudio, de 19 anos, que era traficante de drogas. Na época, ele matou um rapaz, Juliana desconhece o motivo (“nem sei até

hoje por que, o guri não fez nada pra ele, estava andando a cavalo lá e ele matou o guri”). Após o crime, Cláudio tornou-se foragido da polícia e se escondeu na casa de Juliana. Ela sabia que ele havia cometido o assassinato, mas não que a polícia estava procurando por ele. Quando descobriu, expulsou-o de casa, porque sua mãe a “mataria” se soubesse que ela estava abrigando um foragido. “A gente estava namorando, mas como eu não pude ajudar ele nesse caso, ele sumiu. Eu ligava e ele não atendia. Passou uns dias, eu fui na praça e ele estava de mão com outra menina”, lamenta. “Vi ele com ela e aceitei, só perguntei por que ele fez isso, se ele estava comigo só para eu proteger ele. No começo, era tri bom nós juntos, eu gostava da adrenalina daquelas coisas”.

Juliana e Cláudio continuaram amigos. Um tempo depois, Cláudio foi preso ao tentar matar Leandro, um “contra” seu, em quem já havia dado oito tiros. Da prisão, Juliana e Cláudio falavam por telefone: “Eu, como era bandida, falei ‘tu não fez bem feito, agora ele [*Leandro*] está aí, vivo, e pode te matar””, conta, falando como se debochasse de Cláudio por sua incapacidade de concluir o assassinato. Depois da prisão de Cláudio, Juliana conheceu Leandro, de quem só havia ouvido falar. Ela introduz seu relacionamento com ele dizendo: “Como te falei, eu sempre gostei de um bandido”. Cláudio, de dentro da prisão, soube do envolvimento de Juliana com seu rival, e ligou para ela para dizer que “quem anda com contra é contra”. No entanto, eles continuaram se falando por telefone como amigos, até que Cláudio voltou a dizer que gostava de Juliana – mesmo “casado no papel” com outra adolescente, que havia se emancipado para visitá-lo no presídio. Ele prometia “mundos e fundos” para Juliana, mas ela sabia que ele demoraria muitos anos para sair da cadeia. Juliana concluiu que estava sendo usada por Cláudio: “Depois me dei conta que foi por causa do Leandro, porque queria que eu me juntasse com ele contra o Leandro, pra fazer uma armadilha pra ele, entendeu”.

Depois de um tempo, Leandro também foi preso. Juliana se preocupou com o que poderia acontecer entre Leandro e Cláudio, uma vez que os dois estavam no mesmo presídio. Ela ligava constantemente para seus conhecidos na prisão para saber da situação. Os dois acabaram não brigando dentro do presídio e Juliana ficou aliviada. Um dia, Leandro ligou para Juliana e disse que estava com saudades dela. Pediu para que ela ligasse para o “patrão” do presídio e dissesse que estava com saudades e que estava preocupada com ele. Novamente, ela conclui que estava sendo usada: “Aí parei para me dar conta porque ele fez isso. Para eu ligar para o patrão, dizer isso e chegar nos ouvidos do Cláudio, para dar aflição entre eles de novo. Aí eu não fiz e parei de atender”.

Perguntei se, em comparação, André era melhor que esses rapazes com quem Juliana se relacionou. Ela respondeu que sim, e justificou dizendo que, em suas relações com rapazes

envolvidos no crime, “qualquer coisa que acontecesse” seria culpa sua. Seus ex-namorados a ameaçavam de morte e a vigiavam:

Eu podia me arriscar, porque o Cláudio dizia: “vou te matar, tu já sabe, se eu te ver com alguém eu te mato”. Um de um tempo atrás, o Santos [*outro ex-namorado, também traficante de drogas*], quando eu ficava com ele, me ligava e perguntava: “onde tu está?”. Eu dizia: “na praça”. E ele: “Em que lugar?”. E eu dizia “no quiosque”. E ele dizia: “Tu acabou de dar oi pra tal pessoa né?”. E eu, “Como tu sabe?”. “Tu acha que eu não mando te cuidar?”.

Juliana já vendeu drogas, mas nunca junto aos namorados envolvidos no tráfico. “Eles não me deixavam entrar pra minha proteção, não queriam que eu me envolvesse. O Leandro nem me deixava fumar na frente dele”, conta. “Eu me sentia protegida, sentia que eles se importavam comigo”. Durante o relacionamento com Santos, outro ex-namorado envolvido no narcotráfico, Juliana sentiu diversas vezes medo que ele cometesse violência contra outros homens por causa dela. Em um episódio, Santos brincou com esse medo:

O Santos achava que eu tinha alguma coisa com o Marco, mas ele era só meu amigo. Uma vez eu estava sentada entre o Santos e o Marco, e o Marco falou pro Santos: “Tu nem sabe, eu vou me casar com a Ju”, e botou a mão na cintura. E o Santos: “Mas como tu vai casar com a Ju, se eu estou casado com ela?”. Eu comecei a tremer na cadeira [*risos*]. Aí o Marco também botou a mão na cintura e falou “eu vou casar com ela”, o Santos falou “eu estou louco pra dar um tiro em alguém por causa dela”. E aí de repente os dois começaram a dar risada, eu já estava chorando, comecei a dar risada também. Foi uma brincadeira pra me assustar, que eu fiquei num estado de nervos, sentada na cadeira, com os dois de pé na minha frente. Mas se se fosse de verdade? O que o Santos falou era verdade, que ele estava louco pra dar um tiro em alguém por minha causa.

Juliana viveu momentos de tensão com outros namorados, como Leandro. Ela conta que, se estivesse na casa dele e falasse ao telefone, ela a ameaçava, mesmo que ele insistisse que eles não “tinham nada sério”:

Quando ele via que eu estava falando no telefone, ele pegava o revólver e me apontava [*risos*]. Apontava e dizia “desliga o telefone”, eu ficava rindo pra ele, não conseguia nem prestar atenção no que a pessoa estava me falando. Quando vê ele engatilhava, eu dizia “tá, me liga daqui a pouco”. Ou ele me obrigava a botar no autofalante.

Juliana esclarece que não achava que ele iria, de fato, machucá-la. No entanto, ela conta essa história no contexto de outros relatos de ameaça de seus namorados. Ainda assim, Juliana esclarece que “nunca teve briga” entre eles. Já entre ela e Santos havia agressões, mas ela considera que o que ocorria entre eles não era “assim, *briga*”: ele lhe dava tapas na cara. Ela compara as agressões de Santos, menores, com as “brigas” entre ela e André: “O André dava em mim e eu ia com tudo pra cima dele quando estava com raiva. Mas mesmo assim foi o que mais me trouxe paz, entre os outros”. André também tinha muito ciúmes de Juliana, “passava

encarando” seus amigos e queria agredi-los – mas nunca o fez, de fato.

Depois de sair do Casef, Juliana pretende ir morar em Porto Alegre com a família. Sua vida antiga só lhe trouxe “coisas ruins”. Ela atribui seu emprego desproporcional de violência (usar facas contra meninas desarmadas) a seu convívio com os amigos *bandidos*: “Andar com bandido fez eu fazer uns atos... Por exemplo, é legítima defesa, mas foi uma facada, entendeu. Porque eu não tinha uma arma, se eu tivesse uma arma eu ia usar”. Para ela, estar com os “bandidos” a fazia se sentir segura, mas esse sentimento era uma ilusão. “Ai, como é a frase? *Prefiro mais um bandido condenado do que um vagabundo encostado*, mas é ao contrário né [risos]. Prefiro ficar toda a vida com o André do que com eles”. Nesse sentido, André representa uma possibilidade de rompimento com a vida de “bandida”. A ênfase nos benefícios desse relacionamento – entre eles, o poder de tirá-la “da rua” – ajuda Juliana a estabelecer uma justificativa coerente para sua agressão contra Viviane, que ameaçou seu projeto de “redenção”.

É interessante observar a percepção que Juliana tem de sua “vida de bandida” a partir de seu relato sobre sua melhor amiga, Fernanda, de quem fala com muito carinho. Fernanda é muito bonita e esperta, e “nunca foi bandida”. Quando elas se conheceram, ainda na escola, criaram uma amizade de “irmãs”. Porém, Juliana entende que seu envolvimento com o tráfico e com os traficantes influenciava a amiga negativamente: “Como eu era daquele lado, ela começou a ir praquela lado. Só eu não queria isso pra ela”. A primeira briga de Fernanda foi junto de Juliana. As duas cruzaram com quatro meninas na rua e duas delas lhes deram um “encontrão” (esbarraram de propósito), o que gerou um conflito que culminou em agressão. A disposição de Fernanda para brigar assustou Juliana, que achava que a amiga era “certinha”.

Juliana conta que Fernanda frequentava, junto com ela, “vilas perigosas” e que passou a traficar com ela. Mas ressalta: “Ela nunca foi bandida, nunca ficou com bandido, nada. Ela era muito difícil, sabe. Eu ficava com bandido, ela não. Aquilo não era pra ela, nem pra mim”. Juliana conta que, com o tempo, Fernanda se afastou dela porque Deus tocou seu coração. Ela passou a frequentar a igreja e pedia para que Juliana frequentasse junto. “E eu dizia ‘amiga, eu não posso ir e falhar com Deus, porque eu sei que não vou parar agora’”. Para Juliana, o ocorrido foi uma “lição de vida”, pois se ela tivesse ido para a igreja com Fernanda, não estaria internada no momento:

Eu achei que não era minha hora, ela achou que era. Ela viu que era a hora dela, imagina, se ela não estivesse na igreja, se ela estivesse junto comigo nessas situações, ela poderia ter feito alguma coisa. Deus o livre acontecer alguma coisa com ela, ela é a minha princesa.

Nesse relato, Fernanda parece representar a menina ideal, que fez as escolhas certas –

diferente de Juliana. Através da preocupação de Juliana com Fernanda, percebemos que ela avalia que a “vida de bandida” não lhe trazia benefícios, tanto que buscava proteger sua melhor amiga desse “lado”. É importante notar que Fernanda parece ter um comportamento muito semelhante ao de Juliana: as duas traficavam drogas e brigavam na rua com outras meninas. O que faz de Juliana “bandida” e o que protege Fernanda desse estigma é a relação das meninas com os homens envolvidos no crime. Fernanda não se relacionava com os “bandidos”, essa foi sua salvação. Ela é uma *princesa*: inteligente, bonita e sexualmente casta (“muito difícil”). Já Juliana é *contaminada* por sua relação com os rapazes envolvidos no narcotráfico. Ela acredita, porém, que sua antiga “vida de bandida” não a define: “Aquilo não era pra ela [*Fernanda*], nem pra mim”.

Ao longo da narrativa, Juliana pondera diversas vezes sobre sua imagem diante da população de sua cidade natal após a morte de Viviane. Ela se sente injustamente “julgada” pela comunidade. Nas redes sociais, familiares de Viviane iniciaram uma campanha contra Juliana. O irmão dela, por exemplo, colocou sua foto em uma rede social, com a legenda: *Essa é assassina que matou minha irmã*. Juliana considera isso uma distorção de sua imagem: “A população pensou: ‘ah, essa é a assassina que matou a guriuzinha de 14 anos’ [*voz irônica*]”. A postagem já tinha “6 mil curtidas” até sua internação. Sua família também foi ameaçada. O endereço de seus avós foi divulgado na rede social, bem como fotos e os telefones de sua mãe e de seu padrasto, com a legenda: *Esses são os pais da assassina*. Ao falar da exposição na rede social, Juliana volta a justificar sua agressão à Viviane:

Ela tinha 14 anos, mas ela começou a se prostituir com 11. Tanto que toda população dizia “ai, pobre da criança de 14 anos” [*ela encena uma voz irônica*], só que quando foram ver, tinham vídeos dela dando em brigadianos, dela dando em guria. Um amigo meu falou: “eu vi ela com um vestido branco, passava três caras passando a mão nela e ela ficava toda se arrepiando”, e eu disse “pois é, ela está ficando com o André. Eu gosto dele, e eu não sou assim que nem ela. E ele está com ela”, e vai saber se ela não vai passar alguma doença pra ele, se ela não vai fazer alguma coisa pra ele, ou se ele vai começar a gostar dela e ela vai seguir sendo do jeito que ela é. Uma garrafa de vinho, ele ainda disse que ela estava. Com 14 anos. Isso que com 10, 11 ela já era rueira, assim. De fazer tudo.

Juliana tem o objetivo de argumentar que Viviane “não era santa”, como repete diversas vezes em seu relato. Para isso, argumenta que a menina era violenta – agredia policiais e outras meninas – e promíscua. No entanto, o comportamento que torna Viviane menos merecedora de pena não é tão diferente do comportamento de Juliana, que narrou seus diversos relacionamentos com rapazes da região, seu uso de drogas e sua disposição para brigar na rua. Ela também parece se preocupar que Viviane fosse uma “má influência” para André,

representado nesse relato como alguém passivo, que estaria à mercê da menina – à mercê de sofrer por amor e até de contrair doenças sexualmente transmissíveis. Nessa narrativa, então, Juliana esforça-se para se diferenciar de Viviane.

Juliana diz que a população da cidade “começou a se acalmar” quando soube das brigas nas quais Viviane se envolvia: “Eles só sabiam o que viam na televisão e iam lá julgar. Eu, no caso, a ‘assassina’ [*ela fala como se colocasse aspas na palavra*]. Mas eu não sou uma assassina. Depois que viram o que a guria fez eles se deram conta”. Juliana comenta que seu caso apareceu até em um programa televisivo nacional, o que a deixa envergonhada. “Quem não me conhece, não sabe quem eu sou, diz ‘ai, a assassina, meu Deus’”, lamenta. Ela reconta uma interação com uma enfermeira do Casef:

Uma enfermeira daqui, a gente sempre foi mimosa uma com a outra, ela sabia que meu nome era Juliana, só não sabia de onde eu era. Ela me perguntou: “Tu já sabe quanto tempo tu vai ficar aqui?”. Eu falei: “Um bom tempo. A senhora sabe porque eu estou aqui? Eu sou a menina da cidade tal”. E ela: “Ah!”, e foi pra trás. E eu falei: “Tia, acho que a senhora já percebeu que eu não sou isso que todo mundo está dizendo”. Ela ainda falou que eu era “a menina do sorriso bonito, simpática”. Quem vê, quem me conhece, quem convive, sabe. Agora que não me conhece só fica sabendo “ai, ela matou”.

A partir desse relato, Juliana estabelece uma distância entre quem ela *é* e o que ela *fez*. Sob sua perspectiva, a enfermeira da instituição não poderia imaginar que ela seria capaz cometer um de um assassinato, pois era “mimosa” (delicada, doce), tinha um sorriso bonito e era simpática. Ela se apresentava, portanto, a partir das normas da feminilidade enfatizada e, por isso, não poderia ser associada a uma “assassina”.

Assim, na narrativa de Juliana, três elementos são fundamentais: (i) a aceitação e a naturalização da violência masculina, tanto contra ela quanto contra terceiros; (ii) o profundo investimento emocional em relacionamentos heterossexuais como fonte de proteção (no caso de seus ex-namorados envolvidos no tráfico de drogas) e redenção (no caso de André); (iii) o distanciamento entre a pessoa que Juliana *é* e sua “vida de bandida” passada, e, assim, a recusa do estigma de “assassina”.

Em primeiro lugar, ao contrário de Helena, Juliana não parece considerar a vitimização pela violência física masculina um grande problema, nem parece criar estratégias para escapar dela. Suas emoções ao narrar episódios em que foi estapeada, empurrada e ameaçada com armas de fogo vão de indiferença à diversão. No que tange a violência de seus ex-companheiros contra outros homens, ela divide-se entre indiferença, quando as vítimas são desconhecidas, e preocupação, quando as possíveis vítimas são seus amigos. Ela teme ser a causa de violência letal entre os namorados – um medo que os próprios rapazes usam contra ela. No entanto, as

maiores transgressões de seus namorados parecem ser a infidelidade e o abandono. Ao relatar seu relacionamento com Cláudio, por exemplo, que cometeu um assassinato e buscou refúgio na casa de Juliana, ela demonstrou maior tristeza ao ser engada por ele – ao perceber que ele só queria sua ajuda para se esconder da polícia – do que preocupação diante da violência cometida por ele. Mesmo André, sobre quem Juliana constrói uma imagem muito positiva, peca mais ao trai-la com Viviane do que ao agredi-la.

Os personagens homens da narrativa de Juliana são *ativos* em sua violência, no sentido de que são descritos como *responsáveis* pelos seus atos, que são frutos de escolhas conscientes. Ao narrar sua própria violência, no entanto, o mesmo não ocorre: Juliana narra seus *atos violentos* de maneira passiva, embora o antes (a compra do canivete) e o depois (a troca de roupa, por exemplo) desses atos sejam carregados de ações estratégicas. Em todos os eventos em que esfaqueou alguém (foram narrados três episódios diferentes), ela o fez quase sem querer e sempre em “legítima defesa”. Essa é a forma narrativamente coerente que Juliana encontra para dar sentido a sua violência, o que tem relação com o distanciamento que ela estabelece entre suas ações e quem ela é – e, portanto, o distanciamento que estabelece entre ser uma menina e cometer violência. Ao narrar assim sua história, Juliana afasta sua imagem daquela de “bandida”, incoerente com sua autoimagem: quem ela *realmente é* é a menina do sorriso bonito, simpática, mimosa, uma “princesa” como sua amiga Fernanda – esta, sim, um exemplo de feminilidade tradicional, da qual Juliana se afastou ao cometer atos violentos, mas a qual pretende retornar.

5.2.3. Conclusões preliminares: a manutenção violenta dos contratos monogâmicos

As narrativas de Helena e Juliana têm diversas semelhanças. Entre elas, a naturalidade e a disposição para o envolvimento em conflitos físicos com outras meninas. Pesquisas sobre as práticas de gênero nos contextos de violência urbana demonstram que, como principalmente Helena parece acreditar, “a habilidade e disposição para brigar, para encarar o inimigo, para não fugir do confronto, ser ‘má’, ser ‘louca’, ser durona [...] são todos comportamentos muito valorizados” (HARRIS, 1988, p. 106 apud MESSERSCHMIDT, 1997, p. 106).

Para Archer (1995), meninas no contexto da periferia urbana esperam serem reconhecidas como meninas e, ao mesmo tempo, como pessoas capazes de defender seu nome e sua reputação. Assim, elas constroem uma “feminilidade agressiva” (apud MESSERSCHMIDT, 2002, p. 467). Embora esse envolvimento físico possa parecer reproduzir padrões masculinos de comportamento, pesquisas indicam que ideais tradicionais da ordem de

gênero ainda organizam os motivos e maneiras pelos quais as meninas se agridem mutuamente. Estudando o fenômeno das brigas entre meninas na América do Norte, Adams (1999) argumenta que esse engajamento com a violência física sustenta a normalização da feminilidade das adolescentes envolvidas. A autora descobriu que “ser má [...] valida formas de pensar e compreender o mundo que são tradicionalmente femininas” (p. 128), uma vez que um dos motivos principais para as brigas seria a manutenção de alianças entre meninas, em atos para defender uma amiga ou a própria gangue. Tais atos seriam motivados por disposições como o altruísmo, o cuidado e a lealdade, todas parte de um *habitus* sexuado feminino (ADAMS, 1999). Fenômeno semelhante aparece na narrativa de Juliana, quando ela explica que as adolescentes de sua vizinhança agrediriam qualquer menina que brigasse com outra menor do que ela, em uma demonstração de cuidado com as mais jovens.

Ainda, Artz (1998) argumenta que, com frequência, as brigas das meninas são enraizadas na “ideologia da família patriarcal”, reproduzida e reforçada tanto por homens quanto por mulheres, que impõe que as mulheres devem ser obedientes, leais, dependentes, sexualmente acessíveis e fieis aos seus companheiros. Para Artz, as meninas violentas frequentemente “compram” essas crenças e “policiam” outras meninas. O melhor exemplo desse fenômeno talvez seja o policiamento dos contratos monogâmicos e o ataque a mulheres que os ameacem, como é o caso das agressões de Helena e Juliana. Além das duas narrativas analisadas aqui, outra entrevistada, Mônica³¹, também relatou ter tentado matar uma mulher que “deu em cima de seu marido”:

Dei seis tiros numa moça por causa do meu ex. Ela sobreviveu, não sei como. O santo dela é forte. Foi uma coisa que ela era minha amiga, entendeu. Eu conhecia ela, levei ela dentro da minha casa, ela pegou minha confiança. Aí ela deu em cima do meu próprio marido. Eu fui conversar com ela, só que eu estava grávida, não tinha como eu dar nela. Fui no guarda roupa, peguei a arma e dei seis tiros. Mas tudo por ciúmes. E até que não valeu a pena, sabe. Não valeu muito a pena.

No centro dessas narrativas está a monogamia heterossexual e o processo social pelo qual as meninas são as responsáveis por manter esse contrato. A nenhuma das meninas ocorre confrontar os rapazes com quem esperavam ter uma relação monogâmica sobre suas infidelidades. Tanto Clara quando Viviane foram *cobradas* por suas ações, inclusive interrogadas por Helena e Juliana: “Por que tu fez isso, *se sabia que eu gostava dele?*”, Juliana perguntou, deixando claro que o envolvimento entre André e Viviane era uma traição por parte de Viviane. Nesse sentido, a responsabilidade pela manutenção dos contratos monogâmicos é

³¹ Mônica tem 15 anos e cumpre medida socioeducativa pelo ato infracional de roubo.

sempre das mulheres.

Esse comportamento não é incomum entre meninas adolescentes envolvidas em situações de violência urbana, como as que integram gangues juvenis. Segundo Messerschmidt (1997), em contextos onde meninas praticam uma feminilidade violenta, a monogamia heterossexual é fortemente imposta, mas apenas para as mulheres (afinal, é considerado “natural” que os rapazes nunca recusem sexo). Assim, a monogamia é reforçada através de ataques violentos, e as meninas que violam a ordem monogâmica heterossexual, se relacionando com homens comprometidos, são ferozmente controladas e punidas.

Ainda, pesquisas centradas em meninas envolvidas em criminalidade apontam para a importância da sexualidade nesses contextos. Em um espaço social onde a violência é muito presente, sendo inclusive cometida tanto por homens quanto por mulheres, a heterossexualidade normativa é uma maneira de reforçar a diferença de gênero (MESSERSCHIMIDT, 1997). Anne Campbell percebeu, investigando gangues femininas e mistas em Nova Iorque, que não apenas a monogamia em série, mas a disponibilidade sexual das meninas diante dos rapazes envolvidos no crime é um fator importante: o fornecimento de favores sexuais aos homens “da gangue” (e no caso de Juliana e Helena, do narcotráfico) é fonte de prestígio social entre as meninas (1990, p. 179 apud MESSERSCHIMIDT, 1997, p. 73). Não por acaso, Juliana e Helena descrevem com detalhes seus envolvimento passados como homens envolvidos no crime. Helena reconta apenas experiências positivas de seus relacionamentos extramatrimoniais com os traficantes de sua região. Já Juliana traz relatos mais ambíguos de seus namoros com traficantes, focalizando mais o “mal” que eles lhe fizeram (principalmente infidelidades, abandono e o fato de que eles tentaram usá-la como “isca” em conflitos entre grupos rivais).

Apesar disso, é o relacionamento com rapazes que *não são* envolvidos com a criminalidade que está no centro da narrativa das duas meninas. Ambas veem os relacionamentos pelos quais entraram em conflito com as vítimas como fontes de *redenção* ou *salvação*. Para Helena, Augusto oferece a possibilidade de fugir do lar conflituoso que divide com a mãe. No caso de Juliana, a figura de André a tira de um ciclo de relacionamentos com “bandidos”, assim como a faz parar de usar drogas. Ambos representam um retorno ao espaço doméstico – para Helena, a construção de uma família; para Juliana, a distância dos perigos da rua (“Ele me fazia bem, eu ficava em casa”).

São os benefícios que esses relacionamentos trazem a elas que tornam não justificáveis, mas inteligíveis, as agressões contra Clara e Viviane. Apenas a importância desses relacionamentos, no entanto, não é o suficiente para produzir uma narrativa coerente. Tanto

Juliana quanto Helena se esforçam para se diferenciar das meninas que agrediram, tratando-as como figuras *outras*, totalmente diferente delas. Eles também fazem um esforço narrativo para tornar as vítimas menos dignas de pena. O caminho para esse processo é a acusação de que as meninas eram promíscuas – Viviane se prostituía e Clara andava “sem calcinha”.

Todas essas semelhanças entre as narrativas de Juliana e Helena (bem como em diversas partes de outras entrevistas coletadas) chamam a atenção para a regularidade de determinadas crenças, mesmo que em contextos sociais distintos, como são os de Juliane e Helena. Entre os grupos que selecionei, esse é o par no qual as meninas estão mais distantes em termos de classe social. Enquanto Helena constrói uma trajetória de violência familiar, privação material, institucionalização em abrigos, recontando inclusive ter “passado fome”, Juliana afirma sempre ter tido uma vida material e emocionalmente confortável e não reconta nenhum relato de vitimização na infância. A mãe de Helena vive com a renda de benefícios de Assistência Social. Já a mãe de Juliana é advogada, e sua família vive com a aposentadoria de seu padrasto, militar do exército. A distância social entre as meninas talvez explique uma das diferenças fundamentais em seus relatos: na narrativa de Juliana, a feminilidade *correta* é incompatível com a violência (“isso não é para mim”); na de Helena, o uso de violência é coerente com diversas facetas da feminilidade, embora não com a experiência da maternidade.

Outra diferença importante de ser considerada é o tempo de internação das adolescentes. A narrativa de Helena é mais linear e apresenta uma estrutura mais organizada. Ela apresenta as causas para seu comportamento, reflete sobre eles, arrepende-se do ato, estabelece empatia com Clara e ainda reflete sobre as atitudes de sua mãe, perdendo-a. Já Juliana produz uma narrativa mais defensiva, em que justifica seu comportamento sem se preocupar em demonstrar empatia pela vítima ou arrependimento pelo ato cometido. É importante considerar que ambas estão em momentos muito diferentes do seu processo de institucionalização: Helena está internada há mais de um ano, e Juliana, há um mês. Assim, podemos supor que Helena já reformulou sua narrativa diversas vezes, conversou sobre os fatos com a equipe técnica do Casef, e teve muito tempo para organizar seu relato dessa forma. Ela pode ter percebido que essa é a maneira mais benéfica de conduzir um relato que a construa como uma mulher moralmente boa, como também pode ter genuinamente chegado às conclusões a que chegou. Provavelmente, estamos diante de um misto de duas estratégias: a legitimação de si para os outros e para si mesma, conforme já elaborado ao final do capítulo 3.

5.3. SEM SAÍDA, SEM ESCOLHA: MENINAS OBRIGADAS A COMETER VIOLÊNCIA

Nas produções recentes a respeito da criminalidade das mulheres, pesquisadores têm buscado ressaltar o papel da agência e das escolhas racionais no cometimento de atos desviantes, a fim de oferecer um contraponto às explicações que atribuem grande peso à vitimização e à passividade das mulheres nos cenários de criminalidade (BATCHELOR, 2005). Enquanto muitas adolescentes entrevistadas por mim construíram narrativas que as colocam como protagonistas e como responsáveis por seus atos de violência, como nos casos já expostos até o momento, narrativas que rejeitam a ideia de agência e constroem explicações para a violência a partir de uma lógica de *falta de escolha* também são comuns. Muitas das meninas entrevistadas relataram terem sido *obrigadas* a cometer os atos pelos quais estão internadas, majoritariamente por homens adultos, sob ameaça de morte.

Esses são relatos que se encaixam no que a literatura feminista chamou de “crimes de sobrevivência” (CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2003), ou seja, que foram cometidos em situações onde a agente tinha pouca ou nenhuma escolha. Dois desses relatos serão analisados em detalhes a seguir.

5.3.1. “Se a gente não fizesse, ele ia nos matar”: Cuidado e trauma no relato de Fátima

Fátima tem 16 anos, foi classificada como branca pelo Casef e está aguardando julgamento na Internação Provisória pelo ato infracional de homicídio há uma semana. Ela nasceu e reside em uma cidade no centro do Rio Grande do Sul, de aproximadamente 270 mil habitantes. Sua mãe já trabalhou vendendo salgados e, atualmente, é dona de casa. Seu pai presta serviços como cortar grama. Fátima é sorridente e tímida, fala muito baixo. Ela namora com o marido desde os 12 anos, e após meio ano de namoro eles se mudaram para uma casa nos fundos da casa da mãe da adolescente. Além de cuidar da casa, Fátima trabalhava como faxineira esporadicamente antes de cometer o ato infracional. Sua narrativa se divide em dois momentos: primeiramente, ela reconta o ato infracional que cometeu e fala de sua relação com sua família. Depois, empolga-se contando relatos de brigas em que se envolveu, nos quais ela consegue se defender e defender amigos e familiares de homens fortes e em maior número.

Fátima começa seu relato me contando como chegou ao Casef. Ela foi acusada de um homicídio porque “estava junto”. Ela e uma amiga, Rafaela, foram convidadas por um amigo em comum, Carlo, para dar uma volta de carro pela cidade. Eles estavam se divertindo quando Carlo, que dirigia, contou que havia dado carona a uma “pedrita” (uma usuária de *crack*) e que ela havia roubado seu celular. Carlo sugeriu que eles procurassem a mulher pelas ruas da cidade. Fátima e Rafaela protestaram, dizendo que não queriam fazer “intrigas”. Ainda assim, Carlo

encontrou a mulher que procurava em uma esquina do centro da cidade e “fez o que ele queria fazer”:

Mas no caso ele não... como é que eu posso dizer? Não foi ele quem fez. Foi eu e a minha amiga. Por causa que ele estava com uma arma apontando na nossa cabeça. Ele não queria ser preso, daí ele botou nós, entendeu. E se a gente não fizesse ele ia nos matar.

Assim, Fátima conta que foi *obrigada* por Carlo a cometer o assassinato. Em sua audiência judicial, Fátima assumiu que cometeu o homicídio, mas não contou para o juiz que foi forçada a fazê-lo. Ela não sabe se ele foi preso e tem medo que ele a mate depois de cumprir sua medida. Fátima conta que Carlo parou o carro, deu uma faca para Rafaela e falou: “Tu faz isso, senão vou te matar. Eu não vou fazer porque sou de maior e vou ir preso. Tu faz isso agora”. Então, Rafaela foi em direção à mulher identificada por Carlo.

Daí a minha amiga estava dando... facada [*sussurra*] nela, e eu estava do lado. Daí a mulher puxou uma faca da cintura pra me dá-lhe. Ele gritou pra mim: “E tu também!”. Daí nessa hora eu puxei a faca da mão dela e dei-lhe nela também. Entendessee. Foi pra me defender. [*pausa*] Eu fiquei com medo... Medo, não. Com uma coisa no coração. Que ele obrigou a gente a fazer aquilo, e eu não queria. Na hora assim tipo, uí, me deu um preto assim. E eu não sei onde que... [*pausa*]. Me deu um preto, preto mesmo. Eu fiquei apavorada assim. Tipo sabe quando te dá um preto e tu não enxerga nada.

O evento é narrado como uma memória muito traumática para Fátima. Ela hesita e tem dificuldade em lembrar os detalhes do ocorrido, por causa do “preto” que lhe cobriu os olhos. Ela, então, não reivindica agência sobre o ocorrido e articula explicitamente que “não queria” atacar a mulher.

Fátima então muda de assunto e passa a falar sobre sua família. Seu humor se transforma e ela sorri. Ela mora com os pais, os sete irmãos e o marido em um mesmo terreno. Há quatro anos, ela e o marido, de 21 anos, mudaram-se para uma casa anexada à casa da família. O casal não tem filhos, mas Fátima diz, sorrindo abertamente, que pretendem ter. Fátima conta que, quando era mais jovem, sua mãe a obrigava a ir à escola e “não deixava nada”. Por esse motivo, ela não fazia “coisas erradas”. Fátima precisou “implorar” para a mãe para começar a namorar o marido, aos 12 anos. A mãe a achava muito nova para namorar – o que Fátima discorda – e temia que ela saísse de casa. Após a aprovação da família, depois de seis meses Fátima e o marido passaram a viver juntos.

Fátima saiu da escola na sétima série. Enquanto o marido trabalha, ela fica em casa fazendo os afazeres domésticos. Quando “não tem nada para fazer”, ajuda a mãe com a casa. Fátima conta que gostaria de ter filhos desde os 13 anos, mas que seu marido prefere esperar.

Para se divertir, ela gosta de sair com o marido e os amigos. No dia em que ocorreu o homicídio, no entanto, Fátima estava sozinha. Ela explica que havia “fugido de casa” depois de uma briga com o marido. O motivo foi o ciúme que Fátima sentia da ex-namorada dele.

Fátima conta que seus pais “se pegam” de vez em quando. Ela separa as brigas: “Minha mãe, quando está estressada, começa a gritar, e meu pai também. Eu fico no meio para eles não brigarem”. Fátima também sofre agressões dos pais – a mãe lhe “batia” quando era mais nova, e só lhe deu uma “surra de machucar” uma vez. Já o pai a agrediu no dia do homicídio, quando voltou para casa após ter “fugido”: “Ele falou que eu fiz coisa errada, por que eu tinha que fugir?”. Com o marido, Fátima também “briga” às vezes. Segundo ela, ele nunca a “agrediu totalmente”. Ela já sofreu empurrões e tapas, “nada forte”, e apenas uma vez. Ele se arrependeu e ela o perdoou. Ela conta, sorrindo, que ele a trata como uma “rainha”: “Ele me dá tudo o que eu peço, e eu tento dar tudo o que ele pede também. Eu não tenho muito a oferecer, mas...”, pondera. Fátima diz que, quando sair do Casef, promete não fazer mais coisas erradas, como “fugir” e “sair com más companhias”. Seu sonho é se casar na igreja, vestida de noiva.

Ao longo da conversa, Fátima relata diversas brigas em que se envolveu durante a vida. Certa vez, por exemplo, ela e o marido estavam na casa de um casal de amigos quando os vizinhos do casal começaram a “implicar” com eles. Os vizinhos falaram coisas de Fátima e disseram que a “pegariam”, pois ela estava junto do casal com quem tinham inimizade.

Aí eu fiquei estressada e falei ‘quem tu vai pegar aqui?’. E nisso eles vieram pra cima de mim e do meu marido, e da família com quem a gente estava, que tinham até criança. Quando vê eles tocam pedras, eu fui botando as crianças para dentro, e meu marido lá, fazendo a parte dele, que era não deixar eles entrarem na casa da minha amiga. Daí eles se avançaram no meu marido, aí eu fui pro meio e dei um soco, pra ajudar o meu marido, né. Daí eles me tocaram uma pedra desse tamanho, pode ver a marca *[mostra a nuca]*.

Após terminar esse relato, Fátima passa a contar outro episódio em que se envolveu em violência na rua. Ela estava em uma festa com amigas e com um rapaz com quem estava “ficando” (ela estava separada do marido na época). A festa era na Zona Leste da cidade, e suas amigas começaram a gritar “zona norte” dentro do evento, o que gerou uma “complicação”. Os rapazes da “zona leste” começaram a empurrá-las. Assim, Fátima e os amigos forem retirados da festa por um segurança. No lado de fora da festa, o grupo foi perseguido pelos rapazes da “zona Leste”:

Quando vê, a gente saiu da festa, caminhamos um mundaréu, e aí uma galera, umas 40, quase 50 pessoas vieram atrás de nós. Eu me apavorei, sabe o que é fechar a rua de gente? E correram atrás de nós. Todo mundo gritou “corre, corre”. Ei, nunca mais

me esqueço. Me apavorei e disse: “agora sim a gente está morto”. Eles vieram e falaram: “o que vocês estavam falando da zona norte, aqui é zona leste”, e deram um estouro na cara do guri que eu estava ficando. Eu disse “para”, daí um já veio de um lado, outro de outro, puxou a faca, deu um talho aqui na cara dele, outro deu talho aqui, deu pedrada na cara dele e coisa... Eu me apavorei, ele estava caído no chão, e eu “o que eu faço, meu Deus?”. Imagina um monte de pessoas na tua volta, umas 45 pessoas. Tudo vindo pra cima do guri. Me erraram dois pontacos de faca, me erraram tijolo, eu defendi o guri que já estava no chão, e as gurias também né, e bateram em nós. Quando um veio pra dar um talho na cara do guri, eu dei um chute assim, o outro caiu por terra. O outro veio me puxar a faca, e eu pensei “ah não”, ele estava com um cano *[arma]* na cintura, eu não tinha visto. Eu peguei um baita de um tijolo e dei nele. Daí ele ‘pá, pá’ *[faz arma com a mão]*, deu dois tiros assim, pegou de raspão na minha perna.

Diante da confusão, moradores das casas da rua onde ocorria a briga apareceram nas janelas, o que fez com que a multidão se dissipasse. Fátima ficou sozinha no meio da rua com as amigas e o rapaz ferido: “Quando eu olhei pra ele, sabe o que é tudo tapado de sangue? A minha blusa manchou toda de sangue, que eu agarrei ele, ele já estava assim *[revira os olhos]*, como quem vai morrer”. No hospital, o rapaz foi tratado e sobreviveu aos ferimentos. Eles são amigos até hoje, e no momento da entrevista ele está preso por roubo.

Eu vi ele naquele estado, de sangue, com a boca toda... com soro aqui. Ele abriu olho e eu ei, abri um sorriso! Eu fiquei muito feliz quando ele abriu o olho, porque eu achei que ele ia morrer né, olha... foi terrível. Foi terrível. Eu fiquei lá com ele, toda noite. Amanheceu o dia eu não tinha dormido ainda. Fiquei dois dias sem dormir, no outro dia fui dormir, fiquei pensando naquilo, não conseguia dormir. E foi terrível. Quando eu cheguei em casa, eu falei pra minha mãe, e ela falou que eu não devia ter saído, que ela ia me avisar a última vez... senão, se eu quisesse namorar de novo ela não ia deixar... aí entrou na minha mente e eu não fiz mais. Foi última vez. Esse dia foi muito... muito triste. E até hoje não sai da memória. Difícil. Ei, eu me apavorei. Imagina 45 pessoas vindo em ti, imagina o que tu faria! *[fala empolgada]*.

Fátima narra ainda outro evento em que se envolveu em uma briga. Ela estava com uma amiga no centro da cidade quando outra amiga sua apareceu, acompanhada por militares (“milicos”), a acusando de ter ficado com seu namorado. Fátima disse que “jamais” teria ficado o namorado dela: “Porque eu não sou fura-olho e não gosto de pegar homem casado. Eu sou casada e tenho meu marido. E respeito”. Ela narra detalhadamente:

Daí ela veio pra cima de mim, e eu falando que não queria brigar. Estava ela, a irmã dela e uns caras lá, uns milicos. Entre uns sete, oito milicos. Tinha uma velha com ela, aí a velha foi pra cima da minha amiga, aí a minha amiga deu uma surra nela. Aí essa guria veio pra cima de mim e a gente se pegou no pau. A irmã dela veio me tocar uma garrafa de vidro, aí a minha amiga pegou o vidro da mão dela. E daí o milico pegou a garrafa e tocou pra longe, pra ninguém se machucar. O irmão da guria foi pra cima de mim, me pegou por trás e me deu um pescoção *[encena um mata-leão com o braço]*. Eu já estava desmaiando, de tanto ele ficar me apertando. Ele me apertou e me deitou no chão. Quando vê, a minha amiga pisou na cabeça dele, até ele largar. Só estava eu e ela contra eles todos, mas aí estava passando uma outra amiga minha, uma *machorrinha*, que ela fica com mulher, no caso, e nos ajudou, passou a dar-lhe soco

na boca do cara. Daí ele largou. Mas eu já estava branca que nem um papel, estava desmaiando. Daí a guria veio pra cima de mim e eu acertei um soco nela.

Guardas locais apareceram e apartaram a briga com *spray* de pimenta. No outro dia, a amiga que a acusou conversou com ela e pediu desculpas, “porque o marido dela é um baita de um galinha”. Fátima a perdoou. Ela pondera que não brigaria assim por ciúmes: “Eu tenho ciúme, mas não é aquele ciúme de matar uma”. Ela afirma que se uma menina “fizer caras e bocas” para seu marido, ela avisaria – “ele tem mulher, e a mulher dele está aqui” – e que só brigaria se a outra menina iniciasse o conflito.

Qual o esquema de percepções e representações sobre feminilidade de Fátima? Primeiramente, ela apresenta a si mesma a partir de seu *status* como esposa e dona de casa, papéis aos quais se dedica muito (“eu tento dar tudo o que ele pede também”) e descreve com felicidade. Ela se apresenta como uma menina calma, empática, que perdoa os outros facilmente e está sempre disposta a proteger seus entes queridos – ela é, acima de tudo, uma *cuidadora*. Apesar de seu status como *esposa*, a narrativa de Fátima também é marcada por seu papel como *filha*. A autoridade dos pais está presente em todo o relato, que conta inclusive com momentos em que Fátima sofre agressões físicas do pai já na adolescência. Os papéis de filha e esposa se confundem em alguns momentos, principalmente através do uso da expressão “fugir de casa” (termo comumente usado para tratar de crianças que fogem da casa dos pais) para significar a saída de casa de Fátima durante a noite, após uma briga com o marido. A culpa por “desobedecer” aos pais e ir para a “rua” também é presente em toda a narrativa.

A feminilidade a qual Fátima se vincula não é incoerente, em sua narrativa, com certos tipos de violência, como as brigas nas quais ela se envolveu na rua. Em todos esses eventos, ela descreve a si mesma como alguém que desempenha o *seu papel*, e não como alguém que escapa a eles. Na briga contra os vizinhos, por exemplo, ela narra que seu marido “fez o seu papel”, que seria revidar as agressões, enquanto ela cuidava das crianças envolvidas. Ingressou na briga apenas quando seu marido se colocou em perigo, atitude que entende como algo que lhe cabia: “Eu fui ajudar meu marido, *né*”, explicou, focalizando a obviedade de sua escolha. No conflito na saída de uma festa, novamente Fátima tomou a posição de cuidadora e protetora de um companheiro.

Fátima faz uma distinção entre violências legítimas e ilegítimas cometidas por ela. Aquelas praticadas no contexto de proteção e cuidado por seus entes queridos são moralmente justificadas nessa narrativa. O ato do homicídio pelo qual foi internada, porém, não é narrado de modo semelhante. Sob sua percepção, o ato violento que foi obrigada a praticar não encontra

justificativa plausível, afinal, a mulher agredida não havia feito nada contra Fátima, nem contra alguém de quem ela gostava. Esse ato “sem sentido” é significado como um evento muito traumática para Fátima, que não consegue recordar o que aconteceu no momento em que esfaqueou a vítima. A narração do assassinato é muito diferente dos outros relatos de brigas, repletos de detalhes e contados com empolgação.

Conforme observou Messerschmidt, no contexto das brigas de rua, as interações entre as jovens envolvem tanto o *cuidado* (pela comunidade ou pelos pares) quanto práticas de violência física (1997, p. 81-82). Nesse sentido, o que é comumente considerado um comportamento feminino “atípico” pode ser normalizado no contexto dos conflitos urbanos comunitários, de modo que uma feminilidade apropriada possa ser reproduzida a partir da “combinação de práticas de gênero convencionais (como cozinhar e cuidar das crianças) e práticas de gênero atípicas (como a violência), cada prática justificada pelas circunstâncias apropriadas” (1997, p. 84).

5.3.2. “Eu aguentei até onde eu pude”: Sobrevivência e violência sexual na narrativa de Olívia

Olívia tem 18 anos, foi classificada como branca pelo Casef e, no momento da entrevista, está há um ano cumprindo medida socioeducativa sem possibilidade de atividade externa pelo ato infracional de latrocínio. Antes da internação, residia em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre de 240 mil habitantes. Olívia fala muito devagar e estava sob a influência de calmantes no momento da entrevista.

Pergunto por onde deseja começar a contar sua história, e Olívia inicia, sem hesitar, contando que nasceu em uma “vila pobre” e que seus pais sempre trabalharam para sustentá-la. Eles se separaram quando ela tinha quatro anos, e Olívia ficou morando com a mãe, que desenvolveu depressão após o fim do casamento. “Eu era bem pequena, não sabia o que fazer. Tive uma infância bem difícil, bem conturbada... rebelde. Eu brigava bastante”, lembra.

Aos 11 anos, Olívia fugiu de casa e se casou com um homem de 20 anos. As famílias dos dois frequentavam a mesma igreja, local onde se conheceram. “É que eu queria fugir de casa”, Olívia explica, justificando a relação. “Eu fugi de casa porque houve um... um abuso. Eu fui abusada pelo meu irmão. Daí... eu não conseguia conviver com ele e fugi de casa”. O irmão tinha 18 anos na época do abuso sexual. A mãe não sabe do ocorrido – Olívia “nunca teve coragem” de contar.

Após a “fuga” de casa, a mãe de Olívia pediu ajuda ao Conselho Tutelar para que ela voltasse para casa. Ela voltou e morou com a mãe até os 16 anos. Nessa idade, se emancipou e casou oficialmente com o marido. Olívia conta que seu marido era “legal” quando o conheceu, mas que se tornou violento depois que se envolveu no tráfico de drogas. A partir de então, passou a agredi-la. Na quinta série, Olívia deixou de frequentar a escola porque os amigos de seu marido agrediam seus colegas: “Eu não podia ficar perto de ninguém. Daí eu preferi parar de estudar”. Fora da escola, Olívia passava os dias fazendo artesanato em casa, junto com sua sogra.

O casal chegou a se separar, durante um período. Ele casou com outra mulher e teve um filho. Aos 14 anos, Olívia reatou com o marido, e a ex-mulher dele deixou o filho do casal, de nove meses, com ela. “Ela largou o filho na minha porta, eu tive que criar, né”, explica. Pouco depois, o marido de Olívia foi preso. Ela precisou trabalhar em um supermercado para se sustentar, mas não conseguia conciliar o emprego com as visitas ao presídio. “Eu aguentei até onde eu pude”, conta. Ela hesita ao relatar o que aconteceu na sequência: “Aí, chegou um ponto... eu conheci um... um homem. Ele me dava tudo o que eu queria. Só pra mim... acompanhar ele. Era um senhor... 80 e poucos anos já”.

Com o dinheiro que recebia desse homem, Olívia pagava as contas e sustentava o enteado, que considera seu filho. Ela diz que o homem gostava de “ostentar” e dizer que tinha uma esposa jovem, por isso a pagava para ir com ele a jantares. Companheiros de tráfico do marido de Olívia, então encarcerado, descobriram que ela estava envolvida com esse homem e a obrigaram a ajudá-los a assaltá-lo. “Só que... eles me disseram que eles não iam machucar ele, né. E... chegou na hora, eles mataram ele, e eu acabei aqui como cúmplice”, conta. Olívia tinha 17 anos quando o evento ocorreu.

Os homens a ameaçaram dizendo que, se ela não ajudasse no assalto, contariam para seu marido sobre a relação de Olívia com o idoso, e ele mandaria matá-la. Olívia relata com detalhes o ocorrido:

Tipo, eu ia ser a vítima também. Eles iam pegar o carro, e eu ia fingir que não sabia e que era vítima do assalto. E foi o que eles fizeram, eu fiquei como vítima, só que eles acharam que ele tinha percebido e resolveram matar ele. Aí... Foi a pior coisa, eu fiquei... ahm... a hora que eu vi ele, assim. Me deu um negócio. Parecia que tinha uma coisa entalada na minha garganta. Eu fiquei o dia inteiro ruim. E depois eles voltaram pra pôr fogo no corpo. Foi horrível.

Com exceção de Olívia, todos os autores do crime eram maiores de idade e foram presos. O marido de Olívia descobriu o ocorrido e ameaçou matá-la. “Primeiro ele ficou dizendo que

ia fazer e acontecer. Depois ele disse: ‘Tu foi minha primeira mulher, e tudo o que tu fez por mim, nenhuma outra vai fazer’. Daí a gente resolveu ficar amigos”, conta.

No momento da entrevista, a mãe de Olívia tem a guarda de seu enteado. Olívia tem com ele uma relação de mãe e filho. Quando o bebê foi deixado em sua porta, ela lembra que não sabia o que fazer. Sua mãe a ensinou a cuidar dele. Para ela, o momento mais feliz da sua vida foi quando percebeu que Deus havia lhe enviado o menino como um filho: “Que eu ia ter que aceitar, que era um presente. Foi no dia que ele me chamou de ‘mamãe’ pela primeira vez. Foi maravilhoso”.

Olívia experimentou momentos difíceis na internação. “Dá vontade de sair correndo... tu pensa em qualquer coisinha, qualquer festinha, tem vontade de sair correndo. Não tem como”. Por outro lado, ela entende que sua passagem pelo sistema de justiça foi positiva porque “reuniu” sua família: ela voltou a falar com o irmão. Ele a pediu desculpas e ela o desculpou. “O meu irmão é tudo pra mim. Eu acho que... eu ainda vou ser muito feliz com o meu irmão. Ele tem planos pra gente”.

Olívia tem uma narrativa que se assemelha às trajetórias de mulheres criminalizadas observadas por pesquisadores do norte global. Chesney-Lind e Sheldon (2004), por exemplo, elencam a vitimização pelo estupro como um importante fator generificado que coloca meninas em situações de criminalidade. Adolescentes criminalizadas com frequência relatam terem fugido de casa para evitar abusos sexuais no âmbito doméstico, e veem-se diante de poucas escolhas para sobreviver na rua – entre elas o cometimento de crimes e/ou o envolvimento com homens que possam sustentá-las. A vulnerabilidade experienciada por meninas que fugiram de casa as colocam em situações de maior propensão à violência doméstica, criando um fenômeno chamado por Richie de “prisão de gênero”, por meio do qual os caminhos para a criminalidade das mulheres são moldados por suas experiências de vitimização no âmbito da família de origem e nas relações românticas (1996 apud KRUTTSCHNITT; LOPEZ, 2010, p. 360).

Ao organizar sua narrativa, Olívia conecta com clareza os eventos que a levaram a participar do assassinato: o estupro, o casamento infantil para escapar do convívio em família, a violência doméstica do marido, as necessidades econômicas que a levaram a se relacionar com a vítima, as ameaças dos companheiros do marido. Ela significa seu envolvimento por dinheiro com o idoso como um último recurso e, antes de narrar a relação, enumera tudo o que fez para manter-se fiel ao marido: arranjou um trabalho para se sustentar, criou seu filho, comparecia às visitas na prisão. Antes de falar da “infidelidade”, justifica-se dizendo que “aguentou até onde pôde”. Nesse sentido, Olívia se descreve como uma esposa dedicada.

No que se refere ao ato infracional no qual se envolveu, Olívia não entende que teve qualquer ingerência sobre o ocorrido. Ela descreve sua total abjeção à violência cometida contra o homem: “Me deu um negócio. Parecia que tinha uma coisa entalada na minha garganta. Eu fiquei o dia inteiro ruim”. Interessantemente, Olívia não concebe seu encarceramento como “injusto”, embora não tenha tido intenção de matar a vítima, nem a chance optar por não participar do assalto. Em seu relato, ela encontra redenção em um retorno à família: tanto no cuidado do filho quando na reconciliação com o irmão. Assim, na narrativa de Olívia, a feminilidade é incoerente com o cometimento da violência física. No entanto, essa feminilidade é *motivo* para seu envolvimento no ato, a partir de uma série de vitimizações diante de violências masculinas (o estupro do irmão, a violência doméstica do marido, as ameaças dos traficantes), e, simultaneamente, é algo que a torna *responsável* pelo ato infracional pelo qual responde, uma vez que não entende seu encarceramento como injusto.

5.4. OS PERIGOS DA CASA: (AUTO)DEFESA NA ESFERA DOMÉSTICA

For a woman to be brutally or systematically assaulted she must usually enter our most sacred institution, the family. It is within marriage that a woman is most likely to be slapped and shoved about, severely assaulted, killed or raped (DOBASH; DOBASH, 1979, p. 75).

Na maioria das narrativas coletadas, os atos de violência cometidos pelas meninas foram praticados no espaço da “rua” – palavra que, mais do que denotar um *lugar*, refere-se a um conjunto de práticas e sociabilidades próprio do “mundo do crime” (FELTRAN, 2008), conforme se verá na conclusão deste trabalho. Nos depoimentos das meninas, o espaço doméstico é, em geral, o espaço da vitimização pela violência intrafamiliar, mas não do *cometimento* de violência. Esse não é o caso, porém, das narrativas de Ana e de Luísa. Seus relatos são exemplos de outra espécie de “crime de sobrevivência” (CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2003): aquele cometido como revide à violência doméstica ou intrafamiliar.

5.4.1 “Um dia não deu mais”: Cuidado e responsabilização na história de Ana

Ana tem 16 anos. Classificada como branca pelo Casef, ela é pequena e magra, fala baixo e delicadamente. No momento da entrevista, está grávida de nove meses³², fato que descobriu ao ser internada, seis meses antes. Antes da internação, Ana morava com a mãe, de 49 anos, o marido, de 20 anos, e o primeiro filho, de um ano e sete meses, em uma cidade do

³² Devido à gravidez, Ana reside no Berçário do Casef-RS.

noroeste do Rio Grande do Sul de aproximadamente 80 mil habitantes. No momento da entrevista, sua mãe e seu marido estão encarcerados e aguardam julgamento pelo mesmo homicídio que Ana cumpre medida socioeducativa. Ela está na oitava série do Ensino Fundamental – aos 14 anos, precisou abandonar a escola devido à primeira gravidez, esta indesejada, fruto de um “namoro de colégio”. O segundo filho foi desejado por seu marido e “mais ou menos” planejado por ela. Sua mãe é empregada doméstica e seu marido, servente de pedreiro. Antes da internação, Ana trabalhava como cuidadora de uma idosa.

Começa perguntando se ela gostaria de contar por que está ali ou começar me contando de sua família. Ana responde que não há problema para ela em falar sobre isso, pois todos sabem o que ela fez, “saiu em tudo que é jornal”. Ela responde abertamente e já emenda sua justificativa: “Eu ajudei a matar meu pai. Por ele ser agressivo”. Ana segue afirmando que não teve 100% de participação, mas “90%”. Cinco pessoas participaram do ato: ela, seu marido, sua mãe e dois adolescentes “que entraram meio sem querer”.

Ana demonstra não ter nenhuma restrição em contar sua história, mas não busca desenvolver a narrativa sozinha. Eu pergunto, então, sobre sua infância: “Por parte da minha mãe, foi perfeita, eu tinha tudo o que eu queria. Tinha atenção, tinha tudo. Mas da parte dele eu não tinha nada”. Aqui, Ana estabelece outra característica negativa de seu pai: além de agressivo, ele não lhe dava atenção. Explicitamente, no entanto, ela não utiliza a falta de carinho do pai como justificativa para o homicídio, apenas suas atitudes violentas. O relato da falta de atenção (“era a mesma coisa que não ter pai”) parece ser empregado para estabelecer sua distância emocional do pai – o que possibilita o desenvolvimento de uma narrativa pouco ambígua e contraditória. De fato, Ana não demonstra nenhum conflito emocional ao narrar o caso.

A adolescente esclarece que seus pais não eram casados e que ele ia a sua casa apenas uma vez por semana. Segundo Ana, ele era um homem agressivo e “tinha interesse” em sua irmã mais velha por parte de mãe, que morou com ela até se casar. Assim, as agressões contra a mãe e a irmã começaram quando esta não aceitou as investidas dele. Esse é o momento em que Ana demarca o sentimento de raiva que nutria pelo pai:

E dali eu fui criando rancor, raiva dele. Daí chegou um dia que a minha mãe falou que ele estava ameaçando ela... que daí eu falei que eu não ia mais aceitar aquilo dentro de casa.

A ideia de um “ponto final”, um momento a partir do qual não há mais saída, está sempre presente na narrativa de Ana, caracterizado como o momento em que o pai passou a ameaçar sua mãe de morte. Ela é categórica ao dizer que “não vai mais aceitar” a violência dentro de sua

casa. Assim, Ana toma para si a responsabilidade pelo bem-estar da mãe e inscreve a si mesma, na narrativa, como protagonista inegável do homicídio. Ademais, sua recusa em aceitar, naturalizar ou racionalizar a violência sofrida pela mãe e pela irmã é um dos pontos chave de sua narrativa e um elemento que a distingue de algumas outras entrevistadas, como Helena (que recusa para si a violência masculina, mas a naturaliza quando a vítima é sua mãe).

Ana segue narrando o processo do homicídio sem que seja necessária uma intervenção minha. Em um dia que o pai foi a sua casa, sua mãe deu a ele um remédio para dormir. A seguir, ela saiu de casa, levando o primeiro filho de Ana, e o crime ocorreu conforme planejado:

Meu marido e o amigo dele foram para o quarto... daí meu marido deu cinco facadas na barriga do meu pai, o amigo dele deu cinco no pescoço, eles tiraram o corpo de dentro de casa. E daí foi onde eu entrei [...] dentro de casa e fui limpar tudo.

Dois elementos são interessantes nesse relato. Primeiro, o fato de que Ana narra a violência explicitamente, inserindo-se no ato, mesmo que ela não estivesse presente: o *seu* marido esfaqueou o *seu* pai, e ela descreve o processo minuciosamente. Embora essa seja uma construção frasal simples, até óbvia, é necessário ressaltar que ela não é comum em entrevistas desse tipo. Pesquisadores que trabalham com narrativas de violência afirmam que, com frequência, indivíduos criminalizados por agressões tentam, discursivamente, afastar-se do crime, utilizando frases genéricas, pouco detalhadas, descontextualizadas ou em voz passiva (PRESSER, 2008). Isso ocorre em diversas entrevistas coletadas durante a pesquisa (como a de Juliana, por exemplo, na seção 5.2), mas nunca no depoimento de Ana. Um segundo elemento importante é que Ana escolhe dizer que teve “90%” de participação no homicídio, embora sua contribuição tenha sido apenas planejar e limpar a cena do crime.

Depois de narrar o homicídio, Ana reflete sobre a personalidade do pai, contando que, “quando queria”, ele era um homem legal e até a levava para passear a cavalo. “Só que, quando queria, também ia lá em casa e tocava fogo em tudo”. Ela ainda pondera que ele não bebia nem fumava e conclui que ele era “daquele jeito porque queria mesmo”. Aqui percebemos mais uma característica da narrativa de Ana: a atribuição constante de responsabilidade, tanto ao pai, que era agressivo “porque queria”, quanto a ela própria, que foi, em sua concepção, protagonista do homicídio.

Nesse momento, a primeira entrevista com Ana foi interrompida e precisei retomá-la dois dias depois. Na segunda conversa, pergunto diretamente se seu pai a agredia, visto que ela não havia comentado nada sobre isso até então. A resposta foi negativa:

Ele dizia que se ele batesse nos filhos dele, eles iam ficar com ódio. Só que pra mim,

ele batendo na minha mãe já resolvia tudo. Eu não *[era agredida]*, mas de que adiantava? Então batesse em mim e não batesse nela.

Aqui Ana se demonstra empática e disposta a realizar sacrifícios pela mãe, inclusive sofrer violência em seu lugar. Pergunto se ela e a mãe pediram ajuda à polícia, e Ana responde que, como moravam em uma cidade pequena, havia muitos conhecidos de seu pai na instituição: “Ele tinha irmão na polícia... Eles *[a polícia]* chegavam lá em casa e dizia ‘para que tu quer te incomodar, não vale a pena’. Daí um dia... não deu mais.”

Pergunto se essa é sua primeira passagem pelo sistema socioeducativo, e Ana afirma que sim. Para ilustrar a ideia de que “sempre foi uma guria muito boa”, conta que sempre escutou sua mãe. A escolha da construção “sempre fui” é relevante, pois demonstra que Ana ainda se considera, no momento da entrevista, moralmente boa. Essa escolha é diferente da maioria das demais entrevistadas, que falam de suas qualidades no passado (“eu *era...*”) e no futuro (“quando sair daqui, *vou ser...*”), mas raramente no presente.

Ana conta que amigos e familiares sabiam da violência que ocorria em sua casa, e completa: “Por isso que quando eu vim para cá eles não deixaram de falar comigo, porque eles sabiam que eu tinha um porquê, não foi uma coisa assim: ‘ah eu vou ajudar a matar o meu pai’. Foi uma coisa que não dava mais mesmo”. Nessa narrativa, sua participação no homicídio do pai foi moralmente justificada, tanto que seus amigos não a reprovam. Ela contrasta a seriedade de “ter um porquê” – no seu caso, a violência contra a mãe – com a noção de um ato fútil, leviano, que ilustra simulando uma frase de alguém que teve uma ideia para sair do tédio (“ah, eu vou ajudar a matar o meu pai”).

Perguntei se algo de específico aconteceu para que ela decidisse que não poderia mais tolerar a violência do pai. Ela narrou:

Ele era assim, ó: tinha sete mulheres. Daí os amigos dele gostavam de ter relação com uma dessas mulheres, com ele olhando. Bem coisa de louco. E ele deixava. Aí ele fez essa proposta pra minha mãe. E daí... ele era daqueles homens que “não” não existia na lista dele, no caso, tu falar não pra ele... não existe. Daí eu falei que não dava mais, que era a gota d’água, que aquilo eu não ia aceitar.

Embora Ana não fale a palavra “estupro”, posso concluir que o que fez com que ela decidisse articular o homicídio do pai foi uma ameaça de estupro coletivo a sua mãe. Assim, ela resume o homicídio como um ato fruto da escolha entre a vida da mãe e a vida do pai (para ela, uma escolha óbvia): “Então vai ele e não vai ela.”

O que podemos apreender do esquema de percepções e representações de Ana sobre gênero e violência? Três elementos são fundamentais em sua narrativa: (i) a recusa à naturalização e à aceitação da violência doméstica e sexual; (ii) a atribuição de

responsabilidade, sem negociações ou neutralização de culpa, a todos os envolvidos, do pai agressivo a ela própria, protagonista do homicídio; (iii) a manutenção de uma feminilidade moral e coerente diante do ato violento.

Os três elementos estão conectados. Ao estabelecer que a violência doméstica é inaceitável, algo de que apenas o agressor tem culpa, e não a vítima (a ausência total de culpabilização da mulher é pouco comum nas demais narrativas coletadas), Ana pode construir uma narrativa de homicídio na qual ela é a protagonista da violência, e ainda assim, permanece sendo uma “guria boa”. Daí podemos concluir que há, no contexto em que a adolescente vive, representações acerca de moralidade, violência e gênero que permitem a manutenção do *status* de boa mãe, boa filha e boa mulher, em geral, de Ana.

O ato infracional de Ana é o que alguns pesquisadores da área chamam de um crime considerado “tipicamente feminino” (MESSERCHMIDT, 1997), por seu caráter de revide à uma violência masculina. Justamente devido a essa característica, muitas vezes agressões desse tipo são consideradas atos de *resistência aos padrões de gênero*, conforme discutido previamente neste trabalho. Estaria Ana desafiando as normas de feminilidade ao planejar e auxiliar no homicídio do pai? Se partirmos do pressuposto que a feminilidade necessariamente estabelece a submissão à violência masculina, poderíamos dizer que sim. No entanto, outros elementos da feminilidade enfatizada, que não a submissão, estão presentes na narrativa da adolescente.

Interessa-me se a própria Ana concebe seu ato como resistência a sua condição como mulher – pois, a partir daí, podemos saber o que Ana entende como uma feminilidade coerente. De fato, ela *não* estabelece discursivamente nenhum antagonismo entre ser uma “guria boa” e ter cometido essa violência. Em sua narrativa, ela fez o que precisava ser feito – a *única* coisa que poderia ter sido feita. Sua identidade narrativa está mais profundamente vinculada a elementos como sacrifício (“batesse em mim e não nela”), responsabilidade coletiva e cuidado, que são disposições socialmente associadas à feminilidade.

5.4.2. “É uma cicatriz que nunca vai curar”: Autodefesa e culpa no relato de Luísa

Luísa tem 15 anos, foi classificada como “preta ou parda” pelo Casef e está há 35 dias internada provisoriamente, aguardando julgamento pelo ato infracional de homicídio. Ela fala pouco, pausadamente, e sua voz é baixa. Nasceu e reside em Porto Alegre com a mãe e os cinco irmãos. A mãe é gari, o pai é desempregado. Pergunto como ela gostaria de começar a contar sua história. Ela responde explicando porque chegou ao Casef:

Eu vim para cá porque eu estava em uma situação difícil, entrei em uma discussão com meu primo, aí meu primo pegou duas facas para vir para cima de mim. Eu estava com um revólver, daí pra me defender eu dei um disparo e acabei matando ele. Fui me entregar no DECA [*Departamento Estadual da Criança e do Adolescente*] e vim pra cá.

Ao narrar o ato, Luísa já estabelece que não tinha intenções de tirar a vida do primo – ela “acabou matando” o rapaz. O primo de Luísa tinha 19 anos, era usuário de crack e vivia na rua. Ele havia sido expulso da casa da avó, onde Luísa morava com a família, pois vendia os móveis para comprar drogas. Os dois se davam bem – brigavam, mas também brincavam juntos. Ele a atacou porque “estava louco”, e ela conta que também estava “cheirada” (sob efeito de cocaína) quando atirou.

Antes da internação, Luísa morava com a mãe e com quatro irmãos na casa da avó. O pai é usuário de crack e não mora com a família. Ela reconta um histórico de agressão: “Ele agredia muito a minha mãe... agredia muito a gente. Nos obrigava a ir pedir com ele na rua”. Luísa e os irmãos ainda veem o pai de vez em quando, pois ele vive “sem paradeiro, de casa em casa” no bairro em que moram. Depois que as crianças cresceram, ele não as agrediu mais:

Agora, quando ele vem nos agredir, a gente que agride ele. Porque agora a gente cresceu, sabe se defender. Porque muitas vezes, quando a gente era pequeno, ele fez muito mal pra nós. A gente dormia, assim, e ele queria botar fogo embaixo da cama. Depois, quando era inverno, ele tocou um balde de água gelada em cima de nós, em cima da minha mãe, dos meus irmãos...

Devido aos abusos do pai e da situação da família (“Na casa da minha avó tinha muitos usuários de drogas, a gente apanhava, não podia ir para o colégio, ia sujo”), Luísa foi institucionalizada em um abrigo para menores aos 10 anos de idade. Durante três anos, morou em diferentes abrigos com os irmãos. Eles chegaram a fugir dos abrigos para ficar com a mãe, o que, na opinião de Luísa, levou o juiz a entender que eles gostariam de voltar para a casa. Assim, sua mãe recuperou a guarda dos filhos e ficou “muito feliz”. Luísa se sente culpada por prejudicar a felicidade recém conquistada da mãe com sua internação:

Aí minha mãe foi melhorando, arrumou uma casa, daí foi conquistando tudo, e foi quando ela ganhou nossa guarda. Agora eu estava fazendo coisa errada. Aí minha mãe perdeu tudo, porque queriam me matar... Aí minha mãe teve que sair de casa.

Os parentes do primo falecido estão a ameaçando de morte, motivo pelo qual sua mãe e seus irmãos precisaram se mudar de vizinhança. Luísa também se sente muito culpada pela morte do primo. Ela hesita– “não sei se devo te falar, mas faz parte né” – antes de contar que escuta e vê a alma dele no seu quarto, no Casef:

Eu vejo a alma dele, ouço ele falando “por que tu fez isso?”. Eu falo pra ele que não foi porque eu quis. E isso me machuca muito. Pra mim é uma cicatriz que... pra mim nunca vai curar. Não vai... é um machucado que jamais irá cicatrizar. [...] E eu nem acredito que isso podia ter acontecido. Eu não... pra mim eu não acredito. Eu às vezes eu penso: “Ai, é verdade”. Mas às vezes eu penso: “Não, é mentira, isso não aconteceu”. Pra mim às vezes cai a ficha e na mesma hora não cai. Porque eu não acredito que eu fiz isso.

A partir desse relato, percebemos o caráter traumático que o ato assumiu na memória de Luísa, um trauma do qual ela julga que nunca irá se recuperar. Ela narra um profundo distanciamento do ato, não sendo capaz de acreditar que *ela* cometeu essa violência contra o primo.

Há oito meses, Luísa namora com sua vizinha, que tem 22 anos. As duas eram amigas e Luísa às vezes cuidava das três filhas da moça. Apaixonaram-se “do nada”, Luísa conta sorrindo. Pergunto se ela namorou outras pessoas antes de conhecer a atual namorada. Ela responde que já teve “bastante” namorados, mas que “depois que fui abusada, pegada à força, não tive mais... vontade de me relacionar com homem. Não tive mais vontade de me entregar pra homem”. A partir daí, Luísa relata o estupro que sofreu aos onze anos de idade. Ela e sua irmã, na época com oito anos, caminhavam por uma avenida movimentada de Porto Alegre quando um carro parou ao lado delas. O motorista perguntou para onde as meninas estavam indo, e elas responderam que não tinham para onde ir, pois haviam fugido do abrigo.

Daí ele falou: “Vem pra cá que eu vou ajudar vocês”. Mas com uma cara de bem, sabe? Uma pessoa boa, assim, sabe. Daí nós subimos no carro, quando chegou na casa dele, ele trancou eu e a minha irmã e... primeiro ele... pegou a minha irmã, e depois ele me pegou. E trancou a porta pra ninguém fazer nada. Não dava nem pra gritar. E ele se embebedou e... foi uma coisa horrível. Eu já passei tantas coisas ruins na minha vida, que agora quando eu sair daqui eu pretendo sair daqui melhor...

Ela e a irmã conseguiram fugir do cativeiro onde foram mantidas pelo agressor. Elas foram até a casa da mãe, que chamou a polícia. A polícia prendeu o homem e Luísa precisou fazer o reconhecimento: “Eu não queria nem olhar porque já me doía assim, dentro de mim. Eu falei ‘é esse mesmo’ e saí da salinha chorando”, relembra. Luísa segue o relato do estupro que sofreu na infância com colocações sobre o que deseja fazer ao sair do Casef para “sair melhor” – cursos e estágios para poder trabalhar, “mudar a cabeça”, ajudar sua mãe e “não dar mais problema”.

Luísa se envolvia em assaltos, por isso carregava uma arma no momento da briga com o primo. Ela conta que não foi sempre assim: “Eu era uma menina assim, que tu olhava e falava: ‘ai que guria boa, ai que guria honesta’”. Para ilustrar isso, conta que sempre ajudou a mãe em casa com o trabalho doméstico: “Eu que cuidei de todos os meus irmãos. Eu fazia comida, dava

banho neles, limpava a casa...”. Foram as “más amizades” que fizeram com que a *guria honesta* que Luísa era ficasse no passado: “Eu conheci o mundo, conheci a rua, e foi aí que me perdi”.

Luísa fala muito pouco, então pergunto se ela consegue pensar em momentos importantes, felizes ou tristes, de sua vida. Ela hesita: “Eu acho que... não sei, mas... pra mim não tem momento feliz, só tem triste”. Luísa lamenta, principalmente, que prometeu para a mãe que “ia fazer tudo direitinho”, mas não conseguiu cumprir a promessa. Nesse sentido, a narrativa de Luísa é muito estruturada pela culpa. Apesar de relatar que não teve escolha ao cometer o assassinato do primo, ela argumenta que falhou em cumprir as promessas de “vida honesta” que fez à mãe. Ainda, Luísa vincula eventos em que sofreu violência, como o estupro na infância, a sua subsequente internação no Casef, embora objetivamente eles pareçam desconexos (“Passei tantas coisas ruins na minha vida, que agora quando eu sair daqui eu pretendo sair daqui melhor”).

Luísa não constrói para si a imagem de uma pessoa moralmente boa. Ela conta que *era* uma “guria honesta” quando se dedicava ao espaço doméstico, ajudando a mãe a cuidar dos irmãos. Tornou-se uma *guria ruim* quando saiu desse ambiente para o espaço público, o que a torna, nessa narrativa, *responsável* pelas “coisas terríveis” pelas quais passou, sejam elas intencionais (os assaltos) ou não (o estupro e o homicídio).

5.4.3. Guria boa, guria má: defesa e moralidade entre Ana e Luísa

Há muitas semelhanças nas narrativas de Ana e Luísa. As duas foram expostas à violência familiar (embora Luísa a tenha sofrido diretamente, e Ana a testemunhado) e utilizaram da violência física para defender a si ou aos outros. Pesquisando meninas que cometeram atos de violência na Escócia, Batchelor (2005) descobriu que essas adolescentes, com frequência, sentem raiva e apreensão diante de abusos familiares sofridos ou testemunhados por elas (2005, p. 367). Devido a esse sentimento, elas têm o ímpeto de proteger e cuidar de familiares vulneráveis, especialmente de mães e irmãs: “Elas viam como sua *responsabilidade pessoal* evitar que outras pessoas fossem feridas, e sentiam muita culpa e raiva quando eram incapazes de proteger outras desse destino” (BATCHELOR, 2005, p. 367).

Ana e Luísa parecem compartilhar desse sentimento de responsabilidade pessoal pelas mulheres de suas famílias. Ana em relação à mãe, por quem planejou o homicídio do pai. Luísa em relação à irmã mais nova, a quem não conseguiu proteger da violência sexual; e à mãe, que se recuperava de uma depressão causada pela violência doméstica e com quem Luísa “falhou” ao ser internada. Ambas as adolescentes descrevem situações nas quais não viam outra saída a

não ser recorrer à violência – Ana, no entanto, conduziu uma violência premeditada, enquanto Luísa reagiu imediatamente a um ataque contra sua vida.

Apesar das semelhanças, os sentidos que as adolescentes atribuem à violência cometida por elas são muito distintos. Ana não constrói um relato de culpa em relação ao ocorrido e entende-se moralmente legitimada. Ela é, e sempre foi, uma *guria boa*. Já Luísa sente-se culpada pelo ato cometido e, embora também não tivesse tido “escolha”, isso não é suficiente para redimi-la moralmente, como ocorre com Ana.

A diferença talvez esteja na maneira como as adolescentes narram suas trajetórias de vida como um *todo*, não apenas o fato violento. Ana sempre foi uma “guria boa” porque sempre obedeceu a mãe, não “saía muito” e não fazia “coisas erradas” – ou seja, sempre cumpriu seus papéis dentro do espaço doméstico e não se aventurou pela “rua”. Já Luísa não é uma “guria honesta” a partir do momento que se envolveu “com a rua” e as más companhias, e, portanto, não se apresenta como uma pessoa “merecedora” do ato de autodefesa que cometeu. Nesse sentido, o simples fato de um ato ser cometido em defesa de si ou de outros não é o suficiente para produzir uma narrativa moralmente justificada no caso das duas meninas. Há uma dicotomia entre “guria boa” e “guria ruim” que orienta o sentimento de culpa, legitimando Ana e condenando Luísa – e tal dicotomia é mediada pela entrada de Luísa na “rua”. A centralidade dessas duas categorias, a “casa” e a “rua”, será explorada a seguir, nas conclusões deste trabalho.

6. CONCLUSÕES

Busquei compreender, neste trabalho, como as representações sobre violência física e gênero se interseccionam nas narrativas de meninas em privação de liberdade que cometeram atos violentos. Procurei, assim, apreender os sentidos que as adolescentes atribuem à prática e à vitimização violenta, e de que modo elas entendem que essas experiências se relacionam com suas posições como mulheres nos espaços sociais pelos quais transitam. Após a análise detalhada de algumas narrativas, busco, neste momento, apresentar considerações gerais, que são comuns à maioria dos *habitus* narrativos observados.

Assim, apresento aqui o que compreendo como um *habitus narrativo compartilhado*, em maior ou menor medida, por todas as adolescentes. Trata-se do percurso narrativo da saída da *casa* após uma crise, da entrada *rua* e do retorno redentor à *casa*, caminho através do qual a relação entre gênero e violência se transforma devido às diferentes “regras do jogo” de cada espaço social.

6.1. O SILÊNCIO DA CLASSE

Antes de apresentar esse esquema de percepções coletivo, é importante tratar das ausências e dos silêncios observados nas narrativas. Primeiramente, observei que o silêncio explícito sobre questões econômicas permeia grande parte dos relatos. Apenas as narrativas das adolescentes envolvidas diretamente com o varejo do narcotráfico (Seção 5.1) apontam a necessidade e/ou o desejo por ganhos financeiros como motivação para o cometimento de violência. Ainda assim, mesmo entre elas, a centralidade de suas narrativas não está nas necessidades econômicas, e sim nas necessidades emocionais (chamar a atenção dos pais, ser melhor que os outros, etc.).

Nas demais narrativas, frases como “eu sempre tive tudo do bom e do melhor” e “nunca me faltou nada” são frequentes. No entanto, por meio de menções ao emprego (ou ao desemprego) dos familiares e, em casos mais extremos, à fome e à institucionalização em abrigos na infância (o caso de Helena e Luísa, entre outras), é possível acessar as condições materiais de vida das adolescentes. Os responsáveis pelas meninas – mães e avós, em sua maioria – são vendedores de mão de obra barata no setor de serviços, como faxineiras, diaristas,

cozinheiras, motoboys, operários da construção civil, trabalhadores rurais, vendedores ambulantes, etc. Não raro, as adolescentes relataram que suas mães são beneficiárias de programas de Assistência Social. Ademais, muitas meninas descreveram a experiência do trabalho infantil, tendo trabalhado principalmente como faxineiras, diaristas e cuidadoras de idosos – profissões generificadas e semelhantes às de suas mães.

Apesar dessa realidade de instabilidade empregatícia e financeira, necessidades econômicas não são elencadas como motivo para o cometimento de atos infracionais, nem estão presentes de modo geral nas narrativas. Conforme observou Misse (1999), esse fenômeno não é de todo incomum:

Se para você eu sou pobre, para mim pobre é quem é mais pobre do que eu. [...] A enorme desigualdade social [...] tende a produzir constantemente autopercepções de privação relativa que, por esse motivo, entram em contradição com a negação da pobreza como atributo da autoidentidade. A pobreza passa a ser equacionada, no refugio do valor negativo, com uma pobreza ainda maior, com a absoluta miséria e o movimento relacional do atributo tende a sempre descer na escala da estratificação inter-individual: sempre há pessoas mais pobres do que eu. Dessa contradição resulta uma disjunção, na autopercepção da identidade, entre privação relativa e pobreza como atributo social, que dificulta a utilização da “minha” pobreza como explicação da “minha” motivação em qualquer ação [...] (MISSE, 1999, p. 76).

O desejo de acesso a bens de consumo é apontado por muitos estudiosos da criminalidade juvenil como um dos motivos elencados por jovens para cometer atos ilícitos (ZALUAR, 2004, 2012). Além do mais, conforme Feltran, o dinheiro tornou-se “o único modo objetivo” de mediar relações e conflitos na periferia urbana (2010, p. 508). Assim, não coincidentemente, em narrativas de rapazes criminalizados, “a primeira imagem é a da sedução dos objetos de consumo e do poder da arma de fogo” (FELTRAN, 2008, p. 83).

Para as meninas entrevistadas, porém, o dinheiro parece ter pouco valor. Elas constroem narrativas cujo sentido está sempre centrado nas relações interpessoais e nas emoções, negativas e positivas, causadas por elas. Aqui, então, reside um fator distintivo do *habitus* narrativo compartilhado pela maioria das meninas: a centralidade dos afetos e das emoções, que se sobrepõem aos cálculos racionais e aos ganhos financeiros³³. O trajeto da *casa* para a *rua*

³³ Com isso não pretendo dizer que homens jovens se envolvem em mercados ilícitos apenas por ganhos materiais. Como apontou Pimenta (2014), rapazes envolvidos com atos criminosos podem buscar o respeito e o reconhecimento social que não lhes é “conferido na esfera familiar, tampouco na realização escolar ou no mérito acadêmico, e muito menos, na esfera do trabalho” a partir de expressões de violência, força e dominação de territórios (p. 724). Esses não são anseios de ordem financeira, mas emocional. Ainda assim, são diferentes das emoções apontadas pelas meninas: enquanto os rapazes buscam uma afirmação de si diante da coletividade, uma noção de “respeito” e de “honra”, as meninas entrevistadas por mim centram suas narrativas em relações interpessoais específicas.

narrado pelas adolescentes não é um processo de aquisição de bens e de poder, mas um processo de transformação nas *formas de se relacionar* – uma passagem da família de origem, na qual elas são filhas, às famílias de “escolha”, as quais elas integram como membros de um grupo de trabalho (no caso das “profissionais”) ou como namoradas ou esposas.

Ainda, o impacto da classe social no esquema de percepções das adolescentes pode ser observado em outro silêncio narrativo: a ausência da escola nos relatos coletados. Apenas *uma* adolescente (Ana, da Seção 5.4) abordou espontaneamente a vivência escolar, ao lamentar que seu pai não se importava com seu sucesso na escola. As demais adolescentes só falaram da escola quando explicitamente perguntadas, e nenhuma colocou a vivência escolar como particularmente relevante na narrativa de sua trajetória. Tal desfiliação institucional se relaciona com um fenômeno comum a todas as narrativas: a *presentificação*, ou seja, as práticas e representações sociais dominadas pela cotidianidade, “que se manifestam como um eterno agora” (SILVA; SILVA, 2005, p. 21). Conforme Bourdieu, “aqueles que não tem, como se costuma dizer, futuro, têm poucas possibilidades para formar o projeto individual de criar o seu futuro ou trabalhar no futuro coletivo” (1979 apud SILVA; SILVA, 2005, p. 21).

De fato, as adolescentes entrevistadas, com algumas exceções, não constroem narrativas que contenham aspirações em longo prazo. Ao elaborar seus motivos para o cometimento dos atos pelos quais cumprem medida, tampouco relatam que consideraram consequências ou ponderaram ganhos que não fossem imediatos. Assim, “o estreitamento das referências temporais inibe a possibilidade de trabalhar a utopia como elemento integrante da realidade” (SILVA; SILVA, 2005, p. 21), impedindo-as de construir projeções para o futuro. Essa *presentificação* têm como uma de suas consequências a dificuldade do investimento na escolarização (perceptível nesta pesquisa no fato de que todas as entrevistadas apresentavam seriação escolar atrasada, muitas delas relatando evasão escolar). Nesse sentido, o quadro observado por Campbell (1991), em pesquisa com meninas de ascendência hispânica integrantes de gangues em Nova Iorque, encontra ressonância nesta investigação:

Essas etnografias documentam o impacto da pobreza, do desemprego, da deterioração e da violência nas comunidades onde essas jovens vivem. As meninas compartilham com os rapazes do mesmo bairro a ausência de poder e de esperança da classe subalterna urbana. [...] Elas vivem em um ambiente que tem pouco a oferecer às meninas [...]. A possibilidade de uma carreira que não de “empregada doméstica” é praticamente inexistente. Muitas vêm de famílias vulneráveis mantidas por mães que sobrevivem de benefícios da Assistência Social. A maioria largou a escola e não tem habilidades passíveis de serem vendidas no mercado de trabalho (CHESNEY-LIND; JOE, 1998, p. 91).

6.2. DA CASA À RUA: O *HABITUS* NARRATIVO COMPARTILHADO PELAS ADOLESCENTES

A distinção entre espaço doméstico e espaço público está no cerne dos estudos de gênero desde a sua origem. As mulheres têm sido, nas sociedades capitalistas industriais do ocidente, historicamente relegadas ao trabalho não pago da esfera doméstica e, simultaneamente, têm tido sua entrada no espaço público impedida e/ou dificultada por imposições que vão das normas institucionais à violência física (CONNELL, 1987). A restrição das mulheres ao espaço doméstico não é homogênea nem totalizante, e se transformou ao longo do século XX e XXI com sua entrada no mercado de trabalho pago (MCNAY, 1999b). Ainda assim, o trabalho doméstico e reprodutivo, núcleo forte da distinção entre espaço doméstico e espaço público, ainda é tarefa majoritariamente feminina. Não por coincidência, a feminilidade enfatizada de Connell (1987) baseia-se nesse núcleo de atividades. Ademais, a distinção entre a *casa* e a *rua* é particularmente relevante em discussões sobre a sociedade brasileira:

Quando digo então que "casa" e "rua" são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DAMATTA, 1997, p. 15).

Diante dessa dupla relevância, não é de se surpreender que essa distinção seja tão fundamental nas narrativas das meninas criminalizadas. Ao contrário do que propõe DaMatta, no entanto, nas narrativas coletadas, a *rua* não é necessariamente o espaço da “letra dura da lei, da emoção disciplinada”, enquanto a *casa* é o lar dos discursos interpessoais, cuja “intensidade emocional é alta” (1997, p. 19). Para as adolescentes, ambos são, prioritariamente, espaços de relações pessoais com alta carga emocional. No entanto, as *regras do jogo* de cada “mundo” são diferentes e permitem que práticas e representações de gênero se transformem e se adequem conforme essas regras.

As narrativas, então, seguem um caminho comum (ver Figura 1): iniciam narrando o espaço da *casa*, a família de origem das adolescentes. Uma *crise* nesse ambiente leva-as para a *rua*, uma esfera totalmente separada, onde o espaço do que é possível – e preciso – fazer enquanto mulher se transforma. Na sequência, em um processo narrativo de redenção, as adolescentes expressam o desejo de retornar à *casa*. Na passagem da casa para a rua, as *regras*

do jogo de cada uma das três estruturas do regime de gênero – divisão sexual do trabalho, estrutura de poder e estrutura da catexia (CONNELL, 1987) – se transformam.

Figura 1 – Esquema do *habitus* narrativo compartilhado pelas adolescentes entrevistadas

As narrativas iniciam, em sua maioria, com descrições positivas da *casa*, o ambiente familiar das adolescentes. No que diz respeito às estruturas do regime de gênero, na *divisão sexual do trabalho*, as meninas relatam a realização do trabalho doméstico não pago, em geral o cuidado dos irmãos mais novos. Esse trabalho é significado de modo positivo, inclusive para indicar que elas eram, à época em que viviam sob o signo da *casa*, moralmente corretas – “gurias honestas”, como disse Luísa. Já a *estrutura de poder*, que orienta o lugar da violência, é significada a partir de um inegociável repúdio à violência física como modo de resolver conflitos no espaço doméstico. Quase nenhuma menina crê ser aceitável ou natural sofrer violência por parte de seus responsáveis. Elas relatam sentir mágoa e raiva de seus familiares quando são vitimadas dessa forma. Igualmente, a maioria das meninas repudia a violência sofrida pela mãe e pelas irmãs, e muitas tomam para si a responsabilidade de protegê-las da violência masculina (como Ana efetivamente fez, e outras profetizaram: “se ele [*o padrasto*] bater na minha mãe, eu mato ele”, ameaçou Ângela, internada por roubo). O cometimento de violência por parte delas, portanto, é aceitável e coerente com sua posição como menina dentro do espaço da *casa* apenas quando é empregado em uma prática de *cuidado*.

Em dado momento da narrativa, as meninas apresentam uma *crise* no espaço familiar que justifica sua saída para a *rua*, ou seja, sua “entrada no crime”. É interessante notar que essa ida para a *rua* está presente inclusive nas narrativas de “sobrevivência”, em que as meninas não

se consideram integrantes de nenhuma rede de criminalidade, como é o caso de Fátima (Seção 5.3). Essa crise pode ser (i) causada pelos próprios familiares, como é o caso da violência intrafamiliar (as agressões das mães de Gabriela e de Helena, a violência do pai de Luísa, o abuso sexual sofrido por Olívia, entre outros casos); (ii) imposta sobre as meninas de modo casual e/ou aleatório, principalmente devido à morte de um familiar (o caso de Samantha e de Mônica, cujo irmão foi assassinado pela polícia, entre outros); ou (iii) autoimposta pela narradora, devido a sua própria personalidade e a sua incapacidade de “se controlar” (o caso de Tamara, que “não tinha conserto”, e de muitas outras cujas narrativas não foram analisadas em detalhes). Em qualquer caso, a *crise* que propela as meninas para a *rua* parte de um percebido desequilíbrio da “economia de repressão” – a capacidade dos indivíduos de normalizar e controlar seus comportamentos, evitando o delito e a violência (MISSE, 1999) – seja por parte de seus familiares, que as agridem de modo considerado por elas ilegítimo, seja por parte delas mesmas, que “se descontrolam” emocionalmente.

A *rua* é significada de modo quase que inteiramente negativo por todas as adolescentes. Ela é o espaço da violência e das más companhias. Ela é, nesse sentido, o “mundo do crime”: o “conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem [...] em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2008, p. 31). Inclusive, muitas das meninas se referem à rua também como “o mundo”³⁴. No entanto, não se deve concluir que a rua seja o espaço da masculinidade. Ela é o espaço de um outro tipo de feminilidade – as regras do jogo se alteram, transformando também as condições de possibilidade para o cometimento de violência física enquanto menina.

Na *divisão sexual do trabalho* da rua, cabe a diferentes meninas papéis distintos: (i) a responsabilidade pela ordem prática do varejo do narcotráfico (logística, finanças), narrada pelas adolescentes da Seção 5.1; e (ii) o papel de *cuidadoras do tráfico*, relatado pela maioria das outras meninas, cuja relação com as redes de criminalidade é mais tangencial. Essas fornecem trabalho emocional e serviços sexuais aos homens envolvidos com o tráfico de drogas. São exemplos desse tipo de trabalho: a manutenção de relacionamentos amorosos, sexuais e matrimoniais com homens adultos envolvidos com “o crime”; realização de visita íntima em presídios; cuidado e manutenção da casa e dos filhos dos homens com os quais se

³⁴ É claro que não devemos perder de vista aqui o fato de que as adolescentes estão institucionalizadas no momento de sua narração, o que faz, em alguma medida, com que elas produzam relatos que acreditam ser moralmente redentores. Apresentar a rua como negativa é, em alguma medida, significar negativamente também os delitos cometidos – admitir um “erro”, portanto. No entanto, interessa-me o fato de que a rua é automaticamente relacionada ao mundo do crime. Em teoria, a “rua” – o espaço público – poderia aparecer em relatos sobre a escola, o mercado de trabalho, a Igreja ou qualquer outra instituição fora da esfera familiar. Mas isso não ocorre. O que existe, nessas narrativas, são apenas dois mundos: o da família e o do crime.

relacionam enquanto estes estão encarcerados; manutenção de contato telefônico constante com amantes encarcerados; entre outros.

No que diz respeito à *estrutura de poder*, na *rua* há uma multiplicidade de “ordens legítimas” (MISSE, 1999), ou seja, de condições em que a violência física é legitimamente empregada para resolver conflitos, principalmente quando esses conflitos se dão entre indivíduos do mesmo gênero. Se a violência doméstica e intrafamiliar é significada como ilegítima e atípica pelas adolescentes, a violência da *rua* – seja das redes de criminalidade, como do narcotráfico; seja das redes de sociabilidade, como as brigas em praças e bailes – é significada como um fenômeno habitual, nem positivo, nem negativo. Ela é um fato da vida, um processo do qual as meninas e seus pares participam, intrínseco a sua sociabilidade. A violência possível de ser cometida por homens e mulheres, no entanto, é significada de modo diferente. Aos rapazes cabe a violência extrema, os múltiplos homicídios, a tortura, a “crueldade”. Tais práticas são narradas como comuns e habituais, e, com frequência, percebidas com naturalidade pelas meninas.

No que diz respeito ao cometimento de violência por parte das próprias adolescentes, tal prática é, com frequência (embora não sempre), construída narrativamente como *coerente* com a manutenção da feminilidade no contexto da *rua*. Certas práticas violentas não fazem delas *menos mulheres*, tampouco são praticadas em resistência ou desacordo com suas percepções sobre o que cabe a uma menina fazer. Na *rua*, as regras do jogo da feminilidade são diferentes, e há outro *espaço dos possíveis* para o cometimento de violência. Esse espaço, contudo, é limitado. Os motivos para violência elencados como legítimos e coerentes com suas posições como mulher são: (i) como “profissionais”, a tomada de responsabilidade em uma situação de trabalho no narcotráfico; (ii) como “rivals” ou esposas, a manutenção das relações monogâmicas heterossexuais e/ou punição de meninas que interferem nesse contrato; e (iii) como “sobreviventes”, por necessidade imediata, autodefesa ou proteção de outros. Elementos como *crueldade*, *poder*, *ambição* e *gosto por matar*, percebidos por elas como motivos para os rapazes cometerem violência, não figuram, no *habitus* narrativo compartilhado pelas adolescentes, como motivações coerentes com suas identidades femininas.

Ainda, há uma terceira estrutura da ordem de gênero que só aparece nas narrativas das meninas a partir de sua “entrada” na rua: a *estrutura da catexia*, que organiza as relações afetivas e sexuais. Mais do que uma saída do espaço doméstico para o espaço público, a passagem da *casa* para a *rua* é significada por meio da iniciação nas práticas sexuais. Assim, a “receptividade sexual”, elemento chave da feminilidade enfatizada, é uma dimensão central da *rua*. Tal fato parece paradoxal, pois o romance é, em princípio, próprio da esfera doméstica,

local onde o papel de esposa é *performatado*. As meninas, inclusive, não falam sobre namoros, e sim sobre “casamentos”. Ainda assim, no *habitus* narrativo compartilhado por elas, a maioria de seus romances são relacionadas à esfera da rua, do crime e das “más companhias”.

Como observou Heidensohn, “as mulheres criminosas tendem a contar histórias de romance, e não de suspense” (1996, p. 14). De fato, a centralidade dos relacionamentos afetivos é marcante em quase todas as narrativas. Os envolvimento das meninas com homens (com frequência, significativamente mais velhos) são narrados como promessas de proteção e de felicidade – embora elas mesmas saibam que essas promessas não se cumprem, uma vez que esses romances não têm “final feliz” nessas narrativas. Tal associação ocorre em diferentes graus de articulação. Olívia, por exemplo, justifica explicitamente seu casamento aos 11 anos por meio de seu anseio de sair da casa onde morava com o irmão, que a estuprou. Helena, também casada aos 11 anos, não explicita seu desejo de sair de casa como motivo para seu casamento, mas ao construir a imagem de seu marido, o opõe constantemente a tudo de negativo representado por sua mãe, de quem gostaria de fugir. Outra entrevistada, Ângela, trazia na pele a importância de seu relacionamento afetivo: durante a internação, escreveu com uma lâmina de plástico nas costas da mão o nome do marido – 20 anos mais velho do que ela e encarcerado no momento da entrevista – por quem espera se emancipar judicialmente para poder visitá-lo, e com quem sonha em constituir família assim que sair do Casef.

Namorados e maridos são, inicialmente, personagens *positivos* nas narrativas das adolescentes, no sentido de que são associados a emoções como felicidade, plenitude, segurança, etc. Mesmo a violência física cometida por eles contra as meninas, mencionada em algumas das narrativas (embora não na maioria), é narrada de modo mais ambíguo do que a violência familiar – esta, inaceitável. Essa violência entre parceiros sexuais, conceituada como “briga”, é percebida como recíproca, um embate igualitário entre as meninas e seus companheiros. Ainda, é possível perceber uma experiência de hiper-vigilância comum à maioria das narrativas de meninas envolvidas com rapazes integrados a redes de criminalidade, ilustrada em seu limite pelo relato de Tamara, que passava “24 horas por dia” ao telefone com o marido, então encarcerado. Tal experiência é narrada como negativa por algumas meninas (como a própria Tamara), mas percebida como natural pela maioria delas.

Apesar dessa valorização inicial dos relacionamentos, as meninas parecem sentir que a fé que depositam em seus amantes é mais uma fantasia do que uma *realidade* com a qual podem contar. Isso porque, ao terminarem seu percurso narrativo de redenção, todas relatam o desejo de retornar à *casa*, e não aos relacionamentos construídos na rua. É a família de origem,

principalmente significada sob a figura da mãe, que garante a segurança e o recomeço de uma “nova vida”. Nesse momento final, os homens perdem o espaço e a importância que tinham na esfera da *rua*. Isso pode ser compreensível diante do fato de que são poucos os relacionamentos afetivos que sobrevivem à institucionalização das adolescentes – a maioria delas não acredita que seus namorados e maridos estão “esperando” por elas³⁵. Nesse sentido, a *rua* também é o espaço da solidão.

Para as meninas que são mães (sete das 22 entrevistadas), a redenção moral é significada também por meio da dedicação à maternidade. Nesse momento, a *presentificação* das narrativas das meninas é ao mesmo tempo reforçada e rompida. Como mães, sua “juventude” – ou mesmo, sua “vida” – terminou, e as esperanças residem apenas no futuro dos filhos. Como ilustrou Débora, de 13 anos, que descobriu que estava grávida durante a internação: “Eu vou dar para ele o futuro que eu não tive”. Ainda, a prática da maternidade deve ser realizada no espaço da *casa* – as adolescentes desejam retornar à casa da mãe para poderem, elas mesmas, ser mães melhores. Os pais dos filhos têm pouco ou nenhum lugar nesse processo. O entendimento de que elas estão completamente sozinhas, de que não podem contar com ninguém, apenas com suas mães, é presente na grande maioria dos relatos. Todas as meninas acreditam que, ao fim e ao cabo, “amor só de mãe” – como diz a inscrição tatuada no braço de Luísa.

6.3. O MUNDO DAS MULHERES

Ser mulher, explicavam, era como ter o trabalho todo do que respeita à humanidade. Que os homens eram para tarefas avulsas, umas participações quase nenhuma. Serviam para quase nada. Como se fossem traves de madeira que se usavam momentaneamente para segurar um teto que ameaçasse cair.

A Desumanização, valter hugo mãe

Há ainda um outro elemento que atravessa a totalidade do *habitus* narrativo das adolescentes, presente tanto nos relatos sobre a *rua* quanto naqueles sobre a *casa*. É o fato de que, embora as narrativas por vezes centrem-se em figuras masculinas (os homens são objeto de desejo ou de medo), as interações nessas histórias são sempre entre mulheres. As meninas refletem quase que exclusivamente sobre as práticas femininas, delas e das mulheres próximas a elas. Essas são práticas que demandam explicações, que são capazes de ser negociadas, que existem em *relação* a outros fenômenos. Já as ações dos homens, tragam elas consequências positivas ou negativas, são *dadas*: naturais, inquestionadas, inegociáveis.

³⁵ De fato, não constatei a presença de muitos homens nos dias de visita em que estive no Casef.

No que se refere ao testemunho de violência doméstica, por exemplo, as adolescentes não levantam questionamentos sobre por que homens cometem essa prática. No entanto, elas se questionam por que as mães ou irmãs decidem permanecer com seus abusadores, ou por que decidem reagir. Um exemplo é o relato de Sônia³⁶, que, ao contar que seu padrasto a estuprava, se perguntou: “Eu não entendo como a minha mãe aceitava aquilo”. Sônia poderia, em teoria, se perguntar o porquê de seu padrasto agredi-la dessa forma. Contudo, não é esse o questionamento que ela escolhe fazer em relação ao estupro que sofreu. Ela se pergunta sobre a resposta de sua mãe *diante* da violência. Nesse sentido, a violência masculina é significada como algo dado, contra o qual resta às mulheres reagir (ou aceitar).

Outro exemplo são as narrativas sobre monogamia sexual, exploradas na Seção 5.2 deste trabalho. Em todas elas, a infidelidade masculina é um fato em torno do qual cabe às mulheres se organizarem. Os contratos monogâmicos não são entre as meninas e seus cônjuges, e sim entre as meninas e suas amigas e conhecidas: cabe a cada mulher não romper com o contrato, evitando se envolver com os cônjuges das demais. Uma vez que o envolvimento ocorre, o foco da reflexão sobre esse fato recai sobre a menina que rompeu o contrato, não sobre o homem – para quem, na verdade, não há contrato nenhum. A narrativa de Juliana explicita isso. Quando seu namorado a traiu com Viviane (a quem Juliana veio a matar em uma briga), é à menina que ela pergunta: “Porque tu fez isso comigo?”. Parece haver mais em jogo neste fenômeno do que apenas a culpabilização de outras mulheres. Enquanto certamente essa questão também está em jogo – afinal, a *culpa* é uma das maiores disposições femininas, e sentimento presente em muitas narrativas –, o que parece é que as adolescentes concebem os homens como agentes sociais profundamente *desvinculados* delas, apesar de nutrirem por eles sentimentos afetivos intensos (com frequência, os mais intensos).

Não há, no *habitus* narrativo compartilhado pelas meninas, a percepção de uma possibilidade de diálogo e de negociação com figuras masculinas: os homens farão o que eles farão, com pouca ou nenhuma influência das mulheres sobre suas ações. Ademais, as práticas das mulheres que protagonizam as narrativas são sempre *reativas* ou *retributivas*, nunca dialógicas. Cabe a elas fugir da violência, reagir à violência, vingar-se da traição de um amante traindo-o também, agredir meninas que se envolveram com eles, etc. Há, portanto, uma diferença entre as concepções sobre violência masculina e violência feminina nas narrativas. A violência dos homens ocorre independentemente de qualquer negociação, e as adolescentes não

³⁶ Sônia tem 17 anos e cumpre medida socioeducativa por tentativa de homicídio, pois esfaqueou seu irmão mais velho durante o que ela considera ter sido um “surto”.

refletem *sobre ela*, e sim sobre possíveis reações a ela. Já a violência feminina é uma prática ponderada, compreensível, *uma possibilidade entre outras*, analisada reflexivamente. Esse é o caso não apenas da violência cometida pelas próprias meninas, mas também a cometida por suas mães. Helena, por exemplo, reflete sobre as origens do comportamento violento da mãe (e conclui que este se originou da vitimização pela violência intrafamiliar), mas em nenhum momento se questiona sobre o comportamento do pai e do padrasto, que abusavam de sua mãe.

6.4. “TIRAI-ME O SEXO”? VIOLÊNCIA, RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO DA FEMINILIDADE

Neste momento final, cabe retornar ao dilema teórico do campo dos estudos da criminalidade feminina exposto no segundo capítulo deste trabalho. As adolescentes significam suas práticas violentas como atos de resistência às normas tradicionais de gênero? As meninas cometem violência *enquanto mulheres*, ou contra essa condição? E ainda, poderia a passagem narrativa da *casa* para a *rua* ser entendida como um processo de resistência às normas da feminilidade enfatizada?

Conforme abordado no Capítulo 3, sociólogas feministas argumentam que a entrada das mulheres na esfera pública causa um desencontro entre *habitus* e campo que poderia levar à reflexividade e, portanto, à resistência e à transformação *consciente* do regime de gênero (ADKINS, 2005b, p. 198). Há debates teóricos sobre se subculturas criminais podem ser consideradas um campo no sentido bourdieusiano do termo (JENSEN, 2006; MCLEOD, 2005). No entanto, para esta pesquisa, se a *rua* – ou o “mundo do crime” – é ou não um campo interessa menos do que o fato de que, narrativamente, as adolescentes constroem a *rua* como uma esfera social autônoma e com regras próprias, com um “sentido do jogo” próprio. Assim, para fins desta pesquisa, acredito ser pertinente dialogar com o debate sobre *habitus* e campo trazido por essas pesquisadoras.

McNay (1999b), embora seja crítica às teorias que enfatizam a intencionalidade das transformações sociais, acredita que, na modernidade tardia, estamos diante de um processo de *destraditionalização* do gênero causado pela transposição do *habitus* feminino para diferentes campos de ação, aos quais as mulheres não tinham acesso anteriormente (ADKINS, 2004b, p. 199). Tal processo de se expressaria a partir (i) da maior entrada das mulheres no mercado de trabalho pago, (ii) do aumento do poder de negociação das mulheres no que diz respeito ao casamento e ao trabalho doméstico, (iii) da crescente individualização das biografias femininas

(MCNAY, 1999b). A autora sugere que transformações recentes nas noções convencionais de masculinidade e de feminilidade partem de um processo de “negociação de discrepâncias entre indivíduos em seus movimentos dentro e através de diferentes campos de ação” (MCNAY, 1999b).

Em diálogo com McNay, Adkins propõe que o que está em jogo na modernidade tardia não é uma liberdade do gênero, mas uma *reconstrução* das categorias sociais do gênero. Para Adkins, a passagem do *habitus* feminino da esfera doméstica à esfera pública produz não um desmantelamento do regime de gênero, mas uma *reinscrição* das normas tradicionais do gênero, ou uma transformação nas condições de reprodução dessas normas de modo “novo, mas também antigo” (MCLEOD, 2005, p. 23). Ela chama esse processo de *retradicionização*. Ainda, diante da entrada das mulheres na esfera pública, certos arranjos de gênero podem se tornar ainda mais fortemente incorporados ou manifestos nas práticas sociais. A entrada no mercado de trabalho pago, por exemplo, não libertou as mulheres do fardo das responsabilidades emocionais e tornou mais difícil seus processos de individualização, uma vez que viver uma biografia individualizada (“ter a própria vida”) entra em conflito com as expectativas de cuidado atribuídas às mulheres (ADKINS, 2008b, p. 198).

À primeira vista, a relação das adolescentes com o “mundo do crime” parece se adequar aos três elementos centrais do processo de *destradicionização* do gênero apontado por McNay, e ir ainda mais longe. Afinal, há transgressão maior e mais definitiva para uma mulher do que a violência física? No entanto, um olhar mais atento ao *habitus* narrativo compartilhado das meninas leva-me a concluir que estamos mais diante da *retradicionização* de Adkins do que do fenômeno proposto por McNay.

No que diz respeito à entrada das mulheres no mercado de trabalho, tal processo não parece novidade para as meninas entrevistadas, cujas mães trabalham fora e esperam que elas também o façam. Muitas meninas, inclusive, desde a infância participam do mercado de trabalho pago, em profissões semelhantes às de suas mães. Elas não localizam qualquer sentido de emancipação ou de esperança nessa interação com o mercado de trabalho, e algumas buscam a *rua* também para escapar dele – como fez Gabriela, que trabalhava com a mãe desde os 11 anos.

Ainda, apesar de darem centralidade aos relacionamentos românticos em suas narrativas, não é possível dizer que as meninas detêm um “poder de negociação” no que diz respeito ao casamento e às relações afetivas. Não porque elas são obrigadas pela família a se

relacionarem com rapazes³⁷, mas porque condições familiares as propõem a buscar no casamento recursos materiais e simbólicos para sobreviver. Ademais, elas não narram qualquer capacidade de negociar os papéis referentes ao trabalho doméstico e reprodutivo com os cônjuges.

Essas constatações nos levam à questão da *individualização*, fenômeno presente também nos debates sobre aumento da violência letal no Brasil, conforme abordados no Capítulo 1. Feltran (2008, p. 28), argumenta que rapazes criminalizados com frequência vivenciam uma individualização extrema, causada pelo rompimento de todos os laços, que os leva a um momento em que “não há mais o que se perder”. É possível dizer o mesmo sobre as adolescentes que entrevistei? Parece-me que não. No percurso narrativo das meninas, não ocorre uma individualização, e sim uma passagem da esfera da família para a esfera de sociabilidade das relações românticas e/ou profissionais (no caso das envolvidas com o varejo do tráfico de drogas). Nenhuma menina relatou tamanha *desistência* diante da vida, como observado por Feltran em relação aos jovens criminalizados. Há, para elas, sempre motivos para viver – e para escapar do “mundo do crime”. Isso talvez se dê porque os meninos só têm uma família, a de nascença, e quando saem da casa para a rua, a narrativa familiar cessa. Já as meninas têm duas: a de nascença e a que formam com o marido e os filhos. Elas passam de *filhas* a *esposas*. Assim, como já foi dito, suas narrativas são sempre relacionais, mesmo as daquelas imersas no “mundo do crime”, porque elas raramente vivem uma existência individual. Nesse sentido, o trabalho de cuidado exigido delas não cessa com sua entrada na *rua*, apenas se transforma.

Com essa reflexão, busco argumentar que, no percurso narrativo das adolescentes autoras de atos violentos, não há uma negação da “feminilidade enfatizada”, mas uma transformação nas condições de reprodução desta. O núcleo forte da feminilidade enfatizada, do qual emanam todas as suas subseqüentes normas, consiste na imposição da receptividade sexual para as mulheres mais novas e do trabalho doméstico e reprodutivo para as mulheres mais velhas. Se para Connell os dois elementos sofrem uma divisão geracional, no *habitus* narrativo compartilhado pelas meninas, esta é uma divisão de espaço social. A *rua* é o espaço da receptividade sexual, de suas regras e de suas consequências. As regras da *rua*, por exemplo, permitem – e às vezes exigem – que uma menina mantenha sua identidade feminina intacta ao praticar atos de violência extrema, *se* esses atos forem praticados em defesa da manutenção de relacionamentos heterossexuais. Já a *casa* é o espaço do trabalho doméstico e da maternidade,

³⁷ Pelo contrário, são comuns relatos de meninas que namoraram e casam contra a vontade das mães, que gostariam que elas continuassem na escola.

estruturas que carregam sentidos inteiramente positivos e cuja participação ativa nelas garante às meninas acesso a recursos simbólicos como honestidade, respeito e redenção moral.

Condições materiais e simbólicas específicas interagem no contexto social das meninas entrevistadas, de modo que diferentes formas de violência são incluídas no repertório narrativo das adolescentes de forma inteligível e coerente com suas representações de feminilidade. Entre as condições materiais vivenciadas pelas entrevistadas, destaco o abandono institucional, no caso de Ana (Seção 5.4), a cuja família foi negada proteção policial; a insatisfação com o “rendimento” do trabalho infantil ao qual foi submetida, no caso de Gabriela (Seção 5.1), que preferiu juntar-se ao tráfico de drogas a continuar recebendo o salário que ganhava no ateliê da mãe; a experiência de violência na infância e a maternidade precoce, no caso de Helena (Seção 5.2). Tais condições interagem com esquemas de percepção específicos de suas posições no espaço social, que justificam e dão sentido às violências praticadas por elas – no caso de Ana, o cuidado e a disposição para se sacrificar pela mãe; no de Gabriela, a concepção de que as mulheres têm mais responsabilidade que os homens em cenários de criminalidade e violência; e, no caso de Helena, a aposta na manutenção da estabilidade da relação heterossexual como única chance de felicidade.

Nesse contexto, a feminilidade é, ao mesmo tempo, flexível e rígida. Suas normas têm elasticidade: violência e cuidado podem coexistir, por exemplo; assim como a receptividade sexual pode conviver com a agressividade. Mas sempre dentro de seus limites. Assim, inseridas em um ambiente “caracterizado por sua contraditória estrutura de casas chefiadas por mulheres [...] e pela paradoxal intensificação e erosão do próprio gênero” (HARAWAY, 2009, p. 72), essas meninas não entendem que precisam “despir-se de seu sexo” para cometer atos de violência. Pelo contrário. Elas são mães, filhas, esposas, profissionais, cuidadoras e sobreviventes não *apesar* dessa violência – mas, às vezes, mais ainda por causa dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro. **Retratos da juventude brasileira**: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ADAMS, Natalie. Fighting to Be Somebody: Resisting Erasure and the Discursive Practices of Female Adolescent Fighting. **Educational Studies**, Vol. 30, n. 2, p. 115-139, 1999.

ADKINS Lisa; BEVERLEY, Skeggs. **Feminism After Bourdieu**. Londres: Blackwell Publishing, 2005.

ADLER, Freda. **Sisters in Crime**: The Rise of the New Female Criminal. Columbus, Ohio: McGraw-Hill Inc., 1976.

ADORNO, Sérgio. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo em Perspectiva, Vol. 13, n. 4, p. 62-74, 1999.

AJZENSTADT, Mimi. The relative autonomy of women offenders' decision making. **Theoretical Criminology**, Vol. 13, p. 201-225, 2009.

ALLAN, Emilie; STEFFENSMEIER, Darrel. Gender and crime: toward a gendered theory of female offending. **Annual Review of Sociology**, Vol. 22, p. 469-487, 1996.

ALLEN, Hillary. "Rendering them harmless: the professional portrayal of women charged with serious violent crimes". In: DALY, Kathleen; MAHER, Lisa (orgs.). **Criminology at the Crossroads**: Feminist Readings in Crime and Justice. Oxford: Oxford University Press, 1998.

ALMEIDA, Bruna. O verdadeiro arrependimento como processo: o lugar da infração na execução da medida socioeducativa de internação. **Confluências**, Vol. 16, n. 3, p. 220-243, 2014.

ALMEIDA, Rosemary. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no fmenino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALVAREZ, Marcos. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, Vol. 10, p. 110-126, 2014.

ARTZ, Sibylle. **Sex, Power and the Violent School Girl**. Toronto: Trifolium, 1998.

ASSIS, Simone; CONSTATINO, Patrícia. **Filhas do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BANWELL, Stacy. Gendered narratives: women's subjective accounts of their use of violence and alternative aggression(s) within their marital relationships. **Feminist Criminology**, Vol. 5, n. 2, p. 116-134, 2010.

BATCHELOR, Susan. 'Prove me the bam!': Victimization and agency in the lives of Young women who commit violent offences. **The Journal of Community and Criminal Justice**, v. 52, n. 4, p. 358-375, 2005.

BLAY, Eva. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. **Feminismos e masculinidades**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.

BOTTCHER, Jean. Social Practices of Gender: How Gender Relates to Delinquency in the Everyday Lives of High Risk Youths. **Criminology**, Vol. 39, p. 893-932, 2001.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago, University of Chicago: 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta; FIGUEIREDO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. São Paulo: FGV Editora, 2006.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURGOIS, Philippe. In Search of Horatio Alger: Culture and Ideology in the Crack Economy. **Contemporary Drug Problems**, p. 619-649, 1985.

BORDO, Susan. **Unbearable Weight: Feminism, Western Culture, and the Body**. Los Angeles: University of California Press, 1993.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Londres: Routledge, 1990.

_____. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex**. Londres: Routledge, 1993.

BRAUNMULLER, A. R. (ed.). **Macbeth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BRITTON, Dana. Feminism in criminology: Engendering the outlaw. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 571, n.1, p. 57–76, 2000.

BROOKMAN, Fiona; COPES, Heith; HOCHSTETLER, Andy. Street code as formula stories: how inmates recount violence. **Journal of Contemporary Ethnography**, Vol. 40, n. 4, p. 397-424, 2011.

BROWN, Shelley; GREINER, Leigh; JONES, Natalie; WANAMAKER, Kayla. A quantitative exploration of gendered pathways to crime in a sample of male and female juvenile offenders. **Feminist Criminology**, Vol. 9, n. 2, p. 113-136, 2014.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. Open Road Media, 2013.

BRUNER, Jerome. The narrative construction of reality. **Critical Inquiry**, Vol. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.

CAMPBELL, Anne. **The girls in the gang: a report from New York City**. Nova Jersey: Blackwell, 1991.

CAPPI, Ricardo. Pensando As Respostas Estatais às Condutas Criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade penal (1993 - 2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Vo. 1, n. 1, p. 10-27, 2013.

CHESNEY-LIND, Meda. Girl's Crime and Women's Place: Toward a Feminist Theory of Delinquency, **Crime & Delinquency**, Vol. 35, n. 1, p.5-29, 1989.

CHESNEY-LIND, Meda; JOE, Karen. "'Just every mother's angel': An analysis of gender and ethnic variations in youth gang membership'. In: In K. Daly & L. Maher (Eds.), **Criminology at the crossroads: Feminist readings in crime and justice**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1998.

CHESNEY-LIND, Meda; MORASH, Merry. Transformative Feminist Criminology: A Critical Re-thinking of a Discipline. **Critical Criminology**, Vol. 2, n. 3, p. 287-304, 2013.

CHESNEY-LIND, Meda; SHELDEN, Randall. **Girls, Delinquency and Juvenile Justice**. Oxford: Wiley & Blackwell, 2014.

COMACK, Elizabeth. Producing feminist knowledge: lessons from women in trouble. **Theoretical Criminology**, Vol. 3, n. 3, p. 287-306, 1999.

CONNELL, Raewyn. **Gender and power: Society, the person, and sexual politics**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

_____. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA [CNJ]. **Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de internação**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf>.

_____. **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/cb905d37b1c494f05afc1a14ed56d96b.pdf>>.

CORNELIUS, Eduardo. O pior dos dois mundos: a interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo Superior Tribunal de Justiça na punição de adolescentes. **Anais do 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2016.

DALY, Kathleen. “Women’s pathways to felony court: feminist theories of lawbreaking and problems of representation”. In K. Daly & L. Maher (Eds.), **Criminology at the crossroads: Feminist readings in crime and justice**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1998.

DALY, Kathleen, & MAHER, Lisa. Crossroads and intersections: Building from feminist critique. In K. Daly & L. Maher (Eds.), **Criminology at the crossroads: Feminist readings in crime and justice**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1998.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA [DATAFOLHA]. **Maioridade penal**. 2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/24/maioridade-penal.pdf>>

DESLAURIES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al (org.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL [DEPEN]. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Ministério da Justiça, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>

DUBET, François. **La Galère: Jeunes en Survie**. Paris: Fayard, 1987.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EDIN, Kathryn; KEFALAS, Maria. **Promises I can keep**: why poor women put motherhood before marriage. University of California Press: 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A "casa de bonecas": um estudo de caso sobre a unidade de atendimento socioeducativo feminino no RS**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2008.

_____. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. 2008.

_____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, Vol. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FLEETWOOD, Jennifer. A narrative approach to women's lawbreaking. **Feminist Criminology**, Vol. 10, n. 4, p. 368-388, 2015.

FLEETWOOD, Jennifer. Narrative habitus: Thinking through structure/agency in the narratives of offenders. **Crime Media Culture**, p. 1-20, 2016.

FRASER, Nancy. "False Antitheses". In: BENHABIB S.; BUTLER, J.; CORNELL, D.; FRASER, N. (orgs.). **Feminist Contentions: A Philosophical Exchange**. Londres: Routledge, 1995.

GAULEJAC, Vincent de. **La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social**. Paris: Seuil, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Atlas da violência 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Developing The Ground For A Specifically Feminist Historical Materialism. In: HARDING, Sandra e HINTIKKA, Merrill (org.). **Discovering Reality**. D. Reidel Publishing Company: 1983.

HEIDENSOHN, Frances. *Women & Crime*. London: MacMillan Press, 1996.

HERITIER, Françoise. **Masculino y Femenino II**. Disolver la jierarquia. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Síntese de indicadores sociais**. 2015.

JENSEN, Sune. Rethinking Subcultural Capital. **Young**, Vol. 14, p. 257-276, 2006.

KAPLAN, Elaine. **Not our kind of girl**: Unraveling the myths of Black teenage motherhood. Los Angeles: University of California Press, 1997.

KRUTTSCHNITT, Candace. Gender and crime. **Annual Review of Sociology**, 39, p. 291-308, 2013.

KRUTTSCHNITT, Candance; LOPEZ, Kristin. Moving beyond the stereotype: women's subjective accounts of their violent crimes. **Criminology**, Vol. 44, n. 2, 2006.

KUHNEN, Tânia. É possível dizer algo sobre essencialismo de gênero? **Estudos Feministas**, Vol. 21, n. 1, p. 395-412, 2013.

LAGRANGE, Hughes. **La Civilité a l'Épreuve**: Crime et Sentiment d'Insecurité. Paris, Presses Universitaires de France, 1995.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MACHADO, Lia. Masculinidades e Violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MCLEOD, Julie. Feminist re-readings of Bourdieu: old debates and new questions about gender habitus and gender change. **Theory and Research in Education**, Vol. 3, n. 1, p. 11-30, 2005.

MCNAY, Lois. Gender and narrative identity. **Journal of Political Ideologies**, Vol. 4, n. 3, p. 315-336, 1999a.

_____, Lois. Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the Limits of Reflexivity. **Theory, Culture & Society**. Vol. 16, n. 1, p. 95-117, 1999b.

_____, Lois. Agency and experience: gender as a lived relation. In: ADKINS, Lisa; BEVERLEY, Skeggs. **Feminism After Bourdieu**. Londres: Blackwell Publishing, 2005.

MENDEZ, Emílio García. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.

MESSERSCHIMIDT, James. **Crime as structured action**: gender, race, class and crime in the making. SAGE Publications: 1997.

_____. On gang girls, gender and a structured action theory: a reply to Miller. **Theoretical Criminology**, Vol. 6, n. 4, p. 461-475, 2002.

MILLER, Jody. Up it up: gender and the accomplishment of street robbery. **Criminology**, Vol. 36, p. 37-66, 1998.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 1999.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, 79: 15-38, 2010.

MONTAGNER, Miguel. Biografia coletiva, engajamento e memória: A miséria do mundo. **Tempo Social**, Vol. 21, n. 2, p. 259-282, 2009.

MORRISSEY, Belinda. **When women kill**: questions of agency and subjectivity. Nova Iorque: Routledge, 2003.

PIMENTA, Melissa. Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas**, v. 7, n. 3, p. 701-730, 2014.

PRESSER, Lois. The narrative of offenders. **Theoretical Criminology**, Vol. 13, n. 2, 2009.

_____. Collecting and analyzing the stories of offenders. **Journal of Criminal Justice Education**, Vol. 21, n. 4, p. 431-446, 2010.

RAMOS, Malena. **Meninas privadas de liberdade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2007.

REAY, Diane. Gendering Bourdieu's concept of capitals? Emotional capital, women and social class. In: ADKINS, Lisa; BEVERLEY, Skeggs (org.). **Feminism After Bourdieu**. Londres: Blackwell Publishing, 2005.

RIBEIRO, Ludmila. **Análise da política penitenciária feminina do Estado de Minas Gerais: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto**. Dissertação (Mestrado)– Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Vol. 16, p. 115-136, 2001.

_____, Heleieth. Gênero e patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely (org.). **Marcadas a ferro**. Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres: Brasília, 2005.

_____, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaio**s, FLACSO/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2009.

SANDBERG, Sveinung. What can “lies” tell us about life? Notes towards a framework of narrative Criminology. **Journal of Criminal Justice Education**, Vol. 21, n. 4, p. 447-465, 2010.

SANTOS, Hermílio. Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 489-512, 2012.

_____. Mulheres como autoras de violência: evidências e agenda de pesquisa. **Civitas**, v. 16, n. 1, p. 42-58, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, Vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS [SDH]. **Levantamento Anual SINASE 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

_____. **Levantamento Anual SINASE 2014**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2017.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS [SDH]. **Levantamento Anual Sinase 2014**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

SIMON, Rita James. **Women and Crime**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 1975.

SMART, Carol. **Women, Crime and Criminology: A Feminist Critique**. Nova Iorque: Routledge, 1996.

SOARES, Bárbara M.; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WASELFISZ, Julio. Mapa da violência 2013: Homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria geral da presidência da república. 2013

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, 9(2), Florianópolis, 2001.

_____. Os homens e o masculino numa perspectiva das relações sociais do sexo. In: SCHPUN, Mônica (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

WESELY, Jennifer. Considering the contexto of women's violence: gender, lived experiences, and cumulative victimization. **Feminist Criminology**, Vol. 1, n. 4, p. 303-328, 2006.

WILLIS, Paul. *Learning to Labour: How Working-Class Kids Get Working-Class Jobs*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1977.

WITZ, Anne. Anamnesis and amnesia in Bourdieu's work: The case for a feminist anamnesis. In: ADKINS, Lisa; BEVERLEY, Skeggs. **Feminism After Bourdieu**. Londres: Blackwell Publishing, 2005.

WOOLF, Virginia. **Three Guineas**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1966.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan e UFRJ, 1994.

_____. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012.